

RASSEGNA IBERISTICA

26

settembre 1986

SOMMARIO

Manuel Simões: *Disforia e euforia em "Triunfo do inverno" de Gil Vicente* . . . Pag. 3

Giuseppe Bellini: *Hernán Cortés e il mondo "altro"* " 17

A.VV., *Philologica Hispaniensia in honorem Manuel Alvar. II. Lingüística* (G. Meo Zilio) p. 41; G. Haesch, *La selección del material léxico para diccionarios descriptivos* (G. Meo Zilio) p. 46; AA.VV., *La investigación sobre temas hispánicos en Francia 1962-1984, Actas del XX Congreso (Madrid 30 marzo - 1 abril 1984)* (F. Meregalli) p. 51; A. Milhou, *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español* (M. Scaramuzza Vidoni) p. 54; B. de Torres Naharro, *Comedia Tineleria*. Riproduzione della *editio princeps*, con uno studio introduttivo di L. de Aliprandini (T.M. Rossi) p. 56; E. Rodríguez - A. Tordera, *Escritura y Palacio. "El Toreador" de Calderón* (M.G. Profeti) p. 57; C. Guillén, *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada* (F. Meregalli) p. 59.

A. León Rey, *Del saber del pueblo. Adivinanzas, supersticiones y refranes* (G. Bellini) p. 62; L. Laurencich-Minelli, *Un "giornale" del Cinquecento sulla scoperta dell'America. Il Manoscritto di Ferrara* (S. Serafin) p. 64; T. De Benavente, *Historia de los Indios de la Nueva España*. Edición de C. Esteva y edición di G. Baudot (G. Bellini) p. 65; J.O. Jiménez, *José Martí. Poesía y existencia* (F. Meregalli) p. 68; J.O. Jiménez, *Antología crítica de la poesía modernista hispano-americana* (G. Allegra) p. 70; E. Morillas Ventura, *La narrativa de Felisberto Hernández* (G. Bellini) p. 72; AA.VV., *Tendencias actuales en la literatura boliviana* (G. Bellini) p. 74; AA.VV., *Literatura y crisis en Centroamérica* (D. Liano) p. 77; G. Quessep, *Muerte de Merlín*. Prólogo de F. Charry Lara (G. Bellini) p. 80; M. Guariglia Zas, *El sueño de siempre* (D. Liano) p. 80; M. Vargas Llosa, *¿Quién mató a Palomino Molero?* (D. Liano) p. 82; M. Puig, *La cara del villano - Recuerdo de Tijuana* (S. Regazzoni) p. 84.

J. Bigalli, *Immagini del Principe. Ricerche su politica e umanesimo nel Portogallo e nella Spagna del Cinquecento* (M. Simões) p. 85; J. de Aguiar, *A voz dos Deuses. Memórias de um companheiro de armas de Viriato* (J. Oliveira Lo Greco) p. 87; A. Trento, *Le origini dello Stato Populista. Società e politica in Brasile 1920-1945* (D. Gallo) p. 90.

“RASSEGNA IBERISTICA”

La *Rassegna iberistica* si propone di pubblicare tempestivamente recensioni riguardanti scritti di tema iberistico, con particolare attenzione per quelli usciti in Italia. Ogni fascicolo si apre con uno o due contributi originali.

Direttori:

Franco Meregalli

Giuseppe Bellini

Comitato di redazione: Giuseppe Bellini, Marcella Ciceri, Bruna Cinti, Angel Crespo, Giovanni Battista De Cesare, Giovanni Meo Zilio, Franco Meregalli, Elide Pittarello, Carlos Romero, Manuel Simões, Giovanni Stiffoni.

Segretaria di redazione: Silvana Serafin

Diffusione: Maria Giovanna Chiesa.

Col contributo
del Consiglio Nazionale delle Ricerche
[ISSN 0392-4777]

[ISBN 88-205-0548-7]

La collaborazione è subordinata all'invito della Direzione

Redazione: Seminario di Lingue e Letterature Iberiche e Iberoamericane – Facoltà di Lingue e Letterature Straniere – Università degli Studi – S. Marco 3417 – 30124 Venezia.

© Copyright 1986 e distribuzione:

Istituto Editoriale Cisalpino-La Goliardica s.r.l.

Via Bassini 17/2 – 20122 Milano (Italia)

Finito di stampare nel settembre 1986

dalle Grafiche G.V. – Milano

Fascicolo n. 26/1986 L. 12.000

DISFORIA E EUFORIA EM “TRIUNFO DO INVERNO” DE GIL VICENTE

A literatura portuguesa do séc. XVI, em particular modo a que referencia o tema da viagem, que à primeira vista poderia determinar uma visão eufórica da vida e do mundo pela conexão dialéctica entre o tecido histórico-social (apogeu da aventura marítima) e a superestrutura cultural acaba por oferecer-nos um corpo textual muito diversificado, certamente produto de uma reflexão profunda que se estava operando no país e que encontra ecos intensos no produto literário. Deste modo é possível individuar duas perspectivas antitéticas, desde a euforia da famosa *Carta de Pêro Vaz de Caminha* ou do poema épico *Os Lusíadas*¹, à disforia dos relatos de naufrágio ou da obra monumental de Fernão Mendes Pinto, cujo título (*Peregrinação*) é indicador privilegiado sobre a chave de leitura de uma das obras mais fascinantes da literatura quinhentista.

Também Gil Vicente não escapa a esta dicotomia, parecendo assumir diferentes perspectivas sobre o mesmo tema, ora incensando o poder político sobre as escolhas operadas (*Auto da barca do Inferno*, representado em 1517; *Exortação da Guerra*, tragicomédia representada ao rei D. Manuel em 1513), ora apresentando em cena vozes dissonantes em relação à empresa marítima de dilatação da fé e do império, de que falava Camões. E o dramaturgo bem cedo assume a voz do litígio, certamente sentido como *vox populi*, ao apresentar, logo em 1509, a farsa *Auto da Índia*, obra que se coloca seguramente em distonia com a ideologia da aventura oriental, visto que põe em cena um povo que

¹ Na realidade o poema é, como se sabe, visitado por muitas vozes dissonantes. O exemplo mais conhecido é o do episódio do “Velho do Restelo” (cf. G. Tavani, *A proposito del Vecchio del Restelo*, in “Studi Camoniani 80”, L’Aquila 1980, pp. 77-92) mas nos interstícios do panegírico é possível individuar frequentes incursões de uma ideologia que, partindo do particular para o geral, acabará por desaguar no desengano do mundo.

parece opor-se à empresa do Ultramar, sobretudo através de um personagem (o camponês) que, emigrado dos campos para servir nas naus que demandavam a Índia, se sentia defraudado por dificuldades levantadas pela classe social que controlava o comércio marítimo das especiarias:

Ama Porém vindes vós mui rico.
Marido Se não fora o capitão
eu trouxera o meu quinhão
um milhão vos certifico.
(vv. 498-501) ²

E a propósito do *Auto da Índia*, deve ainda recordar-se que os interstícios do texto fornecem não poucos indicadores que apontam para a dissonância global, desde o oxímoro “negra canela” (v. 31), sinédoque inesperadamente negativa (= “Índia”), sobretudo num contexto em que a Ama aguarda ansiosamente a partida da armada, ou da fala de um personagem (Castelhano), contraditória se se considera a sua função de cortejador da Ama e daí a “inverosimilidade” da sua crítica à viagem do Marido:

Castelhano [...]
Que más India que vos
que más piedras preciosas
que más alindadas cosas
que estardes juntos los dos?
(vv. 131-134)

até à intervenção da Ama, mais subtil porque dirigida ao Castelhano, mas não menos significativa sobre a estrutura profunda do texto dramático ³ :

² Seguiu-se a edição de O. Mateus, *O Auto da Índia de Gil Vicente*, Lisboa, Ed. Comunicação, 1984².

³ Considerando tal estrutura, uma expressão como “A armada está muito a pique” (v. 26) é suspeita de ambiguidade pela polissemia de “a pique” reforçada pela figura da hipérbole. O significado contextual é certamente o de “prestes a [partir]” mas não é de excluir a ressonância, nos espectadores, do significado “em perigo, em risco” com a presumível contaminação com “ir a pique” no sentido de “afundar-se, ir para o fundo”. Sobre a polissemia desta expressão, cf. H. Leitão, *Dicionário da Língua de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, 1963, p. 319, e A.

Má viagem faças tu
caminho de Calecu
(vv. 343-344)

Observa-se assim uma contraposição dialéctica num sistema de correlações que envolve a *visio mundi* do autor, o qual, observador e participante do debate renascentista, não deixa de manifestar inquietações, dúvidas, incertezas, com pontos de fuga que parecem “iluminar” a possível ambiguidade do discurso.

Nesta semântica do litígio se inscreve seguramente a tragicomédia *Triunfo do Inverno*, cuja didascalía inicial a dá como representada ao rei D. João III, em Lisboa, por ocasião do parto da rainha D. Catarina, efeméride já averiguada por Braamcamp Freire, a partir de argumentos convincentes, o qual pôde estabelecer que a homenagem diz respeito ao nascimento da infanta D. Isabel, ocorrido em 28 de Abril de 1529⁴. Trata-se de uma obra compósita, sem unidade de acção ou mesmo de género literário, como tantos dos autos gilvicentinos⁴, a que a crítica tem atribuído um título enganador por via da segunda parte da tragicomédia que trata do “triumpho do Verão”⁶ e que culmina com a oferta (e personificação de “hum jardim, / do paraíso terreal, / que Salamá mandou aqui / a hum rei de Portugal”⁷. E todavia a contraposição Inverno/Verão, embora conceda ao segundo elemento a intenção eufórica, não deixa de pôr em evidência algumas marcas dissonantes que contaminam o clima de “festa” da segunda parte do texto. Quanto ao título, se é verdade que na lista que precede a *Copilaçam de to-*

de Morais Silva, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10^o. ed., vol. VIII, Lisboa, Ed. Confluência, 1955, pp. 314-316.

⁴ B. Freire, *Gil Vicente, Trovador e Mestre da Balança*, in “Revista de História”, 25, 1918, p. 14.

⁵ Veja-se A.J. Saraiva, *Gil Vicente e o fim do teatro medieval*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1981³, pp. 79-80.

⁶ “[...] o mal-intitulado *Triunfo do Inverno* (1529), que termina na realidade com a vitória da Primavera e uma exaltação pouco menos que panteísta da vida” (S. Reckert, *Espírito e Letra de Gil Vicente*, Lisboa, Imp. Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 23). Adrien Roig, por sua vez, num seu recente estudo, afina pelo mesmo diapasão ao afirmar: “Cet unique Triomphe du Printemps se prolonge jusqu’à la fin de la pièce, ce qui le rend plus souverain et définitif” (*Tempête sur la route des Indes dans “Triunfo do Inverno” de Gil Vicente*, in “Quadrant”, 1985, p. 8).

⁷ Foi utilizada a ed. de M. Braga dos Clássicos Sá da Costa, Lisboa 1953².

dalas obras de Gil Vicente aparece como “A tragicomedia do inverno & verão”, mais apropriado ao conjunto da peça, no dizer de Adrien Roig ⁸, o certo é que tal variante deve tratar-se de uma hiper-correcção, motivada pela estrutura e colocação sequencial dos vários episódios (figuras, na terminologia do dramaturgo), tanto mais que a didascalia de abertura refere claramente que “A tragicomedia que se segue he chamada Tiunfo do Inverno”, indicando a expressão verbal “he chamada” uma tradição já consolidada, decerto apoiada ou na intenção do autor ou na recepção produzida pelo seu espectáculo.

Observando a organização interna de *Triunfo do Inverno*, são nítidas as partes distintivas que dividem a tragicomédia, a partir até de pausas mecânicas introduzidas por didascalias separativas, o que determina a ausência de um fio condutor e uma distribuição em unidades autónomas, só ligadas por uma relação de justaposição ou contiguidade ⁹. Deste modo é possível individuar a sucessão dos “argumentos” que as várias figuras vão introduzindo em cena, o que permite estabelecer a arquitectura global desta construção gilvicentina:

<i>Parte primeira</i>			
Prólogo do Autor	vv.	1- 77	77
Figura primeira do Triunfo do Inverno	vv.	78- 149	72
Figura segunda: Brisco pastor	vv.	150- 344	195
Figura terceira: Juan Guijarro pastor	vv.	345- 450	106
Figura quarta: farsa da velha	vv.	451- 583	133
Segundo Triunfo do Inverno (Tempestade)	vv.	584- 854	271
Transição: três figuras/ Sereias	vv.	855-1006	152
<i>Parte segunda</i>			
Triunfo do Verão (farsa da Forneira e do Ferreiro, etc.)	vv.	1007-1387	381

} 506 vv.

} 533 vv.

⁸ *Op. cit.*, p. 6.

⁹ “Um auto de Gil Vicente pode constituir no seu conjunto um espectáculo com variedade e atracção suficientes para distrair um serão, “uma festa”, como ele próprio chama ao seu *Triunfo do Inverno* [...]. A unidade, não apenas de acção, mas ainda de género literário, era muitas vezes sacrificada a esta circunstância exterior; e a exibição de quadros cénicos, bailados, música e guarda-roupa ocupava por vezes no conjunto artístico um lugar tão importante como o texto literário” (A.J. Saraiva, *op. cit.*, p. 79).

Nesta evolução de planos cénicos é fácil perceber como a *Tempestade* (Segundo Triunfo do Inverno) representa uma espécie de núcleo focal da tragicomédia. De facto, se eliminarmos o prólogo do Autor (77 vv.), resulta clara a posição central do “segundo triunfo”, colocado entre o primeiro (508 vv.) e o “triunfo do Verão” (533 vv.), visto que a transição com as figuras das Sereias, introduzindo a última unidade, se deve entender como estrutura integrante da festa primaveril ¹⁰, argumento de toda a segunda parte. É clara, deste modo, a intenção do autor ao reservar à matéria das “tormentas en la mar” um espaço funcionalmente significativo para inserir a voz satírica, colhendo de surpresa o espectador que, por largo tempo, tinha seguido as peripécias dos dois pastores (Brisco e Juan Gujarro, vv. 150-450) e as suas lamentações sobre os rigores do Inverno, só interrompidas pelo “entremez” cómico (vv. 451-583) constituído pela farsa da “vieja sin sentido, / que quiere un mozo marido” (um tipo de “comadre” aqui e ali caracterizada do ponto de vista linguístico ¹¹), para acentuar a função do riso, atenuar a tensão trágica e pôr em destaque a gravidade da matéria que está para introduzir-se em cena. Como se o autor quisesse preparar o auditório, mantendo-o “distráido” e preso à farsa da velha que quer casar, para improvisamente, e mudando de registo estilístico, surpreender o público com a intervenção inesperada do *Inverno*:

Pastores, ios del frio,
acogéos al aldea,
porque quiero que se vea
el segundo triunfo mio
sobre la mar de Guinea
(vv. 574-578).

¹⁰ *Verão* tem aqui o sentido de “Primavera” (de *tempus veranum*), a partir do elemento *ver* que designava “princípio”. Este sentido é confirmado, aliás, pelo *Auto dos Quatro Tempos* onde as figuras “Verão, Inverno, Estio, Outono” designam as quatro estações, diferenciando os dois termos Verão/Estio, de acordo com o uso linguístico.

¹¹ Cf. P. Teyssier, *La langue de Gil Vicente*, Paris, Librairie C. Klincksieck, 1959, pp. 182-194. Na verdade, também neste texto convivem as formas verbais arcaicas em -d- com formas em que já se verifica a síncope da consoante intervocálica (por ex., “dizedes” mas igualmente “querees” e até “cuideis”), o que, em lugar de consolidar a norma linguística, confirma a “propensione gilvicentina ad accentuare caricaturalmente, e per un pubblico partecipe, tratti tipizzanti già isolati da una precedente tradizione” (L. Stegagno Picchio, *Ricerche sul Teatro Portoghe-*

A posição central do quadro cénico da *Tempestade*, em relação à estrutura de *Triunfo do Inverno* e ao seu desenvolvimento diegético, assume um valor significativo que não é possível escamotear. É uma unidade de indubitável função caricatural e satírica, cujo enunciado semântico, ao pôr em causa a competência dos pilotos da carreira da Índia e as formas de corrupção que lhes permitiam a obtenção de lugares tão cobiçados (“Este ladrão do dinheiro / faz estes maos terremotos”, vv. 685-686), acaba por adquirir uma conotação de inegável disforia, não só no contexto da tragicomédia como no contexto global da política de expansão, de que aqui se observam alguns reflexos. Com efeito, a antropomorfização das figuras do *Inverno* e do *Verão*, para além do “sopro pânico” a que já se referiu Dámaso Alonso, confere às duas personagens alegóricas um poder mais alto e uma vontade soberana que ultrapassa, como é de supor, a das personagens humanas. Tal como o “Adamastor” de *Os Lusíadas*, personificação do “Cabo Tormentório” e que profetiza “naufrágios, perdição de toda sorte”¹², também o Inverno se apresenta como força natural

El mi triunfo segundo
son tormentas en la mar,
que luego quiero tratar,
las mas fuertes que en el mundo,
natureza pudo dar
(vv. 584-588)

cuja função é porém essencialmente pragmática se se tem em conta a sua especificidade numa situação comunicativa que vai descobrindo progressivamente o uso e a possível ambiguidade da mensagem. Deste modo, e através da disputa entre o Marinheiro e o Piloto (a experiência vs. irresponsabilidade consentida), é possível observar gradualmente a localização espacial da tempestade, a qual, não obstante as referências mais ou menos imprecisas (“mar de Guinéa”, v. 578; “costa do Brasil”, v. 613; “rio dos Bôs-sinaes”, v. 663; “rio do Infante”, v. 667; “cabo das Correntes”, v. 669; “pera a India”, v. 674; “volta de Moçambique”, v. 841) concorre para acentuar o mecanismo da pro-

se, Roma 1969, p. 371). A este respeito, cf. ainda A. Ribeiro Chiado, *Auto das Regateiras*, introduzione, testo e note a cura di G. Lanciani, Roma 1970, pp. 33-37.

¹² *Os Lusíadas*, V, 44.

gressão, no plano do espaço real, de uma geografia que, quanto mais se afasta, maior eficácia confere ao processo satírico. No final deste quadro, quando com a voz do Marinheiro se conclui a gradação rítmica ascendente (clímax):

Se piloto aqui viera,
ja esta nao estivera
a salvamento em Cochim
(vv. 852-854),

a nomeação imprecisa, que era pelo contrário descendente, desaparece em face da referência concreta (Cochim) e o espectador adquire a certeza, já feita de suspeitas¹³, de que a nau em questão é a da “carreira da Índia”. Não é por isso sem consciência dos seus limites de intervenção que o autor acode, logo a seguir, com uma pausa mecânica que produz um duplo efeito: o desvio de uma matéria certamente perigosa, sem deixar de pôr em relevo, até pela sua posição na estrutura do texto, que eram as naus da Índia e a organização das expedições o objeto da sua sátira, para a montagem da qual se serviu do artifício da tempestade¹⁴. De resto a recepção da tragicomédia devia ser facilitada pelo intensíssimo convívio entre a população portuguesa e o que era geralmente conhecido como os “trabalhos do mar”. Não espanta, deste modo, que o micro-texto da Tempestade (segundo triunfo do Inverno) denote uma intertextualidade implícita com outros discursos do séc. XVI, o que provém evidentemente das suas relações com o contexto. O motivo do piloto inexperiente é com frequência uma das causas dos desastres e vicissitudes dramáticas por que passavam as tripulações e descritas com grande soma de pormenores nos relatos de naufrágio. É

¹³ É forçoso dizer que se tratava de mais do que suspeitas, como se verifica pela referência à Índia do v. 674. Mas a nomeação da Índia seguia-se imediatamente a três versos de grande intensidade cômica, cuja ressonância não podia deixar de se reflectir no discurso subsequente, diminuindo-lhe a compreensão. É o seguinte o segmento textual, que respondia à ignorância do Piloto e ao seu conhecimento aproximativo da localização geográfica: “Isso he ou lobo ou raan, / ou feixe de lenha ou armeo de lan: / isto fazem aderentes. / Quem vos ouve a pilotagem / pera a India desta nao?” (vv. 670-674).

¹⁴ Sobre a situação e a representação da Tempestade, veja-se o recente estudo de Adrien Roig, o qual acentua: “l’originalité de Gil Vicente, c’est d’avoir porté la tempête au théâtre et d’avoir fait de ce thème, naturellement grave et le plus souvent tragique, le sujet d’une tragicomédie. Il a associé au tragique, inhérent à la situation, des éléments comiques” (*op. cit.*, p. 19).

o caso, por exemplo, de *Viagem e naufrágio da nau “S. Paulo”*, atribuído a Henrique Dias, que faz deste motivo o núcleo de irradiação da narrativa com idêntica função de denúncia: “porque só o dinheiro que de Malaca e Maluco levou a Portugal lhe deu crédito para lhe darem esta nau a ser piloto desta carreira”¹⁵.

Além deste aspecto intertextual, outros há ao nível da expressão literária, o mais significativo dos quais parece ser a apresentação da tempestade, das “grandes vozes” do mar

Mar Ou nosso piloto mór!
Eu vejo vir por d’avante
tão temeroso sembrante,
que não pode ser pior
e aquele afozillar
fere fogo mui vermelho
(vv. 721-726),

que encontra homologias no Adamastor (“tão temerosa vinha”)¹⁶ ou no “fogo de Santelmo” de *Os Lusíadas*, por exemplo, indício da sensibilização colectiva a certos aspectos do quotidiano e, ao mesmo tempo, do processo evolutivo de um motivo como o da Tempestade.

A segunda parte da tragicomédia é, como vimos, toda ela preenchida pelo “Triunfo do Verão” (vv. 1007-1387), à qual se agrega o quadro cénico de transição em que o Inverno parece renunciar à sua fúria, apresentando ao rei e à rainha as três Sereias cantando (vv. 855-1006) e preparando o ambiente de “festa” a que o Autor já havia aludido no prólogo:

O Autor Quando vi de tal feição
tão frio o tempo moderno,
fiz hum triumpho d’Inverno,
depois será o do Verão
(vv. 64-67).

Por isso mesmo a tradição crítica tem visto como verdadeiro tema desta obra dramática o triunfo do Verão sobre o Inverno, por força da

¹⁵ *A literatura de viagens nos séculos XVI e XVII*, apresentação crítica, selecção e fixação do texto, notas e sugestões para análise literária de M. Simões, Lisboa, Ed. Comunicação, 1985, p. 113.

¹⁶ *Os Lusíadas*, V, 38.

parte segunda e por alguns elementos da cena que estabelece a passagem de um triunfo para o outro, onde é possível vislumbrar uma superfície optimista no fluir diegético expresso pelo sintagma testual. Agora o Inverno parece querer anular as forças obscuras até aí desencadeadas e, visto que os navios reais são tão poderosos que, ainda que submetidos a “tormentas peligrosas, / van y vienen sin recelo” (vv. 889-890) ¹⁷, dirige-se às Sereias para efectuar essa passagem (o que corresponderia, no plano do real, ao equinócio da Primavera ou renovação da Natureza) ¹⁸, desconfessando a sua potência em função do poder real, sereno e claro, que o contrasta:

Inv. Pues que soy Invierno yo
y vos la serenidad,
delante tal claridad
mi fuerza se consumió
(vv. 909-912).

Com alguma razão, pois, António José Saraiva fala de “torvelinho naturalista” ao debruçar-se sobre esta tragicomédia e Stephen Reckert pôde ver no contraposto triunfo do Verão a “exaltação pouco menos que panteísta da vida”, como atrás se recordou ¹⁹, chegando ao ponto de afirmar que tanto o *Auto dos Quatro Tempos* como *Triunfo do Inverno* poderiam subintitular-se, tal como o cântico do São Francisco, *Laudes Creaturarum* ²⁰. Também Adrien Roig, para citar o crítico que mais recentemente se ocupou da peça em questão, parece ler a segunda parte numa perspectiva semelhante pois que, embora o seu estudo não contemple a análise específica desta última parte, não deixa de acentuar, como já se notou, o carácter “souverain et définitif” do triun-

¹⁷ Estas e outras observações do mesmo teor, tendo como destinatários privilegiados os espectadores régios (“Rey y Reyna de la mar”, v. 880) funcionam como atenuação do efeito da sátira.

¹⁸ A mudança das estações e, no caso específico, a contraposição Inverno/Verão constitui um dos mais revisitados topos literário, de que se conhece, na Idade Média e na área francesa, o *Débat de l’Hiver et de l’Été*. Cf. M. Braga, *op. cit.*, nota da p. 312.

¹⁹ *Op. cit.*, p. 23. Cf. nota 6 deste trabalho.

²⁰ *Ibid.*, p. 37. E afirma o estudioso, considerando a “forma mentis” do dramaturgo: “Não é que desconhecesse a austeridade e o desengano: tinha-os, simplesmente, trascendido” (*ibid.*, p. 37).

²¹ Cf. supra, nota 6.

fo do Verão ²¹. E, todavia, a observação da estrutura profunda deste autêntico “segundo acto” fornece não poucas perplexidades pela soma de indícios transgressivos para quem se propunha anular a Tempestade (e o seu símbolo) para criar uma cenografia de festa. Estes indícios, a bem dizer, começam na zona a que se chamou de transição (vv. 855-1006), primeiramente pela escolha das três figuras (Sereias), encarregadas de animar o entremez, com a carga simbólica que as caracteriza como entidades enganadoras e de dissimulação ²². E como se não bastasse, Gil Vicente faz intervir o Inverno (recorde-se que estamos ainda no “fim do segundo triumpho do Inverno”), o qual antecipa as Sereias desta maneira singular:

Vereis cantar las sirenas,
que es señal de grande afrenta,
y cantan haciendo cuenta
que todas bonanzas buenas
son despues de la tormenta
(vv. 859-863).

Além da advertência explícita quanto ao sinal de “grande afrenta” (v. 860) ²³ representado pelo canto das Sereias, é extremamente significativa a expressão “haciendo cuenta” (v. 861) porque subverte de forma categórica a reprodução do conhecido aforismo “depois da tempestade, vem a bonança”. Gil Vicente joga aqui com o carácter de fingimento a que os quadros cénicos subsequentes não podem deixar de estar ligados por uma relação de dependência, criando uma vez mais, como em tantos momentos da sua obra dramática, uma situação de “mundo às avessas”, isto é, acabando por sugerir o contrário do que parece querer dizer. Este “mundo às avessas” é frequentemente a fon-

²² Na “Tragicomedia de Calixto y Melibea” também se faz referência a este carácter enganador, comparando-o à da alcoviteira: “el canto de la sirena engaña los simples marineros con su dulzor” (*La Celestina*, acto XI, Madrid, Espasa-Calpe, 1936, p. 239).

²³ O sentido de “afrenta” parece ser o de “apuro, perigo, trabalhos”, tendo em conta o valor contextual do mesmo signo na estrofe seguinte: “[...] toda afrenta / se remedia con la vida” (vv. 870-871). Veja-se ainda *La Celestina*: “¡Jesú! ¿Qué, en tanta afrenta os habéis visto? Cuéntamelo, por Dios” (*Ibid.*, p. 263). Cf. também o *Diccionario Histórico de la Lengua Española* publicado pela Real Academia Española, Madrid 1961, pp. 930-931.

te do cómico e marca a distanciação satírica ao nível dos mecanismos diegéticos.

Decompondo, porém, a estrutura da tão discutida segunda parte, pode observar-se a sucessão dos vários quadros cénicos e obter-se assim uma representação mais exacta da unidade textual que “trata do triunfo do Verão”:

Prólogo do Verão	vv. 1007-1067	61 v.
Figura da Serra de Sintra	vv. 1068-1111	44 v.
Figura terceira: farsa da Forneira e do		
Ferreiro	vv. 1112-1284	173 v.
Figuras do final: o jardim de Virtudes	vv. 1285-1387	103 v.

O lugar central é, come se vê, ocupado pela “farsa da Forneira e do Ferreiro”, igualmente o quadro mais extenso na distribuição das várias cenas. Depois do “prólogo” em que a personagem do Verão, cantando ou falando, anuncia o reverdecer das coisas e o cantar das aves (vv. 1007-1067), é introduzida a figura da Serra de Sintra, com a qual o Verão anda de amores. Devia ser este o episódio mais exaltante e, embora seja o mais breve, não escapou à admiração de Menéndez Pelayo, por exemplo, que a ele se refere com particular ênfase mas usando um espelho que se me afigura de algum modo deformante²⁴. Na verdade, o “diálogo de amor” é contaminado pela memória da ausência

Ser. se me alegras quando vens,
matas-me quando te vás,
e em suidades me mantens
(vv. 1080-1082),

num tecido poético constelado de sinais de inquietação, dor, mal de amor e onde aparece um significante privilegiado: saudade.

Da brevidade do *sketch* com o “tálamo nupcial” não plenamente

²⁴ “No debía de faltar aparato de máquinas y decoraciones cuando estas alegorías se representaban en los saraos de palacio. Gil Vicente llega a poner en escena el espectáculo de la mar en tormenta, las naos que vuelven de la India, y la fantástica aparición de las Sirenas [...] Pero el *Triunfo del Invierno* sólo sirve para preparar el espléndido triunfo del Verano, que pone su tálamo nupcial en la sierra de Cintra” (*Antología de Poetas Líricos Castellanos*, vol. III, Madrid-Santander 1944, p. 386).

conseguido, passa-se à “farsa da Forneira e do Ferreiro” (vv. 1112-1284), em que se assiste a uma disputa verbal entre marido e mulher, disputa toda ela anti-Verão e onde a linguagem é submetida a um contínuo jogo destinado a provocar o cómico. Apresentados ironicamente, os triunfos do Verão são descritos *a negativo*, o que volta a determinar uma situação de “mundo às avessas”, estilema que, de resto, ocorre obstinadamente na obra gilvicentina:

For. Sua fruita desejada
bem parece, e he danosa,
he como a dama fermosa,
galante, muito avisada,
mas não menos perigosa.
Fer. Verdade diz minha molher
(vv. 1209-1214).

E acabada a “farsa”, desta vez ligada ao quadro cénico sucessivo pela controvérsia sobre a escolha do presente que se há-de oferecer à rainha (porque forçoso é “que le hagan todos fiesta”, v. 1242), o episódio final é constituído pela apresentação a el-rei do “jardim de Virtudes”, também definido “jardim de vida”, com a passagem brusca e surpreendente do registo panteísta ao registo teísta, inequívoca e certamente provocada pelo sentimento da caducidade das estações, tal como transparece nas palavras do Infante dirigidas ao Verão ²⁵ :

Inf. porque essas flores que fazes,
tu as fazes e desfazes,
tu as floreces e sécas.

E o sancto jardim de Deos
florece sem fenecer.
(vv. 1356-1360).

Da análise dos diferentes quadros da segunda parte da tragicomé-

²⁵ O triunfo do Verão fica, aliás, em suspenso, como resulta da tragicomédia: “Y el jardim presentado, / por no engendrar hastío, / fenezca el triunfo mio, / aunque no sea acabado. / Así que por no enhadar, / quedarán para tratar / del triunfo que me cabe / cosas grandes de notar; / pero el quando no se sabe” (vv. 1309-1317).

dia *Triunfo do Inverno*²⁶, a que põe em cena o triunfo do Verão, parece não se poder concluir no sentido preconizado por Menéndez Pelayo, carecendo ainda de fundamento categórico muitos dos juízos expressos pela crítica apologista da exaltação naturalista e do cântico arrebatador da Primavera como símbolo de claridade no jogo de contraposições que a opõe vitoriosamente às forças obscuras desencadeadas pelo Inverno. O que se verifica, quanto muito, é uma sintonia/distonia entre narrador e mundo narrado; uma predisposição inicial para imaginar e criar uma atmosfera de festa, segundo as intenções explícitas do Autor, para acabar de modo suspensivo, como se, durante o percurso textual (ou espectacular), um trabalho de osmose social o impedisse de criar os veículos plenos de uma nova e eufórica visão do presente projectado no futuro, como se o som das cantigas continuasse, de acordo com quanto já havia proposto,

carregado de fadigas,
longe do tempo passado
(vv. 19-20).

E aqui volta a surgir o tema do desengano, habilmente inserido nas costuras de um discurso aparentemente de sinal contrário. Não é por acaso que o dramaturgo contrapõe o “jardim perenal”, de Virtudes (“jardim de Deos”, v. 1359), à temporalidade das “frescuras” que obedecem ao movimento pendular do ciclo das estações. Neste sentido, é óbvio que o olhar gilvicentino passa do particular para o geral, da beleza natural para a Beleza universal, segundo uma concepção que se irá desenvolvendo no séc. XVI e que encontra em Camões um cultor privilegiado.

Manuel Simões

²⁶ O título sugere a grande voga de “triunfos” entre os pintores dos fins do séc. XV e princípios do séc. XVI. Veja-se A.J. Saraiva, *op. cit.*, p. 75. Sobre a função eminentemente emblemática do título e o seu uso como instrumento destinado a revelar os “modelos” da obra literária, cf. as agudas e pertinentes observações de E. Finazzi Agrò, *Apocalypsis H.G. — Una lettura intertestuale della “Paixão segundo G.H.” e della “Dissipatio H.G.”*, Roma, Bulzoni, 1984, pp. 10-13.



HERNAN CORTÉS E IL MONDO “ALTRO”

Grande successo ha avuto nel tempo, da quando fu formulata, la frase di Francisco López de Gómara nella dedica della *Hispania Victrix*, *Historia General de las Indias*, all'imperatore Carlo V: “la mayor cosa, después de la creación del mundo, sacando la encarnación y muerte del que lo crió, es el descubrimiento de las Indias”¹. Nonostante la comprensibile enfasi che su tale avvenimento pone il cronista spagnolo, se si tien conto della distanza temporale e del rinvenimento addirittura di un nuovo mondo, l'affermazione appare ancor oggi calzante. Vien fatto, tuttavia, di riflettere, nonostante il valore straordinario della scoperta del navigatore genovese, a quale significato avrebbe avuto la sua impresa se non si fosse imbattuto in un continente nuovo. Certo ugualmente grandissimo, poiché apriva una via diversa d'accesso all'Oriente, per la quale, navigando verso Occidente, avrebbe raggiunto il Giappone e la Cina, dimostrando la rotondità della terra. Ma quale fortunato errore fu il suo!

Le Antille, come sappiamo, non confermarono, nella sostanza, le speranze di Colombo, non entusiasmarono, se non per la novità del paesaggio — *cliché* vivo ancor oggi — e delle genti, la Spagna e l'Europa. Fu necessaria la scoperta di nuove terre, del continente, e in particolare dello Yucatán, quindi dell'impero azteco, perché l'impresa colombiana incominciasse a prendere valore concreto. In pari tempo, col trascorrere degli anni, il mito del navigatore si andava appannando, fino a sbiadire del tutto. Quando Colombo muore, nel 1506, la sua avventura è ormai un ricordo, la sua figura, tra trionfi e ripetute cadute, è logora e dimenticata². Un nuovo astro è destinato a soppiantare pre-

¹ F. López de Gómara, *Hispania Victrix*, *Historia General de las Indias*, in AA.VV., *Historiadores Primitivos de Indias*, I, Madrid, Atlas (B.A.E., t. XXII), 1946, p. 156.

² Interessante il “processo a Colombo” di Alejo Carpentier in *El arpa y la sombra* (Madrid, Siglo XXI de España, 1979), dove è sottolineato l'abbandono finale dello scopritore. Su C. Colombo cfr. i recenti apporti di A. Boscolo - F. Giun-

sto lo scopritore, un uomo avventuroso, ostinato e deciso come lui: il conquistatore del Messico, Hernán Cortés³. Il 21 aprile 1519 — sorvoliamo sulle arcinote vicende cubane⁴ — egli sbarcava a Campsala, nel territorio dei “totonecas”, e fondava la città di Villa Rica de la Vera Cruz; nel luglio 1521, dopo i ben noti fatti, tra essi la terribile “Noche triste” del primo luglio 1520, che sembrò chiudere negativamente l’avventura, era definitivamente padrone della capitale messicana, Tenochtitlán, ridotta ormai un ammasso di morti e di rovine⁵.

In seguito Cortés estenderà ancora la sua conquista, raggiungerà la California e l’Honduras, mentre un suo luogotenente, l’Alvarado, conquisterà il Guatemala. L’imperatore ricompenserà l’eroe con il marchesato della Valle di Oaxaca; Cortés sarà ricco “encomendero”, proprietario di abbondanti miniere⁶. Ma il personaggio diverrà subito scomodo per la Corte, che lo vigilerà con sospetto; verrà, perciò, allontanato dal potere effettivo e, alla fine, ritornato in Spagna, accompagnerà tra la generale indifferenza Carlo V nella sfortunata spedizione di Algeri, dove, durante la navigazione, in una furiosa tempesta, si salverà a stento, con i figli Luis e Martín, da un naufragio. Presentatosi all’imperatore, questi neppure lo riconoscerà, o almeno così vuole la leggenda, provocando dal risentito conquistatore una dura risposta: “Soy un hom-

ta, *Saggi sull’età colombiana*, Milano, Cisalpino-Goliardica, 1982, e A. Boscolo, *Studi su Colombo*, Roma, Bulzoni, 1986, oltre ai già classici di P.E. Taviani.

³ Per molto tempo Hernán Cortés fu ritenuto il prescelto da Dio per l’impresa di conquista e di evangelizzazione delle Indie. Cfr. in proposito lo studio di W.A. Reynolds, *Espiritualidad de la conquista de México. Su perspectiva religiosa en las letras de la Edad de Oro*, Granada, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1966, in particolare il cap. II, “Dios y la Fortuna escogen a Hernán Cortés” e il cap. V, “El conquistador Apóstol”. Già Bernal Díaz del Castillo, nella sua *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, scriveva: “Y verdaderamente fue elegido Hernando Cortés para ensalzar nuestra santa fe y servir a Su Majestad, [...]”. (Cfr. *op. cit.*, ed. J. Ramírez Cabaña, México, Editorial Porrúa, 1968⁶, I, cap. XIX, p. 83).

⁴ Intendo alludere ai contrasti con Diego Velázquez, governatore di Cuba, il quale, insospettito dall’intraprendenza di Cortés, gli toglie improvvisamente l’incarico della spedizione provocandone la ribellione e la partenza con gli uomini ingaggiati.

⁵ Cfr. H. Cortés, “Tercera Carta-Relación de Hernán Cortés al emperador Carlos V”, da Coyoacán, 15 de mayo de 1522, in H. Cortés, *Cartas y documentos completos*, México, Editorial Porrúa, 1963, p. 188.

⁶ Se ne lamenterà Bernal Díaz del Castillo nella sua *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España* cit., II, cap. CCX, p. 368.

bre que os ha ganado más provincias que ciudades os legaron vuestros padres y abuelos”⁷. Ritiratosi in seguito a vita privata, a Castilleja de la Cuesta, un villaggio nei pressi di Siviglia, Cortés cercherà di attenuare nello sfarzo l’amarezza dell’indifferenza sovrana e si spegnerà il 2 dicembre 1547.

Grandemente amato e grandemente odiato, Hernán Cortés fu comunque l’eroe di una realtà, per quanto dura, prestigiosa e splendida, che perdura nel tempo. La sua figura e la sua impresa, le sue vicende personali più toccanti trovarono posto nella letteratura. Sorse persino un’epica “cortesiana”, per la verità più tentativo che realizzazione artistica valida. Sono pervenuti, infatti, alcuni frammenti di un poema, *Mundo Nuevo y Conquista*, del novo-hispano, e petrarchista notevole, Francisco de Terrazas (1525?-1600?), di scarso momento⁸, e altri poemi di simile valore elenca puntualmente il Reynolds⁹. Lope de Vega sembra abbia scritto addirittura una commedia su Cortés, oggi perduta, né disdegnò il tema Tirso de Molina, seguito da altri drammaturghi spagnoli¹⁰. Mag-

⁷ Così la leggenda. In un anonimo “Romance del viejo Cortés en la Corte” (cfr. in W. A. Reynolds, *Romancero de Hernán Cortés*, Madrid, Ediciones Alcalá, 1967) al re Filippo II si rivolge il conquistatore perché risolva i suoi “pleitos”; di fronte alla sbrigatività del sovrano Cortés, offeso, “Asióle del brazo al rey; / puesta la mano invencible / en el puño de su espada, / aquestas razones dice: // “Vuestra Majestad, señor, / escuche a Cortés, y mire / que con la espada que ciñe // le ha ganado más provincias / (que por mí gobierna y rige) / que le dejaron ciudades / su padre y abuelos insignes. / [...]”. Da parte sua Francisco López de Gómara consegna che nell’impresa di Algeri, nell’alluso naufragio perduti i suoi gioielli, Cortés rimase offeso perché non fu dall’imperatore ammesso al consiglio: “Mucho sintió Cortés la pérdida de sus joyas; empero más sintió que no le llamasen a consejo de guerra, metiendo en él otros de menos edad y saber; que dio que murmurar en el ejército. [...]”. (F. López de Gómara, *Historia de la conquista de México*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1979, cap. CCLL, p. 373). Anche Bernal Díaz del Castillo, *op. cit.*, II, cap. CCIV, p. 325, evidenzia lo stato d’animo di Cortés in quell’occasione.

⁸ Cfr. F. de Terrazas, *Mundo Nuevo y Conquista*, in *Poesías*, ed. prólogo y notas de A. Castro Leal, México, Librería de Porrúa Hnos. y Cía., 1941.

⁹ Cfr. W. A. Reynolds, *Espiritualidad de la conquista de Méjico* cit. Lo studioso conduce un esame dettagliato dei vari poemi che si occupano di Cortés: *Cortés valeroso* e *Mexicana*, di Gabriel (Lobo) Lasso de la Vega, *Carlos famoso*, di Luis Zapata de Chávez, *El Peregrino Indiano*, di Antonio de Saavedra Guzmán, *Las Cortesias*, di Juan Cortés Ossorio, *Historia de la Nueva México*, di Gaspar Pérez de Villagrà, *Canto intitulado Mercurio*, di Arias de Villalobos, *Primavera Indiana*, di Carlos de Sigüenza y Góngora.

¹⁰ Si veda: di Tirso de Molina, *Todo es dar en una cosa* e la *Segunda parte de la Santa Juana*; di Fernando de Zárata y Castronovo, *La conquista de México*; di

gior successo il mito cortesiano ebbe, senza dubbio, nel *romancero*¹¹: vi si celebrarono situazioni decisive della sua impresa, come l'affondamento delle navi, lo scontro con Pánfilo de Narváez, la cattura di Montezuma, ma anche, motivo di grande risonanza nella sensibilità popolare, il tramonto dell'eroe, l'ingratitude della Corte, ma, per il cesarismo imperante, con un ribaltamento finale della realtà, vale a dire con il riscatto della condotta sovrana. Si veda il "romance" anonimo "Del viejo Cortés en la Corte", che così conclude:

“¡Pensarán que yo he venido,
los señores consejeros,
para que el rey me haga rico!
Pues sepan que rico vengo,
que aunque reinos he ganado,
para mí queda un imperio:
que en tierra me coronó
el emperador del cielo.
Críe bien el rey sus gallos,
canten en sus gallineros,
pues que no pueden cantar,
como yo, por los ajenos”.
Sus ojos encarnizados,
echa suspiros al cielo;
dando pasos por la sala,
de sus pies temblaba el suelo.
A un mármol de piedra dura
arrimó después su cuerpo;
y con tal fuerza se arrima,
que hizo el mármol sentimiento.
Alcanzó a saber el rey
de Cortés estos extremos;
tomando su mano, dice:
“No haya más, Cortés el bueno”.
A él se humillan los grandes,
duques, condes, caballeros;

Gaspar de Avila, *El valeroso español primero de su casa*; di Agustín Cordero, *Cortés triunfante en Tlascala*.

¹¹ Cfr. W. A. Reynolds, *Romancero de Hernán Cortés* cit.

y aquesta fue la ocasión
de hacer paz con todos ellos.

Nessun conquistatore potrà rivaleggiare con Cortés, nonostante le molte critiche che si possono muovere alla sua condotta, le giustificate accuse. Nella galleria di uomini illustri la cronaca della conquista lo consacrerà per il suo coraggio e la sua avvenenza, ma anche per un'in-solita nota dell'animo, la generosità, pur se Bernal Díaz del Castillo gli rimprovererà, nella *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, di non essere stato generoso, né giusto con i soldati che lo avevano accompagnato nella grande impresa e ai quali si impegna di rivendere una parte rilevante di protagonismo¹². Sarà sempre Díaz del Castillo che, ancora affascinato dal condottiero, a distanza di decenni, farà di lui non solo un conoscitore del latino, ma un poeta: "era algo poeta e hacía coplas en metros y en prosas [...]"¹³. E buon conoscitore del "romancero" doveva essere Cortés, se nella "Noche triste" del 1520, riuscito a porsi in salvo, con i suoi uomini decimati, a Tacuba, mentre osservava con tristezza e sospiri la sua gente, il "bachiller" Alonso Pérez gli si poteva rivolgere così:

"Señor Capitán, no esté Vuestra Merced tan triste, que en las guerras estas cosas suelen acaecer, y no se dirá por vuestra merced:

Mira Nero de Tarpeya
a Roma cómo se ardía."¹⁴

Versi del notissimo romance di Nerone e dell'incendio di Roma, che dovevano essere familiari a Cortés e alla sua gente — come altri testi pure in voga, che Bernal Díaz del Castillo richiama¹⁵ — e che, con ben diversa intenzione, impiegò padre Bartolomé de Las Casas per denunciare la crudeltà del conquistatore. Infatti, nella *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* il domenicano, "Apostolo" degli indios e loro strenuo difensore, ricorre al *romance* di Nerone per bollare, con la

¹² Cfr. B. Díaz del Castillo, *op. cit.*, II, cap. CCVI e soprattutto il cap. CCVII, dove tratta "de los méritos que tenemos los verdaderos conquistadores" (pp. 356-358).

¹³ *Ibid.*, II, cap. CCIC, p. 329.

¹⁴ *Ibid.*, I, cap. CXLV, p. 491.

¹⁵ B. Díaz del Castillo è prezioso testimone a questo proposito: cfr. *op. cit.*, II, cap. CLXXIV.

crudeltà del conquistatore, l'indifferenza del condottiero di fronte alla carneficina che i suoi uomini compiono nella città santa di Cholula, dove passano a fil di spada, sembra, dai cinque ai seimila indigeni.

Mira Nero de Tarpeya
a Roma cómo se ardía
gritos dan niños y viejos
y él de nada se dolía.¹⁶

Ma Francisco López de Gómara, cappellano di Cortés, lo descrive-
rà ben diversamente nella sua *Historia*¹⁷, sottolineando dell'uomo,
con la "buena estatura", la "gran fuerza, mucho ánimo, destreza en las
armas", la passione per il gioco, "jugaba a dados en maravilla bien y
alegremente", il buon appetito e il temperato bere, la sopportazione
delle fatiche, la liberalità, "Gastaba liberalísimamente en la guerra, en
mujeres, por amigos y en antojos", senza tacere certe inesplicabili e
improvise grettezze, "por donde lo llamaban río de avenida", e con-
cludendo:

Vestía más polido que rico, y así era hombre limpísimo. Deleitábase de
tener mucha casa e familia, mucha plata de servicio y de respeto. Tratába-
se muy de señor, y con tanta gravedad y cordura, que no daba pesadum-
bre ni parecía nuevo, [...]. Era muy celoso en su casa, siendo atrevido en
las ajenas; condición de putañeros. Era devoto rezador, y sabía muchas
oraciones y salmos de coro; grandísimo limosnero; y así, encargó mucho
a su hijo, cuando se moría, la limosna. Daba cada año mil ducados por
Dios, de ordinario; y algunas veces tomó a cambio dinero para limosna,
diciendo que con aquel interés rescatava sus pecados. [...]. Tal fue, como
habéis oído, Cortés, conquistador de la Nueva España.¹⁸

Della sua straordinaria impresa Cortés narra, è noto, nelle *Cartas
de relación*¹⁹: la prima è del luglio 1519, indirizzata alla regina doña
Juana e a suo figlio Carlo; in realtà è una relazione della "Justicia y

¹⁶ B. de Las Casas, *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, ed. A. Saint-Lu, Madrid, Cátedra, 1982, p. 104.

¹⁷ F. López de Gómara, *Historia General de las Indias* cit., cap. CCLII, p. 375.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Per le *Cartas* di Hernán Cortés citiamo dall'edizione messicana della Editorial Porrúa, *op. cit.*

Regimiento de la Rica Villa de la Vera Cruz”, accompagnata da una dettagliata descrizione dei doni che vengono inviati ai reali, affidati alla custodia di Alonso Fernández Puerto Carrero e di Francisco de Montejo. Le vere relazioni della conquista vanno dalla seconda lettera alla quinta. Nel 1522 viene stampata a Siviglia la seconda *Carta de relación* e l’anno seguente la terza, mentre la quarta appare a Toledo nel 1525. Più tardi, nel 1749, un’edizione di Madrid riunirà le tre relazioni, mentre la quinta sarà pubblicata per la prima volta nella stessa città, nel 1852, unita alle quattro precedenti.

Inutile dire che in Italia le *Cartas de relación* furono presto tradotte e pubblicate: la seconda e la terza appaiono a Venezia nel 1524, ad opera di Nicolás Liburno, e il Ramusio include tali traduzioni, con l’aggiunta della quarta, nel terzo volume delle *Navigazioni et Viaggi*, del 1565. Di contro, assai tarda è la diffusione in Francia²⁰, e ancor più lo è nel mondo di lingua inglese²¹.

Ha scritto il D’Olwer²² che le cinque lettere di Cortés sono l’opera di un diplomatico, che espone dal miglior punto di vista la sua opera di guerriero e di politico. Lo attesta efficacemente la prima lettera, dove tutto è al servizio di un’abile legittimazione dell’impresa cortesiana, di un Cortés che mira a scrollarsi di dosso l’accusa di ribelle e a presentare nella peggiore luce al sovrano il governatore di Cuba suo nemico, Diego Velázquez.

A noi importa soprattutto cogliere l’atteggiamento del conquistatore-cronista di fronte al mondo indigeno. Per quanto preoccupato e attento alle sue manovre politiche, Cortés non nasconde la meraviglia davanti alle manifestazioni straordinarie della civiltà azteca. Nella sua opera egli è stato tacciato di freddezza, ingiustificatamente, anche se non riuscì a comprendere pienamente il dramma del popolo che conquistava, la passività inesplicabile del mondo indigeno ufficiale, dominato dall’inerzia di Montezuma, deciso a non resistere seriamente agli dei, o meglio agli stranieri venuti dal mare²³.

²⁰ *Correspondance de Fernán Cortés avec l’empereur Charle V sur la conquête du Méxique*, traduit par le Vicomte de Flavigny, Paris 1778; 2^a ed. 1779.

²¹ *Dispatches of Ferdinand Cortés*, translated with introduction and notes by F. Folson, New York 1843. Del 1908 e 1929 sono altre due traduzioni, di F.M. MacNutt e J. Bayard Morris.

²² L.N. D’Olwer, *Cronistas de las culturas precolombinas*, México, Fondo de Cultura Económica, 1963, pp. 163-164.

²³ “Seres de injuria” li chiamerà Miguel Angel Asturias in *Maladrón* (Buenos

Alfonso Reyes ha parlato di una “Eneide messicana”²⁴, tracciando un parallelo tra il comportamento dell’imperatore azteco e quello del re Latino che si consegna ai troiani. Come spiegare la passività di Montezuma se non quale accettazione rassegnata delle predizioni? La profezia, i segni che agitano improvvisamente il Messico alla vigilia dell’arrivo degli spagnoli, in particolare la comparsa della cometa, convincono il sovrano, già sommo sacerdote, che sono ormai giunti gli esseri soprannaturali, padroni del fulmine e del tuono — le armi da fuoco —, ai quali, è predetto, dovrà essere consegnata la nazione. Gli “informantes” di Bernardino de Sahagún, alcuni dei quali, come scrive Miguel León - Portilla²⁵, testimoni oculari della conquista, riferiranno che otto furono i presagi funesti, fenomeni celesti e terrestri, grida, incendi, terremoti, animali strani, esseri deformati. Come il re Latino, Montezuma si arrende. Egli cerca dapprima — lo si coglie nella seconda lettera di Cortés a Carlo V —, di tenere gli spagnoli lontani dalla capitale, ma alla fine è costretto ad accoglierli in essa e li alloggia e li tratta splendidamente, in una città meravigliosa, che, attesterà Bernal Díaz del Castillo, quando l’avevano scorta dall’alto delle montagne che circondavano la valle levarsi sulla laguna, era parsa loro come cosa “de encantamiento”, quale si raccontava nel libro dell’*Amadís*²⁶. Montezuma colma gli spagnoli di regali preziosi, di quell’oro che così ingordamente essi cercavano e che li convincerà a non più lasciare terra tanto ricca. Sarà la fine dell’imperatore e dell’impero.

Cortés, che sembra indifferente di fronte al dramma dell’imperatore azteco, del quale ammira la potenza, il suggestivo rituale che lo circonda, quando gli va incontro, ormai nelle vicinanze della capitale²⁷, rivela tuttavia assai presto un singolare attaccamento a Montezuma, tanto che, quando morirà, nelle note circostanze²⁸, egli si preoccuperà di far donazione di alcune terre alle tre figliole del vinto signore, “por

Aires, Losada, 1969). Scrive nell’epigrafe: “Ellos y los venados, ellos y los pavos azules poblaban aquel mundo de golosina. De otro planeta llegaron por mar seres de injuria [...]”.

²⁴ A. Reyes, *Moctezuma y la “Eneida mexicana”*.

²⁵ M. León - Portilla, *El reverso de la Conquista*, México, J. Mortiz, 1964, p. 29.

²⁶ Cfr. B. Díaz del Castillo, *op. cit.*, I, cap. LXXXVIII.

²⁷ Cfr. la descrizione nella “Segunda Carta-Relación”, in H. Cortés, *Cartas y Documentos cit.*, p. 58.

²⁸ Colpito, cioè, Montezuma dai suoi, quando tentava di calmarne l’ira contro gli spagnoli assediati.

la voluntad e amor que siempre mostró al servicio de Su Majestad”²⁹, ma anche perché Montezuma, ormai in punto di morte, lo aveva pregato “muy afectuosamente que habiendo respeto a lo mucho que me quería y deseaba complacer tuviese por bien de tomar a cargo tre hijas suyas que tenía y que las hiciese bautizar y mostrar nuestra doctrina” — cosa che Cortés fece, naturalmente — e “que si él muriese que mirase por aquellas hijas que eran las mejores joyas que él me daba y que partiese con ellas de lo que tuviese porque no quedasen perdidas, principalmente a la mayor que ésta quería él mucho [...]”³⁰.

Verè o false le affermazioni, ne viene un’interessante dimensione umana del conquistatore. Del resto, anche Bernal Díaz, a distanza di decenni, parlerà ancora con simpatia di Montezuma, del rispetto e dell’affetto con cui molti di loro finirono per trattarlo³¹. Dalla lettera di Cortés la figura dell’imperatore acquista un che di intensamente toccante. Nella seconda lettera-relazione il conquistatore aveva posto efficacemente in rilievo come l’imperatore azteco fosse contento di stare con coloro che lo avevano fatto prigioniero, i quali, peraltro, in un’occasione, non si erano fatti scrupolo di metterlo ai ceppi, “de que él no recibió poco espanto, aunque después de le haber hablado aquel día, se los quité y él quedó muy contento”, chiarisce Cortés³². Neppure in seguito alle reiterate offerte di porlo in libertà egli volle mai accettare. Scrive il condottiero:

Y fue tanto el buen tratamiento que yo le hice y el contentamiento que de mí tenía, que algunas veces y muchas le acometí con su libertad, rogándole que fuese a su casa; y me dijo todas las veces que se le decía que él estaba bien allá y que no quería irse, porque allí no le faltaba cosa de lo que él quería, como si en su casa estuviese, y que podría ser que yéndose y habiendo lugar, que los señores de la tierra sus vasallos le importunasen o le induciesen a que hiciese alguna cosa contra su voluntad, que fuese fuera del servicio de vuestra alteza; [...] ³³

Il comportamento di Montezuma rimane un mistero, per quante

²⁹ “Donación de tierras a las hijas de Moctezuma hecha por Hernán Cortés”, in H. Cortés, *Cartas y Documentos* cit., p. 358.

³⁰ *Ibid.*, p. 359.

³¹ B. Díaz del Castillo, *op. cit.*, I, cap. XCV, p. 296.

³² “Segunda Carta-Relación”, in H. Cortés, *Cartas y Documentos* cit., p. 63.

³³ *Ibid.*

spiegazioni si siano tentate. Scrive il Todorov: “Le personnage de Montezuma est certainement pour quelque chose dans cette non-résistance au mal”³⁴. Passività, paura, rassegnazione? Forse era solo, nell’accettazione fatalistica dell’evento, il timore di compromettersi inutilmente. Tanto più che dei suoi vassalli — che, se stiamo a Cortés, lo seguivano ritualmente in gran numero ad ogni sua uscita, e “cuando menos con él iban, pasaban de tres mil hombres, que los más de ellos eran señores y personas principales”³⁵ — non doveva essere molto sicuro, dati i precedenti. Né si può dimenticare, per comprendere Montezuma, l’atto incredibile, di estrema umiliazione, per una divinità verso la quale era vietato persino sollevare lo sguardo, di alzarsi le vesti davanti a Cortés per mostrare la sua natura unicamente umana e confondere, così, calunniatori e nemici, i quali avevano detto che era e si faceva dio: “‘A mí véisme aquí que soy de carne y hueso como vos y como cada uno, y que soy mortal y palpable’ — asiéndose él con sus manos de los brazos y del cuerpo — ‘Ved cómo os han mentido; [...]’”³⁶.

La scena non è grottesca, ma di una drammaticità terribile. Vi è in essa, senza che se ne renda probabilmente conto Cortés, il clima di tragedia che accompagna la fine non solo di un uomo, ma di tutto un popolo, il crollo di un sistema, l’agonia di una civiltà. Stupito, forse, per lo strano comportamento del sovrano, il conquistatore lo riferisce come episodio pittoresco, certamente, per porre poi subito in luce l’abilità della sua condotta: “Yo le respondí a todo lo que me dijo, satisfaciendo a aquello que me pareció que convenía, en especial en hacerle creer que vuestra majestad era a quien ellos esperaban; y con esto se despedió; [...]”³⁷. E’ evidente che Cortés si considera superiore al sovrano indigeno, più intelligente e più furbo. Infatti continua:

[...] e ido, fuimos muy bien proveídos de muchas gallinas y pan y frutas y otras cosas necesarias, especialmente para el servicio del aposento, y de esta manera estuve seis días, muy bien proveído de todo lo necesario, y visitado de muchos de aquellos señores.³⁸

³⁴ Z. Todorov, *La conquête de l’Amérique. La question de l’autre*, Paris, Editions du Seuil, 1982, p. 63.

³⁵ “Segunda Carta-Relación”, in H. Cortés, *op. cit.*, p. 64.

³⁶ Cfr. *ibid.*, p. 59.

³⁷ *Ibid.*, p. 60.

³⁸ *Ibid.*

Al di là della furbizia, o dell'insensibilità, se vogliamo, di Cortés, occorre notare qui, come il "selvaggio", buono o cattivo che sia, non compaia più. L'esperienza antillana di Colombo è ben lontana, come lo sono i miti cui aveva dato origine, alimentati dalla fantasia³⁹. Si tratta ora di membri di un mondo perfettamente organizzato che ha stupito, e continuerà a stupire, gli stessi spagnoli, espressione di una civiltà complessa, di categorie sociali di qualificata consistenza. Al "selvaggio" si sostituisce perciò il "signore". Del resto, che il mondo messicano fosse ben diverso da quello delle Antille era apparso a Cortés fin dallo sbarco sulle coste dello Yucatán. Nella prima delle sue lettere egli si attarda, infatti, a descrivere il modo di vestire degli abitanti: all'uomo che va nudo "como su madre lo parió", descritto da Colombo⁴⁰, succede l'uomo vestito, vale a dire, per l'europeo, civile. Ha termine l'utopia e inizia l'era del "reale meraviglioso", e se per quanto riguarda la natura, il termine di riferimento rimane la Spagna, ben presto prende il sopravvento la singolarità di un paesaggio diverso, la grande cordigliera, ad esempio, costituita da "sierras muy hermosas", tra esse alcune assai alte, e una che tutte le supera, sì che da essa si vede il mare ed è coperta di qualcosa che parrebbe neve:

y es tan alta que si el día no es bien claro no se puede divisar ni ver lo alto de ella, porque de la mitad arriba está todo cubierto de nubes, y algunas veces, cuando hace muy claro el día, se ve por cima de las dichas nubes, lo alto de ella, y está tan blanca que lo juzgamos por nieve, y aun los naturales de la tierra nos dicen que es nieve; mas porque no lo hemos bien visto, aunque hemos llegado muy cerca, y por ser esta región bien cálida, no nos afirmamos si es nieve.⁴¹

Se non toccata con mano, la realtà americana appare incredibile e misteriosa per gli europei. "Trabajaremos de ver aquello y otras cosas", scrive Cortés nella lettera-relazione⁴², per poter dare al sovrano informazioni esatte. Case e templi, chiamati, per l'esperienza patria, "mezquitas", sono già argomento della prima lettera: questi, imponenti costruzioni, adornate "con plumajes y paños muy labrados y con toda

³⁹ Ad esempio i miti del "buono" e poi del "cattivo" selvaggio.

⁴⁰ Cfr. C. Colombo, *Diario de a bordo*, ed. di L. Arranz, Madrid, Historia, 16, 1985, p. 91.

⁴¹ "Primera Carta-Relación", in H. Cortés, *op. cit.*, p. 23.

⁴² *Ibid.*

manera de gentileza”⁴³, quelle, con “aposentos” molto “amoriscados”, ma anche con numerose stanze ben adorne, diversi cortili, pozzi e “albercas de agua”, alloggiamenti per il servizio e per gli schiavi⁴⁴. Una società, quindi, simile in parte a quella iberica. Senonché esiste in essa la barbara usanza dei sacrifici umani ed è diffuso il “vicio horrendo”, la sodomia, già presente nelle Antille. Scrive turbato Cortés al sovrano: “aun allende de lo que arriba hemos hecho relación a vuestra majestad de los niños y hombres y mujeres que matan y ofrecen en sus sacrificios, hemos sabido y sido informados de cierto que todos son sodomitas y usan aquel abominable pecado”⁴⁵.

Nonostante le meraviglie incontrate, sarà nella seconda lettera di Cortés che il mondo messicano prenderà forma, irradiando tutto il suo splendore. Noteremo, intanto, che il conquistatore afferma continuamente l'intervento di Dio, in favor suo e dei compagni. La forza degli spagnoli viene dal fatto che Dio è con loro, lotta al loro fianco e decide delle situazioni più pericolose, permettendo di penetrare e assoggettare un mondo che non cessa di stupire gli invasori. Cortés descrive così, al sovrano, con partecipazione controllata, quanto lo colpisce. Inutile dire che la natura gioca un ruolo importante, solo superato dalla meraviglia delle costruzioni urbane. E qui interviene anche il paragone con l'Africa, unico mondo extraeuropeo e immediato conosciuto⁴⁶. Splendida è la città di Caluaualcán e non meno bella è Tzotapalapa, che conta “doce o quince mil vecinos, la cual está en la costa de una laguna salada grande, la mitad dentro del agua y la otra mitad en la tierra firme”, con case “que son tan buenas como las mejores de España”, giardini di rose, piscine d'acqua dolce e in esse molti pesci, uccelli acquatici, boschi d'intorno⁴⁷.

Questo atteggiamento di meraviglia non scomparirà, fino all'arrivo a Temixtitán, che Cortés descrive al sovrano, nella sua lettera, minutamente, non solo nell'edilizia, ma anche nell'organizzazione della vita cittadina, posto anzitutto l'accento sulla singolarità e lo splendore della laguna su cui si innalza; laguna salata, grande, dove l'acqua “crece y mengua por sus mareas según hace la mar todas las crecientes” e corre

⁴³ *Ibid.*, p. 24.

⁴⁴ *Ibid.*

⁴⁵ *Ibid.*, p. 25.

⁴⁶ Cfr. “Segunda Carta-Relación, in H. Cortés, *op. cit.*, p. 45.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 55.

all'altra laguna d'acqua dolce "tan recio como si fuese caudaloso río, y por consiguiente a las menguantes va la dulce a la salada" ⁴⁸. Curioso fenomeno, che rende ancor più incantevole la città, dove l'ordine civile è perfetto, la giustizia amministrata con rigore e saggezza, la gerarchia religiosa rigida. Senonché vi è la nota raccapricciante dei sacrifici umani, sui quali il conquistatore insiste dettagliatamente, per tornare poi alla meraviglia delle costruzioni, al perfetto servizio d'acqua, alla distinzione della popolazione:

La gente de esta ciudad es de más manera y primor en su vestir y servicio que no las otras de estas otras provincias y ciudades, porque como allí está siempre este señor Mutezuma, y todos los señores sus vasallos ocurrían siempre a la ciudad, había en ellas más manera y policía en todas las cosas. [...] ⁴⁹

E tuttavia, la grandezza e lo splendore della città sono pallido riflesso di ciò che è Montezuma, dei palazzi sontuosi in cui vive, della vita che in essi si conduce. La descrizione di Cortés è lunga, minuziosa, e attesta le qualità d'osservatore del condottiero. Nel complicato cerimoniale cui assiste lo colpisce la categoria umana e sacra a un tempo del sovrano azteco.

In sostanza, Cortés afferma nelle sue lettere l'esistenza di un grande mondo civile, solo macchiato dai sacrifici umani, dal culto reso a dèi falsi, non al Dio vero. Un mondo certamente "altro", per il quale il conquistatore, abbacinato, sembra voler chiaramente concludere con un paragone d'inferiorità circa quello iberico dal quale proviene. Non esiterà a far questo, per quanto riguarda la cultura "náhuatl", frate Bernardino de Sahagún ⁵⁰, con tutte le conseguenze che implicherà per

⁴⁸ *Ibid.*, p. 72.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 76.

⁵⁰ Cfr. Fr. B. de Sahagún, *Historia General de las cosas de Nueva España*, México, Fondo de Cultura Económica, 1956, 4 voll. E' significativo, in proposito, il "Prólogo" al *Libro Sexto*, che tratta "De la Retórica y Filosofía moral y Teología de la Gente mexicana ...", nel vol. II dell'edizione citata, p. 53, dove il frate celebra con trasporto il mondo indio e contro i calunniatori scrive: "[...] En este libro se verá muy claro que lo que algunos émulos han afirmado, que todo lo escrito en estos libros, antes de éste y después de éste, son ficciones y mentiras, hablan como apasionados y mentirosos, porque lo que en este libro está escrito no cabe en entendimiento de hombre humano el fingirlo, ni hombre viviente pudiera fingir el lenguaje que con él está".

lui e per la sua opera ⁵¹, come orgogliosamente affermerà l'Inca Garcilaso la superiorità della civiltà incaica e di quel Cuzco che, nel suo mondo, "es otra Roma" ⁵².

Se la Spagna ha un grande imperatore, Carlo V, il Messico, s'intende dalle parole di Cortés, ha un sovrano non meno grande, anche se sfortunato, vinto e prigioniero. "Visiones externas, de lo que entra por los ojos", scrive il D'Olwer ⁵³, accomunando le entusiastiche impressioni di Cortés e quelle di Bernal Díaz del Castillo ⁵⁴, ritenendo che nulla di più si potesse chiedere a dei guerrieri: "Profundizar en el meollo de las ideas, escapa a los guerreros: será patrimonio de varones de hábito o de toga" ⁵⁵. Tuttavia, per quanto esterna, per quanto impressione della vista, Cortés coglie acutamente la realtà di un Messico che ancora vive del suo splendore e dei suoi ordinamenti, cui lui stesso porrà fine. Non penetra in profondità nel mondo che ha conquistato, ma di esso diffonde l'ultima immagine favolosa, straordinariamente suggestiva. Sarà una visione destinata, nonostante tutto, a perdurare nei secoli, proprio

⁵¹ I testi di B. de Sahagún verranno proibiti e requisiti. Miguel León - Portilla, in *La filosofía náhuatl estudiada en sus fuentes*, México, UNAM, 1959², p. 10, allude a preoccupazioni dei francescani stessi circa il risorgere del culto pagano in Messico. La Real Cédula di Filippo II, del 22 aprile 1577, è chiara: il frate aveva raccolto nella sua opera tutti i "ritos, y cerimonias é idolatrías que los indios usaban en su infidelidad", e benché sembrasse sottinteso "que el celo del dicho Fr. Bernardino había sido bueno, y con deseo que su trabajo sea de fruto, ha parecido que no conviene que este libro se imprima ni ande de ninguna manera en esas partes, por algunas causas de consideración; y así os mandamos que luego que recibáis esta nuestra cédula, con mucho cuidado y diligencia procuréis haber estos libros, y sin que dellos quede original ni traslado alguno, los enviéis a buen recaudo en la primera ocasión a nuestro Consejo de las Indias, para que en él se vean; y estaréis advertido de no consentir que por ninguna manera persona alguna escriba cosas que toquen a supersticiones y manera de vivir que estos indios tenían en ninguna lengua, porque así conviene al servicio de Dios Nuestro Señor y nuestro". (Cfr. *Nueva Colección de Documentos para la Historia de México*, México, Chávez Hayhoe, 1941; cito da M. León - Portilla, *op. cit.*, pp. 10-11).

⁵² Garcilaso de la Vega, Inca, "Proemio: Al Lector", in *Comentarios Reales de los Incas*, prólogo, ed. y cronología de Aurelio Miró Quesada, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1976, I, p. 5; ma l'Inca proclama in varie occasioni l'identità di una dignità storico-culturale: Cuzco = Roma.

⁵³ L.N. D'Olwer, nota introduttiva alle pagine scelte di H. Cortés in *Cronistas de las Culturas precolombinas*, México, Fondo de Cultura Económica, 1963, p. 164.

⁵⁴ Cfr. per il ritratto di Montezuma B. Díaz del Castillo, *op. cit.*, I, cap. XCI, p. 270.

⁵⁵ L.N. D'Olwer, *op. cit.*, p. 164.

come l'immagine antillana di Colombo, e giungerà fino a noi, ben più consistente di quella che altri storici successivi porranno in circolazione, perché legata a un momento irripetibile della storia, al perdurante fascino di un'impresa straordinaria, comunque la si voglia giudicare.

Nella sensibilità occidentale è rimasta impressa, attraverso i secoli, la visione cortesiana del mondo messicano. Nessun altro cronista è riuscito a scalzarla, neppure Bernal Díaz del Castillo, pur così convincente scrittore. Ed è la visione che Cortés consegna nella seconda lettera all'imperatore Carlo V.

Le altre lettere non hanno certamente, per noi, l'importanza, né la suggestione di questa seconda, anche se, per la storia della conquista del Messico e per la storia personale di Cortés, hanno ugualmente valore. Nella terza relazione il condottiero scrive delle distruzioni, delle carneficine che accompagnarono la lotta contro i difensori della capitale azteca. Sono scene apocalittiche — che Bernal Díaz conferma in tutto il loro orrore ⁵⁶ —; i combattimenti si susseguono per giorni e giorni, di fronte alla decisione indigena di morire piuttosto che arrendersi, tanto più intimamente offesi gli aztechi per la partecipazione a fianco degli invasori di loro antichi alleati e vassalli. Cortés enumera i tentativi da lui fatti per togliere i difensori della città dalla “determinación que tenían de morir” ⁵⁷. Egli doveva essere profondamente impressionato di questo e lo manifesta con molta umanità nella lettera all'imperatore, quando, ormai presa la città, descrive l'incredibile numero di morti in cui s'imbatte entrandovi: “hallábamos los montones de los muertos, que no había persona que en otra cosa pudiese poner los pies” ⁵⁸. Al tempo stesso insiste sui tentativi da lui fatti per impedire le vendette da parte degli ex-vassalli degli aztechi, ma inutilmente:

Y también dije a todos los capitanes de nuestros amigos que en ninguna

⁵⁶ Si veda in B. Díaz del Castillo, *op. cit.*, II, cap. CLVI, p. 64: “[...] digo que juro, amén, que todas las casas y barbacoas de la laguna estaban llenas de cabezas y cuerpos muertos, que yo no sé de qué manera lo escriba, pues en las calles y en los mismos patios de Tatelulco no había otra cosa, y no podíamos andar sino entre cuerpos y cabezas de indios muertos. [...] así el suelo y la laguna y barbacoas todo estaba lleno de cuerpos muertos, y hedía tanto que no había hombre que lo pudiese sufrir. [...]”.

⁵⁷ “Tercera Carta-Relación”, in H. Cortés, *op. cit.*, p. 184.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 188.

manera consintiesen matar a los que salían; y no se pudo tanto estorbar, como eran tantos, que aquel día no mataron y sacrificaron más de quince mil ánimas; [...] ⁵⁹

Finché per gli assediati tutto è perduto; la situazione precipita e nulla vale a nascondere la tragicità del momento. Scrive Cortés che ai difensori “ni les aprovechaba disimulación ni otra cosa porque no viésemos su perdición y su flaqueza muy a la clara” ⁶⁰. Settantacinque giorni dura l’assedio e alla fine lo stesso imperatore azteco, Guatimucín, tenta la fuga attraverso la laguna, ma scoperto è fatto prigioniero. Cortés lo tratterà, se stiamo a Bernal Díaz del Castillo, con particolare comprensione e bontà, da abile politico quale egli era, incoraggiandolo a che “descansase su corazón y de todos sus capitanes” ⁶¹. Ciò non impedirà che la sorveglianza su di lui sia strettissima. Cortés se lo porterà dietro, con altri signori di rango, allorché intraprenderà altre imprese di conquista, finché, come denuncia nella quinta lettera di relazione ⁶², venuto a conoscenza di un complotto, lo farà giustiziare. Cosa che, a distanza di anni, ancora gli rimprovera duramente il Díaz del Castillo: “Y fue esta muerte que les dieron (a Guatemuz e a suo cugino) muy injustamente, y pareció mal a todos los que íbamos” ⁶³.

Caduta la capitale l’impero azteco era finito. Il bottino fu enorme, l’oro in particolare, se Cortés attesta che “montó lo que se fundió más de ciento y treinta mil castellanos” ⁶⁴; ma ancora ne rimase e fu diviso tra il conquistatore e i suoi soldati “según la manera y servicio y calidad de cada uno”, mentre “ciertas piezas y joyas de oro, y de las mejores de ellas” furono date, nella misura del “quinto” dovuto, al tesoriere di sua maestà ⁶⁵. Inoltre Cortés inaugurava un singolare sistema di “affidamento” di signori aztechi e di indigeni in genere agli spagnoli, affinché “sirvan y den a cada español a quien estuvieran depositados, lo que hubieran menester para su sustentación” ⁶⁶. Che è un modo di schiavitù, con obbligo di mantenimento del padrone.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ *Ibid.*, p. 189.

⁶¹ B. Díaz del Castillo, *op. cit.*, II, cap. CLVI, p. 62.

⁶² “Quinta Carta-Relación”, in H. Cortés, *op. cit.*, p. 263.

⁶³ B. Díaz del Castillo, *op. cit.*, II, cap. CLXXVII, p. 205.

⁶⁴ “Tercera Carta-Relación”, in H. Cortés, *op. cit.*, p. 110.

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ *Ibid.*, p. 201.

Nella quarta lettera di relazione Cortés fa riferimento alla legittimazione regia del suo potere, illustra la ricostruzione della capitale — alla quale partecipano in un primo tempo con singolare entusiasmo, se stiamo a fra' Toribio de Benavente ⁶⁷, "Motolinía", gli indigeni, procurando a loro spese i materiali; un quartiere della nuova Messico è riservato esclusivamente agli spagnoli e viene costruita anche una darsena ove ritirare i brigantini, che così bene avevano servito all'operazione. Si inizia anche la prima fabbricazione in America di armi da fuoco, le colubrine, e una di esse "muy ricamente labrada, de oro bajo y plata de Mechucacán, que la llamaban el Ave Fénix", viene dal conquistatore inviata a Carlo V, accompagnata da allusivi, non certo artistici, versi:

Esta ave nació sin par;
yo, en serviros, sin segundo;
vos, sin igual en el mundo. ⁶⁸

Le difficili avventure che portarono Cortés, nella sua ulteriore conquista, dal Messico al Guatemala e all'Honduras sono narrate con abbondanza di particolari nella quinta lettera di relazione. Che è anche una lettera di rivendicazione dell'onestà della sua condotta di fronte alle accuse dei nemici e alle limitazioni sempre maggiori che l'Audienza di Messico andava facendo al suo potere e ai suoi diritti, peraltro sanciti dall'imperatore.

Non mi soffermerò su questi particolari, ma sì segnalerò come, contro la durezza di Alvarado e i soprusi che sugli indigeni commette in Guatemala, Cortés intervenga in qualità di pacificatore ⁶⁹. Egli mostra, così, oltre che un opportuno senso politico, qualità di partecipazione umana. Il mondo conquistato sembra essere divenuto veramente il suo mondo, e forse è da intendere anche in questo senso la foga con cui cerca di smontare le accuse che si levano contro di lui come colpevole di lesa maestà, non solo, ma come sfruttatore: egli dichiara che servire sua maestà e la corona è la sua maggiore aspirazione e per far ciò si è esposto "a tantos y tan grandes peligros", sopportando "trabajos tan sin comparación y no por codicia de tesoros"; se questo fos-

⁶⁷ Fr. T. de Benavente, *Memoriales e Historia de los Indios de la Nueva España*, Madrid, Atlas (B. A. E., t. CCXL), 1970, p. 205.

⁶⁸ B. Díaz del Castillo, *op. cit.*, II, cap. CLXX, p. 173.

⁶⁹ Cfr. "Quinta Carta-Relación", in H. Cortés, *op. cit.*, p. 309.

se stato il suo fine non avrebbe speso il suo danaro per servire il sovrano ⁷⁰. Cortés è convinto della bontà della sua impresa, che tanto ha esteso il potere imperiale e aperto un campo così grande alla religione cattolica, fino ad asserire che “en muy breve tiempo se puede tener en estas partes por muy cierto se levantará una nueva iglesia, donde más que en todas las del mundo Dios Nuestro Señor será servido y honrado; [...]” ⁷¹. Morto Cortés, fra’ Toribio de Benavente, nella sua *Carta al emperador Carlos V*, tessendo l’elogio del conquistatore, ne sottolineerà lo spirito pio:

tenía fe y obra de buen cristiano y muy gran deseo de emplear la vida y hacienda por ampliar y aumentar la de Jesucristo y morir por la conversión de estos gentiles. Y en esto hablaba con mucho espíritu, como aquel a quien Dios había puesto por singular capitán de esta tierra de Occidente [...]. ⁷²

Naturalmente, il padre Bartolomé de Las Casas avrà opinione diametralmente opposta, e il più tenero paragone per Cortés lo troverà, come si è detto, in Nerone, che canta indifferente di fronte all’incendio di Roma. Ma per i millenaristi francescani Cortés era ben altro personaggio, una sorta di inviato da Dio. Ricordiamo il rispetto, la devozione con cui il conquistatore aveva accolto, dal loro sbarco sulle coste messicane alla capitale, il gruppo dei dodici francescani — “Los Doce” come poi furono chiamati — inviati a evangelizzare il Messico, meravigliando persino Montezuma e i signori “principales” che l’accompagnavano, per tante dimostrazioni di deferenza nei confronti di strani personaggi, che giungevano non certo in pompose vesti, dopo aver percorso a piedi tutto il cammino dalla costa alle montagne, alla vallata, fino a raggiungere la capitale ⁷³. Col suo appoggio il millenarismo francescano si rafforza. Del resto, per molti anni unici portatori del Vangelo nelle nuove terre d’America, la conversione di così grandi masse di indigeni, di tutte le classi sociali, doveva sembrare ai frati compimento

⁷⁰ *Ibid.*, p. 318.

⁷¹ *Ibid.*

⁷² Cfr. Fr. T. de Benavente, *Carta al Emperador Carlos V*, in appendice a *Historia de los Indios de la Nueva España*, México, Editorial Porrúa, 1973², p. 219.

⁷³ Cfr., per le accoglienze fatte da H. Cortés ai “Doce” frati francescani, B. Díaz del Castillo, *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España* cit., pp. 177-178.

delle promesse dell'Apocalisse, inaugurazione definitiva del tempo dello Spirito Santo, della comprensione spirituale, e, come scrive il Baudot, "sería el de la Iglesia de los religiosos que aboliría la Iglesia terrenal" ⁷⁴. Regno di mille anni, alla vigilia della fine delle nazioni.

Non è senza significato il fatto che fra' Martín de Valencia, fervente seguace della riforma di fra' Juan de Guadalupe in Estremadura, fosse a capo, nel 1524, della missione dei "Doce" che si recava in Messico per convincere i saggi locali della falsità della religione che fino allora avevano seguito. Aderiranno entusiasti al sogno millenarista fra' Toribio de Benavente e fra' Jerónimo de Mendieta. Il fatto che l'indio vivesse povero e sprovvisto di tutto rafforzava nei padri serafici il convincimento di essere prossimi all'avvento del "tempo nuovo". I conquistatori spagnoli facevano duro contrasto, per sete di ricchezza e disonestà di condotta, con l'innocenza degli indigeni, redenti o da redimere. Occorreva separare questi ultimi dai corrotti occidentali e la politica francescana nella Nueva España si ispirò a un ripudio totale degli spagnoli, eccezion fatta per Cortés e per coloro che stavano dalla sua parte contro la burocrazia statale che accresceva il proprio potere. I padri denunciavano senza mezzi termini l'ingiustizia che la nazione indigena fosse serva "de la advenediza y extranjera [...]" ⁷⁵. Così almeno si espressero i teologi francescani riuniti a Messico l'8 marzo 1594. Ma il convincimento, e l'azione in questo senso, datavano dai primi tempi, quando in Cortés i seguaci di San Francesco sembrarono aver visto la possibilità di un sovrano americano.

I padri serafici vagheggiavano uno stato indio-cristiano e vedevano nell'ispanizzazione un grave pericolo morale. Cortés aveva finito per diventare, nonostante tutto, malgrado le carneficine della conquista, malgrado la sua condotta con "doña Marina", la nota "Malinche", anch'essa, infine, strumento della Provvidenza, un simbolo dei tempi nuovi. Per innalzare una barriera tra spagnoli e indigeni, i francescani, ormai conoscitori esperti e ammiratori delle lingue indigene, in particolare del náhuatl, diffusero con impegno questa lingua fino al Nicaragua. Scrive il Baudot: "Teniendo todo en cuenta, parece que el inven-

⁷⁴ G. Baudot, *Utopía e Historia en México*, Madrid, Espasa-Calpe, 1983.

⁷⁵ Cfr. *ibid.*, pp. 98-99. Lo studioso cita dal *Parecer del Padre Provincial y otros religiosos teólogos de la Orden de San Francisco, dado a México a 8 de marzo de 1594 acerca de los Indios que se dan en repartimiento a los Españoles*, in *Cartas de Religiosos de Nueva España*, della *Nueva Colección de Documentos para la Historia de México*, México, Chavez Hayhoe, 1941, I.

tario, la exploración y la comprensión del mundo precolombino se hallaban inscritos en la parte más sutil del proyecto milenarista de los evangelizadores seráficos”⁷⁶. Si spiega allora come i testi di frate Bernardino de Sahagún, della sua *Historia general de las cosas de Nueva España*, stesi prima in náhuatl, celebranti con entusiasmo il mondo vinto e la sua cultura, divenissero pericolosi per la corona, che ne ordinò, nel 1577, la requisizione. La medesima sorte era toccata nel 1553 alla *Hispania Victrix* di López de Gómara, e decenni prima alle *Cartas de relación* di Cortés, messe al bando nel 1527. La corona, a partire da quest’ultimo anno, si fa sempre più sospettosa e non solo requisisce gli scritti sul mondo indigeno, ma proibisce di studiare qualsiasi pittografia o descrizione del mondo conquistato.

Pur celebrative dell’impresa ispanica, le *Cartas* di Cortés davano troppo spazio alla cultura e allo splendore del mondo messicano. Né in minor sospetto era López de Gómara, che non solo celebrava Cortés, anche se il personaggio era ormai scomparso, ma aveva dedicato la sua opera al figlio, Martín Cortés, perché come aveva ereditato il maggiorasco ne ereditasse anche la storia⁷⁷. Non dimentichiamo che Martín fu, in seguito, nel 1565-1566, implicato nella prima grande congiura che parve destinata, per un momento, a mettere in pericolo il dominio ispanico sulla Nueva España⁷⁸.

Timori della corona, agitazioni della colonia, tutto aveva, in fondo, origine dall’atteggiamento non dirò ribelle di Hernán Cortés, ché anzi professò sempre la sua lealtà all’imperatore, ma dal suo discostarsi dal-

⁷⁶ G. Baudot, *op. cit.*, p. 100. Richiameremo, sul millenarismo francescano, gli studi di A. Maravall, *La utopía político-religiosa de los franciscanos en Nueva España*, “Estudios Americanos”, 2, Sevilla 1949, ora in J.A. Maravall, *Utopía y reformismo en la España de los Austrias*, Madrid, Siglo XXI de España, 1982, e J.L. Phelan, *El reino milenarista de los Franciscanos en el Nuevo Mundo*, México, UNAM, 1972. Per il millenarismo in Perù, cfr. A. Milhou, *Du pillage au rêve édénique. Sur les aspirations milénaristes des “soldados pobres” du Pérou (1542-1578)*, “Caravelle”, 46, Toulouse 1986.

⁷⁷ F. López de Gómara, *op. cit.*

⁷⁸ Cfr. M. Bataillon, *Hernán Cortés, autor prohibido*, in *Libro Jubilar de Alfonso Reyes*, México, UNAM, 1956, e M. Orozco y Berra, *Noticia histórica de la conjuración del Marqués del Valle, años 1565-1568*, México, 1853. Cfr. anche, per Cortés e la sua attività, R. Iglesias, *Cronistas e historiadores de la Conquista de México. El ciclo de Hernán Cortés*, México, El Colegio de México, 1942, e circa la vita nella colonia e la supposta congiura il divertente libro di F. Benítez, *La vida criolla en el siglo XVI*, México, El Colegio de México, 1953.

la burocrazia statale che si impiantava in America. Gli scritti del conquistatore rivelano, al disopra della professionalità, diciamo così, dell'uomo d'arme, una particolare attenzione, e anche, non di rado, notevole sensibilità, nei confronti del mondo indigeno, che certamente lo affascinava, e lo dichiara, anche se protesta i propri limiti di scrittore. Le sue *Cartas* costituiscono — il Baudot l'ha notato ⁷⁹ — un primo e prezioso avvicinamento a un mondo ancora vivo, al quale i religiosi etnografi si accosteranno quanto è ormai “medio dormido”. E' esatto: Cortés ha la fortuna di vedere il mondo azteco nel pieno del suo vigore, meccanismo complesso ancora in perfetta funzione; i religiosi lo vedranno, invece, ormai smontato e distrutto; dalle ceneri tenteranno di salvarne le reliquie, di ricostruirne la storia, cercando di penetrare più acutamente di quanto avesse potuto fare un soldato come Cortés nella sua dimensione spirituale, con una preparazione culturale di ben altra natura da quella del conquistatore, ma anche con una non rara incomprendimento per il fatto traumatico del crollo del mondo indigeno e delle sue credenze. Come interpretare se non in questo senso quanto traspare dal *Libro de los coloquios* — testo ritrovato nell'archivio segreto della Vaticana nel 1924 —, dove si raccolgono le ragioni che i saggi indigeni opposero ai primi dodici francescani giunti nella capitale, che pretendevano di convincerli dalla falsità dei loro dei?

Il colloquio avviene sotto il “regno” di Cortés, e quindi, sia pure indirettamente, egli ne è responsabile. L'occasione è data dalla reazione, cortese, di uno dei “señores principales” riuniti dai frati nell'atrio del convento di San Francesco — appena fondato, e in via di costruzione —, a Tenochtitlán, davanti alla dura condanna del sistema spirituale sul quale il mondo indigeno si reggeva. Il personaggio manifesta, come scrive Miguel León - Portilla, “su disgusto al ver así atacadas las costumbres y creencias tan estimadas por sus abuelos y abuelas”, ma poiché non si ritiene così addentro nella questione, afferma che ancora esistono maestri, sacerdoti e astrologi indigeni in grado di dare adeguata risposta ⁸⁰.

⁷⁹ G. Baudot, *op. cit.*, p. 22.

⁸⁰ Cfr. M. León - Portilla, *El reverso de la Conquista*, México, J. Mortiz, 1964, che a sua volta si rifà alla produzione facsimilare dei *Coloquios y Doctrina Christiana con que los Doze Frayles de San Francisco embiados por el Papa Adriano Sexto y por el Emperador Carlos Quinto convirtieron a los Indios de la Nueva España*, in *Lengua Mexicana y Española*, “Revista Mexicana de Estudios Históricos”, I.

In questa parte il *Coloquio* è dominato da un non deposto orgoglio, da una fiera dignità di fronte ai vincitori, anche se v'è coscienza nei saggi che gli spagnoli sono ormai i padroni. Trascorsi alcuni giorni i sacerdoti del mondo vinto intervengono direttamente: nelle loro parole, pacate, rituali, domina la consapevolezza di un destino senza rimedio, che ha voluto la caduta degli dèi, lo sgretolamento di un universo organico e forte, retto sui pilastri della religione. Se i sacerdoti discutono con impegno, con dignità intramontata, nonostante la coscienza di essere vinti, il loro argomentare non nasconde illusioni, è fin dall'inizio senza speranza di efficacia sui vincitori, sui portatori della nuova religione. Colpisce un generale senso di stanchezza cosmica: i saggi indigeni manifestano il desiderio di non sopravvivere alla rovina del loro mondo, già retto da divinità nelle quali ancora credono, anche se, per cortesia, o per prudenza, non escludono di potere un giorno arrivare ad accogliere la nuova religione. Il richiamo a un destino perituro, comune alle due parti, che quindi dovrebbe indurre a superare le contese, si affianca alla rivelazione di credenze anch'esse in gran parte comuni. Se i saggi indigeni accentuano, per dir così, la propria miseria — “Somos tan sólo gente vulgar [...]” —, compiono tuttavia un estremo, e dignitoso, tentativo per difendere la cultura civile e religiosa del loro mondo. Accusati di non aver conosciuto il “Señor del cerca y del junto”, di colui “de quien son los cielos y la tierra”, quindi di adorare dèi falsi, rispondono insinuando chiaramente l'ignoranza, da parte degli interlocutori cattolici, della verità circa la loro religione. E' l'atto finale di una grande tragedia, dopo la quale la morte è d'obbligo:

Somos gente vulgar,
somos precederos, somos mortales,
déjennos pues ya morir,
déjennos ya perecer,
puesto que ya nuestros dioses han muerto.

L'elegia diviene inno alla felicità del mondo scomparso. Il senso di un “Paradiso perduto” si accentua di fronte a tanta rovina. Presi da un rigurgito di nostalgia e di amarezza i saggi non sembrano ora rendersi conto che in questo modo, con la celebrazione del passato, le loro parole sono destinate ad affossare ancor più il regno già felice, gli dèi venerati, ma vinti, le forme eccellenti della loro esistenza. Ancor più questo avverrà davanti all'esclamazione, ormai francamente orgogliosa,

che anch'essi conoscono il vero Dio, alla celebrazione del mondo distrutto, con un'improvvisa presa di coscienza delle conseguenze che possono avere le loro parole. Di qui la nuovamente ostentata nota di rassegnata sottomissione, la preghiera ai vincitori che abbiano misericordia dei vinti, cura di coloro che sono ormai divenuti "cosa loro", ma anche un ultimo guizzo di dignità che riporta a misurare la dimensione di quanto è stato perduto.

Cortés non è protagonista diretto, abbiamo detto, di questo inquietante momento, ma è, naturalmente, dalla parte dei francescani, né poteva essere diversamente, e perciò il fatto va considerato nel trattare del suo atteggiamento verso il mondo indigeno, che è in sostanza spiegabilmente complesso, dominato sí dalla diffidenza, dalla necessità di imporsi militarmente, dalla certezza religiosa, ma anche dallo stupore, dalla meraviglia, poi da un crescente senso di stima per gli uomini e per la civiltà che lui stesso ha distrutto, o quantomeno arrestato nel suo cammino.

Con Cortés e con la conquista si consuma un grande sacrificio, quello del mondo indigeno, e nel contempo si apre una pagina nuova per la storia di tale mondo, destinato a riaffiorare da ogni parte nella cultura imposta dai vincitori.

Giuseppe Bellini

RECENSIONI

AA.VV., *Philologica Hispaniensa in honorem Manuel Alvar. II. Lingüística*, Madrid, Gredos, 1985.

Se trata de la segunda parte del monumental homenaje a Manuel Alvar quien “a pesar de su edad casi ... joven” (como lo definió Jorgu Jordan, p. 7) es autor de una dilatada producción científica (que alcanza icasi medio millar de títulos!) y ha llegado a representar, al lado de un Dámaso Alonso, un R. Lapesa y pocos más, la cumbre de la filología y la lingüística peninsular entre los contemporáneos vivientes.

En 1983 se ha publicado el primer tomo dedicado a la *Dialectología*, el cual no ha dejado de llamar la atención de los especialistas por el alto nivel de las contribuciones entre las que descuellan (por su número y calidad) las dedicadas a la hispanoamericanística (de los 68 artículos que contiene, 20 se refieren a lo hispanoamericano, contra 15 correspondientes al español de España, 3 a la dialectología general, 2 al judeo-español fuera de España, 1 al portugués, 1 al catalán, 1 al latín; a los que hay que añadir un ensayo onomasiológico friulano de mi conocido colega y viejo amigo G.B. Pellegrini). En aquel volumen al que he tenido el honor de colaborar (cfr. *Gergalismos italianos en la “gíria” brasileña y su relación con el “lunfardo” argentino*, pp. 425-435), encontré algunos de los nombres más autorizados de la hispanoamericanística actual: de Kurt Baldinger a Eugenio Chang Rodríguez; de Alberto Escobar a Guillermo Cuitarte; de Juan M. Lope Blanch a José Joaquín Montes G.; de Ambrosio Rabanales a Antonio Tovar ... (recuerdo que don Manuel — permítaseme esta pequeña digresión anecdótica — al comentar conmigo el tomo que tenía entre manos mientras lo ojeaba durante una pausa del VIII congreso de la AIH en Providence, exclamó emocionado: “¡Están todos ...!”).

Ese primer tomo ha tenido en Italia suficiente resonancia como para no precisar más comentarios. Me detengo, pues, por más reciente y, por lo tanto, menos conocido, en este segundo tomo dedicado a la lingüística. Al no poder analizarlo todo, debido a la extensión y variedad de los 45 estudios que contiene y al poco espacio del que dispongo, me limito a escoger una muestra sintomática dentro del sector lexicológico y lexicográfico (el cual representa un 20% del volumen) para reanudar un tema que me interesa de cerca y del que ya he tratado en esta revista. Esto no quita importancia, por supuesto, a los demás trabajos que están firmados por autores prestigiosos: de Jorgu Jordan a A.M. Badia i Margarit; de Rafael Lapesa a Yakov Malkiel; de Harri Meier a Bernard Pottier ... (con todo, non puedo dejar de mencionar expresamente el soberbio ensayo de Jean-Claude Chevalier, Michel

Launay, Maurice Molho acerca *Del Morfema "SI"* el cual ocupa una cuarentena de páginas apretadas que me han resultado iluminantes.

Veamos, pues, dentro de aquel sector, aunque sea a vuelo de pájaro, algunos de los trabajos más significativos.

Vidal Alba de Diego, *En torno a la derivación*, pp. 21-32:

Dentro del léxico que, como es sabido, es el componente más inestable de la lengua, el más disponible al cambio lingüístico, el más expuesto a la inestabilidad y productividad, y, a su vez, dentro de los numerosos procedimientos de nueva formación de unidades léxicas, se estudia la derivación como factor importante de evaluación lingüística.

El trabajo comienza oportunamente con la definición del fenómeno, la cual merece transcribirse textualmente: "entendemos por derivación el conjunto de procedimientos morfosintácticos que forman nuevas unidades monolexémicas a partir de un elemento radical (o ya derivado), autónomo y reconocible mediante la adición inmediata (antepuesta o pospuesta, o en ambas posiciones a la vez) de uno o varios morfemas afijales" (p. 21). A continuación, se ubica dentro del fenómeno de la derivación (y no de la composición), no sólo los sufijos sino también los prefijos, justamente por su mínima independencia sintáctica y semántica; se precisa además (me parece que con todo acierto) que "los prefijos funcionan *homocategorialmente* mientras los sufijos pueden hacerlo *heterocategorialmente*" (p. 25), estableciéndose una delimitación entre base y afijo que "no siempre es fácil" (p. 26) y agregándose que "mientras el sufijo normalmente funciona sólo estando unido indisolublemente a su base, 'muchos prefijos' verdaderos aparecen como separables de su base y pueden funcionar dentro de otras categorías gramaticales", sin contar que el prefijo deja "siempre" intacta la palabra base mientras que el sufijo suele "*casi* siempre" modificarla (p. 27). "Una última diferenciación radica en que el prefijo deja intaco el carácter acentual de la palabra y se caracteriza por su atonicidad mientras que el sufijo asume siempre la función de elemento acentuado" (p. 28). Se pasa luego a considerar los puntos de contacto y las diferencias entre afijos y morfemas flexivos (pp. 28-29) y se describe la función de los afijos (pp. 29-30) los que se reparten en: a) *categorizadores*, vale decir especializados en la formación de verbos o de sustantivos o de adjetivos o de averbios (-ar, -ancia, -oso, -mente etc.); b) *cuantitativos o modificativos* (lo que E. Coseriu llama *modificación*) o *intensivos* (*hiper-, super-, ultra- etc.*); c) *de indicación básica* (-dora, -eda, -aje etc.). Se concluye con un párrafo sobre el *sistema de afijos* en el que se subraya el carácter de *redundancia* y *dinamismo* de la estructura afijal y se aclaran los conceptos de su *gramaticalización*, *remotivación* y *lexicalización* en la diacronía.

En su conjunto, el artículo resulta de lo más interesante y, por algunos aspectos, novedoso, en lo que concierne a la teoría de los afijos, aunque a veces las distinciones parecen más empíricas (o metódicas) que conceptuales (o gnoseológicas): como cuando, por ejemplo, al hablar de la relación con su base, no se opone el sufijo al prefijo sino los sufijos a "*muchos* prefijos" [el subrayado es mío]; o bien cuando se opone al prefijo, que deja siempre intacta la palabra base, el sufijo que suele "*casi* siempre" modificarla (cfr. más arriba).

M. Alvar Ezquerro, *El Diccionario de la Academia a través de sus prólogos: los planteamientos y el vocabulario general*, pp. 33-44.

Ya son conocidos varios trabajos de M. Alvar Ezquerro sobre lexicología y lexicografía (cfr. *¿Qué es un diccionario? Al hilo de unas definiciones académicas*, en *Lingüística española actual*, II, 1, pp. 103 ss.; *Los diccionarios bilingües: su contenido*, *ibid.*, III, 1 (1981), pp. 175 ss.; *Sobre la ordenación de entradas en los diccionarios*, en *Actas del VI Congreso Internacional de ALFAL*, Phoenix, Arizona, 1-4 de septiembre de 1981; *Lexicología y lexicografía. Guía bibliográfica*, Salamanca, 1983). El trabajo que aquí se comenta representa un nuevo e importante aporte al tema. Los especialistas saben que de los prólogos y demás preliminares de las obras se pueden sacar materiales históricos, historiográficos, metodológicos, biográficos, bibliográficos etc. de gran interés para quien sepa leerlos (yo mismo los he utilizado ampliamente al pasar revista a los poemas épicos hispánicos en mi *Estudio sobre Hernando Domínguez Camargo ...*, Firenze, D'Anna, 1967, pp. 217-235). Ya E.D. Terry, en *Spanish Lexicography and the Real Academia Española: A Sketch*, resumió los prólogos de las distintas ediciones del Diccionario de la Academia "pero sin prestarles ninguna atención desde el punto de vista lexicográfico" (p. 38). En cambio, Alvar Ezquerro sabe sacar de ellos (leyendo, a veces, entre líneas) consideraciones y principios lexicográficos interesantes (a la zaga de los conocidos trabajos de Lázaro Carreter, S. Gili Gaya, A. Salas, A. Esteve Serrano ...). Vamos a ver si podemos desentrañarlos dentro de las nutridas noticias eruditas que el artículo contiene:

a) Los académicos tuvieron muy claro, desde el comienzo, la necesidad del carácter supraindividual y corporativo de las obras lexicográficas.

b) Para ellos el diccionario representa una obra en continua modificación y, por lo tanto, imperfecta e interminable.

c) El mismo tiene que ser de fácil uso y económicamente accesible.

d) Debe ser lo más copioso posible (ya en el prólogo de 1843 se destacaba programáticamente que debe contener "todas las voces del lenguaje común de la sociedad" sin detenerse en voces "que nacen hoy y mueren mañana", p. 36, y dejando para las obras especializadas el vocabulario de las ciencias, artes y profesiones, p. 38).

e) Debe mejorarse en cada edición, como, en efecto, la Academia logra hacerlo. La mejora no es sólo cualitativa (metodológica y formal) sino también cuantitativa puesto que pasa "de 46.000 voces en 1780 (primera edición en un solo tomo) a cerca de 80.000 en 1970 (última edición)" [pero hoy téngase en cuenta que ya ha salido la vigésima edición en 1984].

f) Debe dotar a la lengua de una ortografía moderna próxima al sistema "fonológico": en efecto, a partir de la cuarta edición de 1803 se separan los diagramas *ch* y *ll* (ípero no *rr!*), se introduce el digrama *qu* con el valor de [k] ante *-e, -i*; y se substituye el grafema *ph* con *f*; asimismo, a partir de la octava edición de 1837, se introduce el grafema *j* para representar el sonido [x] siempre que la etimología de la palabra no tenga *g*.

g) No debe sancionar más "palabras nuevas que las indispensables de recta formación e incorporadas en el Castellano por el uso de las personas doctas" (un-

décima ed. de 1869). Pero ya a partir de 1884 se admiten neologismos para designar cosas que carecen de denominación castiza. Sólo en la decimoquinta ed. (1925) la Academia será verdaderamente condescendiente con el uso (pp. 41-42).

h) “Debe excluir [el texto transcribe “se expresarán” pero supongo que ha de leerse *se expulsarán*] todas las palabras que significan desnudamente ‘objeto indecente’ (*Dicc. de Autor.*, I tomo de la primera ed., p. XV). Este criterio ha seguido prevaleciendo si bien han entrado no pocas voces según cambiaron las costumbres y los conceptos morales”. Sigue una observación muy pertinente al subrayarse el hecho de que llama la atención el rechazo de los términos indecentes puesto que la misma Academia desde muy pronto dictaminó que se incluyeran “todas las frases proverbiales y todos los adagios y refranes, no sólo los que tuvieran moralidad, como hasta aquí se ha hecho, sino todos los demás que tienen uso” (p. 42). Otra observación pertinente es la de que “se comprueba una contradicción de la Academia puesto que nos hubiéramos esperado que, de acuerdo con su actitud purista, condenase también el vocabulario de germanía, pero no lo hace so pretexto de que tal vocabulario está autorizado por los escritores clásicos”. Se observa justamente que las voces de germanía han sido tomados del *Vocabulario de germanía* de J. Hidalgo, Barcelona, 1609, que se ha seguido reeditando hasta nuestros días.

Concluye Alvar Ezquerro su jugoso artículo con el siguiente y, por supuesto, acertado juicio global: “La forma actual del diccionario académico no es sino el resultado de las decisiones adoptadas por sus redactores en torno a esas cuestiones a lo largo de la historia de la Academia, y que no siempre han sido uniformes. De ello mismo también resulta la falta de homogeneidad de la obra: ni es un diccionario histórico, ni total, ni de regionalismo, ni sólo de lengua, ni enciclopédico, aunque tiene un poco de todo, sin desmerecer mucho como monumento de nuestra lexicografía” (p. 44). Me parece que estas oportunas conclusiones pueden ser útiles para los no especialistas en el manejo del más famoso, el más purista, el más autorizado y, a la vez, el más ... *autoritario* de los diccionarios hispánicos.

Julio Fernández Sevilla, *Paremiología y lexicografía. Algunas precisiones terminológicas y conceptuales*, pp. 191-203):

El autorizado lungüista se propone “intentar poner un poco de orden” en la confusión que existe en cuanto a definición y caracterización del *refrán* en relación con *proverbio*, *máxima*, *sentencia*, *adagio* etc. A tal efecto, pasa revista, detenidamente, a los distintos paremiólogos clásicos (a partir de Erasmo de Rotterdam), a los varios diccionarios (a partir del *de Autoridades*) y a los varios tratadistas modernos (a partir de F. Rodríguez Marín) analizando sus variadas, heterogéneas y, de todos modos, insatisfactorias definiciones y derivando ciertas conclusiones (aunque sea provisionales) que trataré de resumir a continuación entresacándolas de sus nutridas y extensas argumentaciones que no siempre son homogéneas y lineales.

a) Dentro de la heterogeneidad de opiniones al respecto se destacan, por un lado una gran imprecisión terminológica y conceptual y, por otro, la gran complejidad del refrán como unidad, que hace difícil, si no imposible, su definición (p. 197).

b) Uno de los problemas que requieren, pues, pronta solución es el conceptual

y terminológico en cuyo planteamiento deberán considerarse también datos históricos (p. 198).

c) Al respecto, téngase en cuenta que *refrán* en castellano medieval tenía el valor de ‘estribillo’ y adquirió el sentido actual (probablemente en el siglo XV) por un deslizamiento semántico dado que el estribillo de las canciones tenía a menudo carácter sentencioso o proverbial (*ibid.*).

d) *Adagio*, *proverbio* e *refrán* han sido empleados, a lo largo de los siglos, con idénticas referencias. Sin embargo, *adagio* tiene un marcado carácter culto y hoy puede considerarse como virtualmente fuera de uso (p. 199) [con todo, no resulta muy claro ese “virtualmente” puesto que así no se desprende bien si *adagio* está o no está fuera de uso y en qué nivel sociocultural está fuera de uso].

e) En cuanto a *refrán* y *proverbio*, desde su aparición *refrán* ha designado más bien un producto lingüístico-cultural de carácter popular y familiar frente a *proverbio* que hace referencia más bien a unidades paremiológicas de carácter culto (clásico, bíblico, oriental etc.) (*ibid.*).

f) En la actualidad *refrán* y *proverbio* resultan conmutables en ciertos contextos pero no en otros. El proverbio tiene siempre carácter sentencioso y grave mientras que el refrán *puede* [subrayado mío] ser festivo, jocosos y hasta grosero [pero cuando el refrán se presenta, en cambio, sin estos caracteres, ¿en que más se diferencia del proverbio?] (*ibid.*).

g) *Proverbio* es término no usado en el léxico popular mientras que *refrán* lo es [aquí se suma a la distinción correspondiente al *contenido*, señalada en e), la distinción correspondiente al *uso* de los términos *proverbio* y *refrán*].

h) “*Proverbio* se emplea *frecuentemente* [pero acá también la presencia de este adverbio dificulta una efectiva distinción conceptual] acompañado de específicos referentes al origen o al carácter: oriental, chino, árabe, bíblico, moral etc. Por el contrario, *refrán* no admite tales específicos y sí *popular*, *extremeño*, *andaluz* etc. [pero estos últimos específicos ¿no son también referentes al origen?]; lo cual probaría, según el autor, que ambos términos poseen diferentes posibilidades combinatorias, pertenecen a diferente nivel socio-cultural y tienden a especializar la referencia formando una oposición en la que *proverbio* se dibuja como término marcado. Tal oposición [que, sin embargo, no funciona siempre sistemáticamente y, por lo tanto, a mi juicio, sigue siendo problemática] se asienta sobre los siguientes rasgos:

<i>Refrán:</i>	<i>Proverbio:</i>
popular	culto
familiar	lejano (en el espacio o en el tiempo)
festivo, gracioso	grave, serio

Termina el artículo con algunas consideraciones sobre otros términos que pertenecen al mismo campo nocional, tales como *sentencia*, *máxima*, *aforismo*, *axioma*, *apoftegma*, *locución*, *frase proverbial*, y con la aclaración de que “sobre estas cuestiones habrá que volver” (p. 203).

Es una pena que el conocido lingüista, recientemente y prematuramente desaparecido, no haya podido volver sobre el tema por él esbozado de una manera tan interesante. Si hubiese podido hacerlo, tal vez nos hubiera aclarado también cier-

tos puntos que pueden resultar algo oscuros y que he dejado apuntados entre corchetes a lo largo de este comentario.

Giovanni Meo Zilio

Günther Haensch, *La selección del material léxico para diccionarios descriptivos, Philologica hispaniensa in honorem Manuel Alvar. II. Lingüística*, Madrid 1985, pp. 227-254.

En este número de "Rassegna iberistica" se publica otra reseña mía a algunos trabajos de lexicología y lexicografía que figuran en el mismo volumen en honor de M. Alvar. Aquí examinaré aparte, analizándolo más detenidamente, por su extensión y, sobre todo, por su importancia metodológica, el ensayo lexicográfico de Günther Haensch. Se trata de un trabajo que representa, por ciertos aspectos, la continuación y, en parte, la condensación de los capítulos que el mismo autor le ha dedicado a la lexicografía práctica en G. Haensch, L. Wolf, S. Ettinger, R. Werner, *La Lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica*, Madrid, Gredos, 1982 (cfr. mi reseña en "Rassegna Iberistica", 20, sept. 1984, pp. 62-64), en vista de "la necesidad de ampliar [...] el espectro de las unidades léxicas en los diccionarios descriptivos de cierta extensión, llamados comunmente *diccionarios generales* para que éstos puedan cumplir plenamente su objetivo" (p. 227).

El estudio comprende los siguientes temas: Las nociones de "diccionario descriptivo" y "diccionario general" (p. 227-228); Los diccionarios bilingües pueden ser también "descriptivos" y "generales" (pp. 228-234); Necesidad de disponer de un diccionario descriptivo del español actual (p. 235); Grupos de usuarios de los diccionarios generales monolingües del español (pp. 235-236); Criterios generales de selección del material léxico (pp. 236-237). El material léxico concreto que tiene que registrarse en un diccionario general descriptivo (pp. 237-253); Resumen (pp. 253-254).

Debido a los estrictos límites de espacio que aquí están concedidos, me limitaré tan sólo a los pasajes que me parecen más significativos:

1) "Muchos diccionarios monolingües del español podrían mejorar si tuvieran en cuenta todo el material léxico que figura en ciertos diccionarios generales bilingües especialmente del español en combinación con el alemán y el inglés y, en grado mucho menor, con el catalán, francés e italiano" (p. 230). En nota el A. agrega: "Nos referimos especialmente a los diccionarios bilingües citados en la nota 2". Pero en dicha nota cita sólo diccionarios bilingües español-alemán y español-inglés (en lo que respecta al español-italiano se puede agregar que los menos incompletos son el de Lucio Ambrozzi, 2 tomos, ed. Paravia, y el de S. Carbonell, 2 tomos, ed. Hoepli, los que, sin embargo, están lejos de poder contribuir a mejorar el caudal de

los diccionarios monolingües españoles, puesto que reproducen esencialmente el DRAE con el agregado de las formas italianas equivalentes). Para corroborar su afirmación, el A. ofrece a continuación una nutrida nómina de unidades léxicas que empiezan por *ba-* figurando en diccionarios bilingües recientes sin figurar, en todo o en parte, en los principales monolingües españoles. Son ejemplos de lo más instructivos los cuales confirman *ad abundantiam* aquella su aserción que a primera vista parecería “atrevida”. Con todo, mientras me parece que algunos términos de la lista (como *barra* ‘conjunto de hinchas o aficionados’, *barriada* ‘barrio pobre’, *baúl* ‘maletero de automóvil’, *balsa de salvamento* ‘bote neumático’, *baño* ‘W.C.’, *basquetbol* ‘baloncesto’) serían seguramente indispensables en todo diccionario monolingüe del español, estando difundidos por toda América, me pregunto si ciertos localismos citados por Haensch como *bacon* [pron. beicon] ‘tocino’ [que es un anglicismo en Colombia] o *bachicha* ‘italiano’ [que es genovesismo en el Río de La Plata] serían igualmente indispensables; a no ser que se adopte el criterio, difícilmente realizable, de incluir todos los préstamos extranjeros y demás localismos que circulan usualmente a distintos niveles socioculturales en cada uno de los países del dominio hispánico (agreguese, en este caso, que *bachicha* ahora figura en la última edición del DRAE, 1984: de todos modos, sabemos que la Academia sigue sin tener un criterio del todo homogéneo y coherente en la aceptación de los americanismos).

2) “El diccionario puede y debe invadir, en la medida de lo posible, el campo de la gramática (flexión nominal, verbal, régimen y construcción etc.) [...] y dar también un máximum de fraseología y modismos, combinaciones lexicalizadas en las que las reglas gramaticales con frecuencia no rigen y que se ha fijado incluso en contra de ellas” (p. 237). No podemos no concordar, por cierto, con este criterio *sacrosanto*, pero tampoco podemos ocultarnos la dificultad de establecer dónde empieza y dónde termina esa “medida de lo posible” y ese “maximum” mencionados; pues siempre se tratará de aproximación y quedará siempre un amplio margen de subjetividad-arbitrariedad.

3) Dentro del material léxico concreto que “tiene que registrarse en un diccionario general descriptivo” el A. incluye oportunamente también ciertas macrounidades léxicas que, por lo general, no toman en consideración o se toman en escasa consideración. A saber: palabras compuestas (*buque-escuela*); combinación por simple yuxtaposición (*loción anticaspá*); combinaciones de nombres mediante preposición (*novela por entregas*); combinaciones de palabras que, sin ser totalmente lexicalizadas, son muy usuales o “habitualizadas”, siempre que tengan “un alto grado de frecuencia” (*parecerse como dos gotas de agua*); combinaciones verbo + sustantivo (*abrir una cuenta*); modismos (*estar en la olla* ‘estar en apuro’: Colombia); fórmulas para contestar llamadas telefónicas (*¡Bueno!*: México); fórmulas comerciales (*Acusamos recibo*); fórmulas jurídicas y administrativas (*Cúmplase*). A continuación el A. presenta una nutrida e interesante lista de macrounidades léxicas escogidas al azar que faltan en los diccionarios generales más importantes (pp. 240-245). El mismo se da perfectamente cuenta de que “la clasificación de las unidades pluriverbales plantea no pocos problemas teóricos” pero, en seguida, agrega que “los diccionarios tienen que registrar todas estas macrounidades léxicas

de un modo pragmático [...]. El único problema que plantean en la práctica lexicográfica es el de su lematización y ordenación alfabética” (p. 240). Ahora bien, no hay que olvidar que aquí se plantea otro problema práctico: el de establecer el criterio (cualitativo y cuantitativo) con que deben seleccionarse las macrounidades señaladas, dado su enorme número y la cantidad de sus variantes en los distintos países hispanófonos. Basta un solo ejemplo. En la lista mencionada se hallan las macrounidades *ser de la acera de enfrente*, *ser de la otra*, con el valor de ‘ser homosexual’. De aquí puede surgir la pregunta de si el diccionario tendría que incluir también todas las demás macrounidades homosemánticas metafóricas que son usuales, a distintos niveles, en los distintos países y de las cuales he aquí una muestra emblemática (o si hay que incluir sólo algunas y, en estos casos, establecer cuáles; aparte del hecho de que, si bien se usan todas, no es fácil determinar la frecuencia real de cada una en cada nivel sociocultural y en cada país): *es de acá*; *se la come doblada*; *la mira con cariño*; *marcha atrás* (Arg.); *más marica que un hermano cristiano*; *hojita de te* (Perú); *redondo, de apellido Bola y amante del redondel*; *el que no se voltea no se asa*; *mariposita amarilla* (Col.); *para los dos lados*; *se le dió vuelta el paraguas*; *redondo como bolas* (Chile, Ecuador); *media agua*; *que vuela*; *está doblado*; *es un ¡Ay hija!*; *es un partido* (S. Domingo); *tiene el culo como un grumete*; *es una madre*; *es un ojazos*; *come carne de res y de cerdo*; *de doble rosca* (Esp.); *¡Ay vos!* (Par.); *Va para adelante y para atrás* (Urug.) etc. (sin contar las metáforas monolexemáticas como: *marica, roquete, huaca, loca, corima, rosquete, redondo, bugarrón, jueves, cucco, volador, julai, marinero, mariposo, hueco, pliro, mamplor, lilo, pato, vagón, cacorro, naco, cochón, culebra, pájaro* etc. que aparecen en los distintos países).

Un problema práctico análogo al de las macrounidades por metáfora puede plantearse para las macrounidades por comparación (*símil retórico*). Hemos visto, más arriba, dentro de las macrounidades “habitualizadas”, el ejemplo de *parecerse como dos gotas de agua*. Ahora también, nos podríamos preguntar si el diccionario general debería registrar todas aquellas locuciones comparativas, introducidas por *como*, que sean usuales en cada uno de los países de lengua española y, dentro de éstos, en cada uno de los niveles socioculturales; lo cual tampoco sería fácil de realizar mientras no se disponga de diccionarios específicos locales.

En otros casos, en cambio, como en el de las fórmulas de saludo o de respuesta al teléfono, la dificultad es más fácil de superar por su reducida cantidad y variedad. Bien hace Haensch en insistir sobre su inclusión en vista de su gran utilidad práctica (pienso en cómo queda un hispanoparlante de otra región al oír, por vez primera, a un colombiano que, al saludarlo, le dice *¿Qué hubo?* (*¿Qué tal?*) o a un mejicano que, al contestarle por teléfono, le dice *¡Bueno!* (*¡Diga!*)).

4) Asimismo deben consignarse en los diccionarios descriptivos “los refranes, frases lexicalizadas y las citas usuales” (p. 246). También en este caso, se plantea el mismo problema práctico de selección, dada la enorme cantidad de los refranes (o de las frases lexicalizadas) y de sus variantes en las distintas comunidades; sin contar la dificultad de establecer cuáles son las citas “usuales”, o cuáles son más usuales y cuáles menos usuales, y dentro de cuál nivel sociolingüístico y de cuál país hispanófono.

5) En cuanto a las demás categorías de material léxico que deben incluirse en el diccionario general, Haensch nos presenta una extensa nómina que puede considerarse como lo más completo que se ha formulado hasta hoy al respecto. Entre ellas merecen algún comentario más las siguientes (pp. 246 ss.):

a) “*Nombres propios que se usan como nombres comunes (rebeca ‘chaqueta de lana de mujer habierta por delante’)*”: a este respeto, habrá que preguntarse si deben incluirse formas reinterpretadas por etimología popular, usuales, por ejemplo, en el Río de La Plata, como *locatelli* (‘el tipo del loco’); *paganini* (‘el tipo que siempre paga’); *escasani* (< *Scassani*) ‘escaso’; *pestalosi* (< Pestalozzi) ‘paliza’ (por asociación con riopl. *pestar* ‘apalear’); y, además, si, dentro de esta categoría, debe prescindirse o no de las formas sentidas todavía como festivas (cfr. el último ejemplo citado).

b) “*Formas de flexión lexicalizadas (¡Vaya! ‘expresión de sorpresa, ironía, enfado’)*”. Entre ellas Haensch incluye “*¡Dale! o ¡Dale que dale! ¿Viste?* (muletilla frecuente en la conversación en Argentina y Uruguay)”, (p. 249). Al respecto, me parece muy oportuna la inclusión de las muletillas verbales y agregaría también las no verbales: por ej. *este ...* que está difundida en Hispanoamérica desde Argentina hasta México.

c) “*Palabras truncadas, por aféresis (bus); por apócope (bicí); por contracción (Minijusticia ‘Ministerio de Justicia’)*”. Mas no será siempre fácil distinguir las formas ya consolidadas por el uso (como las tres que se acaban de citar), de otras que pueden ser ocasionales o esporádicas (me pregunto, por ejemplo, si *hacer el ridi* ‘hacer el ridículo’, citada por Haensch, es realmente usual y en dónde).

d) “*Abreviaturas y acrónimos (DDT, PSOE ‘Partido socialista Obrero Español’)*”. Estoy perfectamente de acuerdo con que “La abreviatura es un signo lingüístico que tiene el mismo rango que la palabra plena, pero, a veces crea más problemas de comprensión; por eso su inclusión en los diccionarios está justificada, por poco ortodoxa que parezca”, mas también creo que no será tan fácil separar e interpretar las abreviaturas “más usuales” dentro de este dilatado y abigarrado fenómeno que pulula en los distintos países hispanófonos y ha llegado a convertir en siglas hasta locuciones de la conversación corriente como HP ‘hijo de puta’ o NPI ‘ni puta idea [tengo]’.

e) “*Numerales lexicalizados (un siete ‘rasgón en una prenda de vestir’, el 091 ‘radio patrulla de la policía española’)*”. Si acerca del primer ejemplo no hay nada que objetar, acerca del segundo podemos preguntarnos si y cómo será posible incluir todos los números correspondientes a todas las radio-patrullas de todas las comunidades hispanoparlantes que, entre otras cosas, pueden cambiar de un momento a otro por la inestabilidad de los regímenes y los sistemas.

f) “*Prefijos, sufijos y lexemas de origen griego y latino que, por lo general no forman en español palabras autóctonas, pero sí sirven para la formación de éstas (osteos- ‘que se refiere a los huesos’)*”. Me parece éste uno de los puntos fundamentales de las reflexiones de Haensch que no se puede dejar de compartir, sobre todo en lo que concierne a los componentes griegos, por ser los menos comprensibles para la generalidad de los hispanófonos, y, dentro de éstos, especialmente las preposiciones que representan el caudal más conspicuo: según un recuento por mí realizado en DRAE, primero vienen cuantitativamente las preposiciones (un 49%

del total), luego los verbos (un 30%), después los pronombres (un 14%) y finalmente los adverbios (un 7%).

g) “*Formas incorrectas o usos contrarios a la norma preceptiva*”. Acá la dificultad de registro se hace aún más acentuada puesto que, como sabemos, las vías de las incorrecciones son infinitas ..., pudiendo resultar arduo seleccionarlás, clasificarlas y lematizarlas. Sin contar que no siempre resulta claro el concepto mismo de *incorrección*, tanto más cuanto que una determinada forma o sintagma puede ser incorrecta en España y correcta en otra parte o viceversa: por ejemplo, si en la península se considera incorrecto *motor a gasolina* (según lo señala Haensch, p. 252), en Argentina ésta es la forma normal (así como lo son *máquina a vapor*, *cocina a gas*, *tallarines a la manteca*, frente al esp. penins. *máquina de vapor*, *cocina de gas*, *tallarines con manteca*).

h) “*Tabús y eufemismos*”. Estamos de acuerdo con que “un diccionario descriptivo debería [...] registrar los tabús más importantes” (p. 252), pero el mismo A. reconoce que “varían mucho de un área hispanoparlante a otra” (*ibid.*). Habría que incluir, pues, los tabús más importantes de todos los países del dominio hispánico. Pero habrá que establecer, antes, cuáles son los tabús más importantes en cada país y cuál es el criterio que adoptamos para hacerlo. Además, hay que tener en cuenta que cada tabú, en cada país, tiene muchas variantes más o menos tabús, al lado de muchos eufemismos y confundiéndose con éstos, sin que sea fácil distinguir con precisión cuáles son las formas tabús y cuáles los eufemismos correspondientes. Esto puede apreciarse inmediatamente por la serie de lexemas y macrounidades léxicas referentes a la esfera sexual, en el dominio hispánico, de los que a continuación transcribo una muestra que he registrado *in loco*.

— Para el órgano sexual masculino:

arepa (Arg., Bol., Col.); *astrolín* (Col.); *banana* (Arg.); *cacho*, *carajo*, *cipote* (Esp.); *cocho* (Bol.); *cola*, *conejo* (Esp.); *coño* (Col., Esp., Puerto R., Santo D.); *chimbo* (Col.); *chola* (Puerto R., Santo D.); *choto* (Arg.); *daga* (Puerto R.); *dedo sin uña* (Esp.); *dieciocho y medio* (Méx.); *huevo* (Puerto R., Santo D.); *huasomaia* (Perú); *mazo* (Ec., Puerto R.); *mastrácalo* (Perú); *medio quilo* (Esp.); *pajarito* (Arg., Méx., Salv., Urug.); *pájaro* (Col., Perú, Puerto R.); *paloma* (Guat.); *penca*, *pico* (Chile); *picha* (Esp.); *picho* (Puerto R.); *pichula* (Chile); *pila*, *pilila* (Esp.); *pincho* (Arg., Perú); *pinga* (Arg., Ec., Puerto R.); *pingo* (Arg., Col.); *pipe* (Guat.); *pipiriche* (Guat.); *pito* (Arg., Esp., Guat., Méx., Salv., Urug.); *polla* (Esp., Puerto R.); *poronga* (Arg.); *poroto* (Arg., Méx., Salv., Urug.); *porra*, *rabo* (Esp.); *talega* (Guat.); *tomín* (Col.); *tripa* (Puerto R.); *tronco* (Guat., Perú); etc.

— Para el órgano sexual femenino:

alcancía (Arg., Bol., Col.); *almeja* (Esp.); *apasanca* (Bol.); *bollo* (Col., Hond., Puerto R., Santo D.); “*!Cabeza grande!*” (Costa R., Chile, Ec., Guat., Méx.); *cachimba* (Nic.); *cachuí* (Par.); *catalina* (Ven.); *concha* (Arg. Chile, Guat., Perú, Puerto R., Urug.); *cosa* (Chile); *cotorra* (Urug.); *crica* (Puerto R.); *cuca* (Arg., Bol., Col., Hond., Puerto R., Santo D.); *cucha* (Pan.); *cuchara* (Guat., Ven.); *cuchufleta* (Arg., Guat.); *chapa* (Arg., Bol., Col.); *chepereque* (Bol.); *chicha* (Col. Esp., Puerto R., Santo D.); *chimba* (Arg., Bol., Col.); *chocha* (Arg., Bol., Col., Puerto R., Santo D.); *chocho* (Col., Esp., Puerto R., Santo D.); *chora* (Chile); *chozo* (Chile); *chucha* (Arg., Bol., Col., Chile, Ec., Perú); *chumino* (Esp.); *jakó* (Par.); *mechudo* (Arg.,

Bol., Col.); *mico* (Costa R., Guat., Nic.); *micho* (Pan.); *minina* (Esp.); *mondonga* (Puerto R.); *moronga* (Guat.); *nacatamal* (Nic.); *pan* (Bol., Guat.); *panana* (Nic.); *papaya* (Nic.); *pancito* (Arg., Bol., Col.); *pepa* (Chile, Urug.); *peto* (Col., Puerto R., Santo D.); *pirinola* (Arg., Bol., Col.); *pucha* (Esp., Guat., Hond. Méx.); *pupusa* (Arg., Guat., Hond., Nic.); *pusa* (Guat.); *raja* (Esp.); *sardina* (Esp.); *sapo*, *tapeque* (Bol.); *tatú* (Par.); *tota* (Puerto R.); *toto* (Col., Puerto R., Santo D.); *tula* (Chile); *zorra* (Chile, Ec., Perú); etc.

— Para la cópula:

cachar (Perú); *clavar* (Arg., Esp., Urug.); *clavársela* (Guat.); *coger* (Arg., Méx., Parag., Urug.); *culear* (Col., Chile, Ec.); *chavear* (Nic.); *chingar* (Esp., Méx.); *dar como caja* (Chile); *dar como tarro* (Ec.); *echarse un polvo* (Arg., Salv., Urug., Ven.); *echársela* (Guat.); *en lear* (Pan.); *follar* (Esp.); *fondear* (Ec.); *golpear* (Chile); *hincársela* (Esp.); *ir al tamo* (Cuba, Ec.); *joder* (Arg., Bol., Col., Costa R., Cuba, Chile, Ec., Esp., Méx., Nic., Pan., Par., Perú, Salv., Urug., Ven.); *meterle todito* (Par.); *metérselo* (Col., Pan.); *padentro* (Cuba, Ec.); *pichar* (Col., Esp.); *pijjar* (Nic.); *reculear* (Col., Ec., Esp., Méx., Pan., Ven.); *subir al guayabo* (Méx.); *templar* (Cuba); *tirar* (Bol., Col.); *tirársela* (Esp.); *tirarse unos polvitos* (Cuba, Ec.); *tirarse un palito* (Cuba, Ec.); *tumbársela* (Esp.); etc.

De todos modos, las breves acotaciones que he dejado apuntado hasta aquí no son más que reflexiones marginales y comentarios integrativos a tan estimulante plan de trabajo, sin que yo pueda dejar de compartir las conclusiones del A. de que “aún mucho queda por hacer para que dispongamos de un verdadero diccionario descriptivo del español actual que tenga en cuenta la evolución de la lengua en los últimos 25 años (el diccionario de M. Moliner se publicó en 1966), el uso actual de español de América y los progresos metodológicos de la lexicografía realizados en otros dominios lingüísticos” (p. 235).

El eminente lingüística alemán, que está trabajando desde hace años en este campo, junto con su conocido equipo de Ausburgo, nos ha ofrecido aquí su esquema metodológico, orgánico y moderno, sin prejuicios puristas ni pretensiones normativas, el que representa, a mi entender, lo más completo y convincente dentro de lo que hasta hoy se ha escrito sobre el argumento.

Giovanni Meo Zilio

AA.VV., *La investigación sobre temas hispánicos en Francia (1962-1984)*, *Actas del XX Congreso (Madrid, 30 marzo - 1 abril 1984)*, Madrid, Société des Hispanistes Français, 1985, pp. 205.

Spesso ci è accaduto di occuparci di ciò che fanno gli ispanisti francesi; intendendo non singoli ispanisti, ma l'ispanismo francese nel suo insieme. Ciò non è espres-

sione di una particolare aprioristica ammirazione per quanto si produce in Francia, ma è fatto a ragion veduta. Gli ispanisti francesi dell'insegnamento superiore sono circa settecento, e non se ne stanno certo con le mani in mano. Lo dimostra una volta di più questa pubblicazione, preceduta da un'introduzione di Augustin Redondo, quarto e certamente non il meno attivo presidente della S.H.F., e presidente del congresso madrileno del 1984.

Il congresso fu organizzato come una presa di coscienza d'insieme dell'ispanismo francese, attraverso relazioni fatte da francesi su singoli settori (Linguistica, Medio Evo, Secoli XVI e XVII, Secoli XVIII e XIX fino al 1833, Secoli XIX e XX, America Latina) e discussioni relative presiedute da ospiti spagnoli. Non ho capito molto bene, e del resto nessuno sembra esserselo chiesto, perché si sia data tale importanza al 1833, l'anno del ritorno in Spagna di alcuni liberali. La divisione per secoli è puramente convenzionale, e quindi giustificata dalla sua esplicita mancanza di giustificazione; ma il 1833 (invece, ad esempio, che il 1808, o il 1868) non è convenzionale. Forse non a caso la data risulta non ovvia a me ed ovvia ai francesi. Il 1808 non sembra una data francofila.

Ogni relazione è stata fatta liberamente, coi criteri dei relatori, cosa che conferisce varietà metodologica al volume. Purtroppo non è possibile qui spiegare la costruzione di ognuna. Nel complesso, dobbiamo dire che tutte, anche quelle che denunciano "lacune", dimostrano la ricchezza e la maturità dell'ispanismo francese. Io ho sempre pensato che certe *Thèses d'État* francesi assomiglino ad un elefante coll'anima di un pulcino; ma tutto ha i suoi inconvenienti: nel complesso la "thèse d'État" è una gran cosa. Meglio sapere tutto, magari fino al limite della pederteria, di una cosa, che sapere un po' di tutto pressappoco.

La prima relazione, sulla linguistica (Michel Launay), già dimostra la ricchezza anche problematica degli studi francesi. Sembra che matrice caratteristica della linguistica spagnola praticata in Francia sia (cfr. p. 21) il pensiero di Gustave Guillaume. Devo confessare che non avevo mai visto menzionare questo nome. Da lui, secondo Launay, vengono i due fondatori, questi si ben noti: Bernard Pottier e Maurice Molho. E' sottile, degna di riflessione la "tassonomia" inventata dal relatore. Cosa abbiamo in Italia di comparabile? Sia il relatore sia la discussione hanno deplorato una cosa: i metalinguaggi sono diventati, nell'insegnamento dello spagnolo, dei tabù (pp. 41, 48). Occorre invece che non si perda, nell'insegnamento, pur dando importanza alla lingua viva, la coscienza riflessa della lingua, che davano le vecchie categorie grammaticali.

Il relatore sull'ispanismo medioevalista (Sylvia Roubaud) categorizza in modi che a me sembrano un poco schematici, ed afferma che in questo campo "el verdadero arranque investigador data de los años 70" (p. 54). La discussione insistette sulla pubblicazione dei testi. A mio modesto parere è saggio quello che disse Jeanne Battesti: "Hay métodos que no sirven para llegar a todos los textos. El método que sigo lo he escogido para los *Cancioneros* y no creo que valga para cualquier texto" (p. 79).

Jean-Marc Pelorson, nella sua relazione sugli studi riguardanti i secoli XVI e XVII, rileva un predominio d'interesse per il secolo XVI in confronto del XVII. La sua relazione dimostra chiarissimamente come la struttura stessa dell'ispanismo francese si diversifichi da quella dell'ispanismo italiano, strettamente limitato a ciò

che è letterario. Lirica, testi teatrali e narrativa d'invenzione non sono oggetti così privilegiati in Francia, a proposito di questi secoli spagnoli, come lo sono in Italia. In Francia ha un grande sviluppo ciò che, con un aggiornamento che è anche un atto di furbizia, possiamo chiamare, come fa Pelorson, "antropologia storica e culturale" (p. 87), in realtà assai simile alla vecchia e benemerita "civilisation", che non è mai entrata veramente nella tradizione dell'ispanismo italiano. Un professore italiano di spagnolo che vada a finire in una Facoltà di Economia o in una Facoltà di Scienze Politiche suole considerarsi in esilio (magari a questa stortura ha contribuito, come professore, anche lo scrivente). Ciò non succederebbe, credo, in Francia, e ciò dimostra la maturità dell'ambiente accademico francese. La discussione di questa sessione è sboccata nell'idea di un'associazione internazionale sul *siglo de oro*, di cui ho avuto occasione di parlare in questa *Rassegna iberistica*.

Direi che una specifica ricchezza dimostra l'ispanismo francese colla relazione sul secolo XVIII-1833 (in realtà il periodo 1808-1833 mi pare alquanto sacrificato) di Guy Mercadier. Per questo periodo diventa impossibile privilegiare l'elemento specificamente letterario; quindi l'ispanismo francese, per quella sua inclinazione a studiare, al di là del fatto astrattamente letterario, la "civilisation", è particolarmente vocato ad occuparsi di esso, voglio dire del Settecento.

Occupandosi dei secoli XIX-XX, Jean-François Botrel abbozza una storia dell'ispanismo francese dal 1933, cioè risalendo oltre il 1962 (che è la data di fondazione della S.H.F.). Gli pare che Bataillon rappresenti un'epoca di "hispanismo eclético" (p. 135). Tutto è questione di punti di vista. Per me, e certo per altri, per esempio per l'ambiente romanista tedesco che ha contribuito alla mia formazione, Bataillon è anzi tipico rappresentante dello specialismo francese: non mi si vorrà dire che, perché scrisse qualcosa su Galdós e Ortega (poca cosa), egli non si limitava programmaticamente al periodo 1450-1600 circa. Mi ricordo un episodio della mia prima conoscenza con lui: fu a Montevideo, nel 1961. Un giornalista uruguayano gli chiese quali fossero i suoi scrittori ispanoamericani preferiti: egli ebbe il coraggio e la lealtà (lo ammirai vivamente) di dire che di letteratura ispanoamericana contemporanea non si intendeva. Evidentemente, il punto di vista da cui Botrel ed io vediamo Bataillon è differente, per ragioni generazionali, ma anche per altre.

Dell'America "latina" (così è chiamata; e difatti fa capolino il Brasile, mentre non si parla nel volume del Portogallo) si occupa la relazione di François Delprat. Contrariamente a quanto avviene per l'ispanismo italiano confrontato col francese, l'ispanoamericanismo francese appare qui pressappoco coetaneo a quello italiano, cioè ancora giovane; ed appare, come l'ispanismo, accentuatamente interessato, o forse ancor più, come deve essere, alla realtà sociale. Durante la discussione, Luis Sainz de Medrano fece un breve rapporto sull'ancor più giovane, si direbbe, ispanoamericanismo spagnolo. Mi è risultata suggerente una sua osservazione, fatta in sede di discussione: "Ha habido, como en todas partes, le fiebre estructuralista" (p. 197); "antes no se consideraba de buen tono el estudio contextual por romper la totalidad inmanente de la obra" (p. 198). Simili espressioni potrebbero essere anche di un italiano, per esempio dello scrivente; ma non le ho viste in quanto hanno scritto i francesi.

Il congresso era di ispanisti francesi e si teneva a Madrid; ispanisticamente, la

Spagna confina colla Francia e solo con essa (sarà mia ignoranza, ma non so di un ispanismo portoghese organizzato). Niente di più naturale che risultasse privilegiato il rapporto Francia-Spagna. E tuttavia è da rilevare (anche se non mi ha sorpreso) che per gli ispanisti francesi il rapporto è pressoché esclusivamente bilaterale. Sylvia Roubaud, alla fine della sua relazione, ha citato molto spiritosamente Whinnom; qualcuno ha citato gli anglosassoni, a proposito di Galdós. Ma, nel complesso, l'impressione è che l'ispanismo francese colloqui con la Spagna, prevalentemente con una Spagna-oggetto, come se non esistessero altri ispanismi. Nel 1974 ebbe luogo a Bordeaux il V congresso della *Asociación Internacional de Hispanistas*. Questa indicazione di apertura sembra dimenticata, in Francia. Che ricordi, il congresso non è nemmeno menzionato nel volume.

Franco Meregalli

Alain Milhou, *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español*, "Cuadernos colombinos", 11, Valladolid 1983, pp. 479.

Nel clima delle celebrazioni già avviate del V Centenario colombiano — che sta dando luogo anche ad un rifiorire degli studi sulla figura e l'epoca del grande scopritore — è opportuno dare il massimo rilievo a questa fondamentale opera di Alain Milhou, che fa parte dei "Cuadernos colombinos" pubblicati dalla "Casa-Museo de Colón" e dalla Università di Valladolid. Questo poderoso studio si colloca nella prospettiva della storia "totale" (sviluppata particolarmente dai francesi), dando grande rilievo alla mentalità di Colombo, delineata in costante riferimento a svariatissime correnti culturali. Proprio per questo, esso presenta un interesse che va al di là del settore specialistico degli studi colombiani e offre parametri fondamentali per comprendere la cultura (e quindi anche la letteratura) dell'epoca.

Naturalmente si tratta di una cultura a sfondo religioso, articolata secondo componenti di diverso genere. Si va dalle simbologie devozionali — in particolare da quelle riguardanti la Trinità e la Vergine Maria, attraverso le quali Milhou interpreta brillantemente la sigla misteriosa con cui Colombo si firmava (pp. 53 ss.) — alle scuole teologiche, divise tra i poli dell'intellettualismo tomista e del misticismo profetico dei gioachimiti, alle influenze della *devotio moderna*, di correnti ebraiche e di tante altre ancora.

Un aspetto che emerge particolarmente è la dimensione escatologica. Milhou la insegue fin dalle sue radici medievali indicandone le varie versioni, i loro punti di contatto e le loro differenze. Analizza così numerosi aspetti della composita letteratura apocalittica, che trae alimento da interpretazioni bibliche, da varie "apocalissi" apocriefe (in particolare dal cosiddetto IV libro di Esdra), dalle profezie sibilline. Esamina inoltre il filone delle profezie attribuite al mago Merlino, nonché

quelle elaborate nell'ambiente francescano-gioachimita, soprattutto aragonese, ove si incontrano le figure di Arnaldo de Vilanova (vissuto fra il XIII e il XIV secolo), dei frati francescani Juan de Rocallada (sec. XIV) e Francisco Ximénez, col quale si giunge fino agli inizi del sec. XV. La letteratura apocalittica ha poi ulteriori sviluppi particolarmente con Johan Alamy e Martín Martínez de Ampíes, col quale arriviamo all'epoca di Colombo.

In alcuni degli ambienti ora ricordati, si sviluppa anche la tematica del regno universale che caratterizzerebbe il Millennio finale della storia e che avrebbe come protagonista un imperatore messianico. Tale tematica viene poi a collegarsi alle figure dei Re Cattolici. Da questo punto di vista la loro missione non consisterebbe solo nel recupero dell'unità e grandezza del regno di Spagna, ma nel raggiungimento di un dominio mondiale, di cui momento fondamentale sarebbe la conquista di Gerusalemme e del Santo Sepolcro, la fine della divisione religiosa del mondo e la sua riunione in un solo ovile.

Su questo sfondo Colombo stesso interpretava il significato della sua scoperta del Nuovo Mondo, che doveva servire, oltre che ad espandere i domini della Spagna e l'evangelizzazione, a fornire grandi tesori per realizzare la Crociata: "situaba Colón su empresa dentro de esquemas temporales concebidos según una historia sagrada, de raigambre medieval [...]. Es cierto que hay que ver en el descubrimiento de América una derivación lejana de la gesta de los cruzados que proyectaban hacia Jerusalén, la ciudad-ombiligo del mundo, sus sueños de aventuras y dominación, pero también sus anhelos de un cielo nuevo y de una tierra nueva donde se conseguiría la unidad: una sola fe, un solo pastor" (p. 472).

Da questo punto di vista si possono comprendere atteggiamenti apparentemente contraddittori di Colombo: da una parte il suo idealismo, dall'altra la sua brama di ricchezze. La valorizzazione dell'oro, del resto, si trova talora sorprendentemente negli stessi ambienti francescano-gioachimiti che esaltavano la povertà. Gli elogi dell'oro da parte di Colombo si possono avvicinare al pensiero di Francisco Ximénez, erede della tradizione dei francescani spirituali, ma anche legato alla ricca borghesia mercantile catalana, secondo il quale la ricchezza monetaria trova la sua santificazione nelle opere di carità che permette di esercitare (p. 123). L'oro veniva insomma ad assumere un significato ambivalente. Poteva essere interpretato negativamente, come avviene in Arnaldo de Vilanova, che vedeva nelle ricchezze e nello sfarzo della Chiesa il segno dell'arrivo dell'Anticristo, o in Motolinía che vedeva nelle miniere d'oro americane un'opera di Satana, per alimentare la "codicia" degli spagnoli (pp. 139 s.). Poteva anche essere interpretato positivamente come rimedio alla sorte dei poveri, giungendo con Francisco Ximénez a pensare di utilizzare l'alchimia per questo fine molto spirituale (p. 129).

L'oro inoltre assumeva il valore di un segno escatologico. Basandosi per esempio su Isaia — che parlava della gloria futura di Gerusalemme a cui tutti i popoli avrebbero portato oro e ricchezze d'ogni tipo — si poteva pensare che la scoperta di grandi tesori fosse indizio dell'avvento dell'era escatologica (p. 133). Ciò non toglie che anche in Colombo si trovi l'esaltazione, di derivazione soprattutto francescana, della povertà, legata ad una vita semplice e primitiva quale si poteva trovare negli indios: visione che sarà poi accentuata dai missionari francescani Motolinía e Mendieta.

Da quest'analisi emerge, in Colombo, un escatologismo che non si accompagna (come avviene non di rado in altri autori) all'idea di una *renovatio* della Chiesa e della società: lo si vede dalla mancanza di quell'atteggiamento critico verso la gerarchia ecclesiastica che era tipico degli ambienti francescano-spirituali e simili (pp. 132, 186).

Colombo non si può quindi identificare con tutti gli aspetti dei gioachimiti. Ciò sembra suggerito dal fatto che adotta l'atteggiamento profetico e varie espressioni del loro linguaggio: si presenta come annunciatore di "un cielo e di una terra nuovi", si paragona al re David o alla figura biblica del giusto perseguitato, etc. Tuttavia, osserva Milhou stesso, "su respeto a las jerarquías civiles y eclesiásticas, su adhesión al mesianismo fernandino, su apoyo incondicional al papa más controvertido del Renacimiento, la ausencia en sus escritos de referencia al tema de la renovación de la Iglesia, permiten afirmar que el joaquinismo de Colón no era más que superficial" (p. 473 s.).

Le aspettative messianiche di Colombo non si possono però nemmeno far derivare da ambienti ebraici o dal fatto che fosse lui stesso un "converso", come taluni hanno ipotizzato. Il suo messianismo, come le sue devozioni, si possono comprendere perfettamente alla luce di correnti tipiche del cristianesimo tardomedioevale, anche se queste, nota Milhou, erano spesso molto vicine alle aspettative ebraiche.

Mariarosa Scaramuzza Vidoni

Bartolomé de Torres Naharro, *Comedia Tinelaria*. Riproduzione anastatica della *editio princeps*, con uno studio introduttivo di L. de' Aliprandini, Bologna, Arnaldo Forni Editore, 1985, pp. 110.

Gli inizi del teatro comico spagnolo ed italiano nella Roma del '500. Questa pubblicazione offre per la prima volta la stesura originaria della *Tinelaria* di Bartolomé de Torres Naharro, riproducendo l'unico esemplare conosciuto della *suelta* del 1516, la cui presenza nella Biblioteca Pública Municipal di Oporto segnalò nel secolo scorso Pascual de Gayangos, e la corredo di un ampio studio monografico, frutto di una lettura attenta, puntigliosa direi, e di un'argomentazione serrata e documentatissima.

Lo studio parte dal presupposto che l'opera è una "comedia a noticia" e s'adentra nel testo per sviscerarne il contesto storico e culturale, precisando, completando e correggendo gli studi precedenti di M. Menéndez Pelayo, J. E. Gillet e D. W. McPheeters, attenti, tutti, all'aspetto letterario. La validità di esame e deduzioni merita la segnalazione, se pure breve, di alcuni (solo tre) dei problemi toccati. I. L'identificazione del luogo della rappresentazione. La lettura in chiave scenografica della dedica e la disamina semantica del lessema verbale *ver* permettono di scindere la figura di un primo padrone di casa, Giuliano de' Medici, nel cui palazzo avrebbe avuto luogo la *prima*, di un secondo padrone di casa, Bernardino de Car-

vajal, nel cui palazzo Sisto Mellini si sarebbe effettuata una *replica*, e così di precisare e di correggere le precedenti deduzioni di altre letture affrettate. Credo che la rappresentazione di una commedia spagnola nel palazzo di un cardinale italiano vada considerata quale dato di una qualche significanza nella storia del filone comico del teatro rinascimentale ed in quella più generale della commistione linguistica.

II. L'identificazione del cardinale signore del tinello. Il raffronto testuale (Jorn. II vv. 423-34 e Jorn. III v. 164) tra la stesura primitiva (1516), con l'incombente e mai presente *Cardenal Egíptiano*, e la successiva revisione (1517), con il corrispettivo *Cardenal de Bacano*, ed, infine, la proiezione dei relativi contenuti testuali nel contesto storico vanificano ogni precedente tentativo di identificazione e suffragano la finzione del personaggio e, in particolare, la sua emblematicità. Ecco un ulteriore apporto, quindi, al valore di una testimonianza critica attribuito alla commedia.

III. L'interestualità passiva ed attiva della "Tinellaria" nel panorama teatrale italiano. L'opportuna discriminazione tra fortuna scenica e fortuna editoriale permette di ridimensionare l'affermazione crociana di una mancata diffusione e di approdare a un sistematico riscontro di analogie situazionali tra Torres Naharro ed Aretino, tra la storia editoriale della *Tinellaria* e la *Cortigiana* e, soprattutto, ad un riscontro della interferenza testuale pur se nell'ambito del concetto aretiniano di *imitatio*.

Si tratta, come si può intravedere, di uno studio profittevole anche dal punto di vista della metodologia, ed aggiungo che lo è pure per le suggestioni ad ulteriori studi, pressante fra tutte quella allo studio linguistico della stesura iniziale e della revisione della *Tinellaria*.

Teresa M. Rossi

E. Rodríguez - A. Tordera, *Escritura y Palacio. "El Toreador" de Calderón*, Kassel, Reichenberger, 1985, pp. 87.

Con questo che recensisco, i volumetti di "Problemata Semiotica" sono arrivati al loro n. 4. Le edizioni Reichenberger sono dunque operosissime sul campo del teatro barocco: la più ampia collezione "Teatro del Siglo de Oro" divisa in tre filoni: Bibliografías y Catálogos (3 numeri usciti), Ediciones críticas (8 numeri), Estudios de literatura (1 numero), tutti con molte presenze annunziate; ed i "Problemata", non limitati al 'siglo de oro', ma che spaziano dallo studio dell'emblematica alle relazioni tra Bergamín e Juan Ramón Jiménez. Sono, questi, libretti inferiori alle 100 pp., che affrontano con taglio monografico temi ed argomenti. Ora Evangelina Rodríguez e Antonio Tordera ripropongono il testo del *Toreador* di Calderón (pp. 67-83), preceduto da una *recensio* (che stranamente si ripete a p. 13, nota 4), e seguito da un apparato.

In sei paragrafi, poi, gli autori organizzano il loro discorso: rapporto del "senso" con la storia (par. 1, pp. 11-13); rapporto di Calderón con la pittura, con mes-

sa a punto della bibliografia critica al riguardo (par. 2, pp. 15-20): si istituisce a p. 19 che “existe un preciso sistema de correspondencias de orden semiótico entre estas tres realidades: la estructura (y desarrollo) de la acción dramática, la disposición del espacio escénico del que en varias ocasiones se ha predicado la pintura como centro y, en fin, el espacio del palacio real como proyecto global que implica pintura, poesía, arquitectura, jardinería etc.”.

E successivamente la relazione del Principe con la rappresentazione, il cerimoniale del potere, insomma (par. 3, pp. 21-33), con le debite citazioni di Ludovico Zorzi. Con tutti i giochi visivi possibili di tre prospettive incrociate: “Este espacio escénico incluye pues el ámbito de los actores y el del rey. El lugar del rey actúa con doble sentido: como paradigma de espectadores y por tanto del *trabajo* que el espectador realiza con su mirada, y como elemento actuante de la acción dramática [...]. No es la primera vez desde luego que el rey se usa como un elemento más del juego del decorado” (p. 26). “Este entrecruzamiento de miradas no es un simple juego visual. Cada punto de vista es el canal de una pauta de conducta o de la resistencia frente a la misma [...]. Las palabras de los personajes prácticamente son redundantes respecto a esa estructura de miradas [...]” (p. 32).

Il testo “entremés” diventa poi un incrocio non solo di sguardi e prospettive, ma di testi (par. 4, pp. 35-39): “una acumulación de fragmentos [...] que se acerca más bien al *collage* intencionado [...]. El dispositivo catalizador de la significación es fundamentalmente el de la descontextualización: en el entremés más que la secuencia de discurso interpolada, a veces reducida a un sintagma-destello, importa en boca de quien se pone, que siempre es por ruptura del ‘decoro’, es decir por dislocación entre el sujeto de la enunciación y el enunciado” (pp. 35-36).

E si arriva alla retorica della simulazione (par. 5, pp. 41-48), anch’essa, come si sa, patrimonio del Barocco: “Narrativa, arte escénico y pintura tienden a ‘mover’ el ánimo del espectador, a ‘transformarlo’ no sólo sobre la base de la estrecha relación entre afecto y color, sino por el despliegue de figuras estilísticas, escénicas o pictóricas [...]” (p. 46).

Infine il tema del ritratto (par. 6, pp. 49-65), incrociato con il tema dello specchio, e sovvertito dal trattamento ridicolo: “El retrato y el teatro como espejo del rey es artificio frecuente, pues significar la imagen del rey ante sí mismo y ante la sociedad de la época a través del sistema de amplificación y correspondencia que es la Corte lo era [...]. El público cortesano añade a este ensimismamiento real, a esa obsesión narcisista necesaria para la monarquía que en una etapa ya de crisis trata de recomponer los fantasmas del cuerpo despedazado” (p. 54).

Sullo sfondo di tutto il volumetto si respira la presenza de “Las meninas”, di pinto appunto tra il 1656 e il ’58, che è poi l’anno in cui i due autori collocano la rappresentazione del *Toreador*. “Las meninas” letto da Foucault, naturalmente, in un vertiginoso gioco di sguardi incrociati e di prospettive capovolte. Il discorso è agevole e godibilissimo, con tutti i riferimenti giusti al punto giusto, da Lacan a Gerard Genette, etc.

A me ha fatto pensare, cosa che non giudico sgradevole. E ricordare: le argomentazioni sulla pittura e la compressione sentimentale che avanzavo nel 1970 in *Montalbán: un commediografo dell’età di Lope*, e poi nella “Bella addormentata” nel teatro barocco (in “Quaderni di lingue e letterature”, 7, 1982); l’inglobamento

dello spettatore nella rappresentazione teatrale che illustrai a un convegno sulla Semiotica della Rappresentazione tenutosi a Palermo nel 1980. C'è, io credo, una "pittura" non solo insita nella letteratura in genere, ma nel teatro in particolare, dove essa sarà doppia, dal momento che si potrà dipingere con le azioni, ma anche con le parole; operazione questa meno rischiosa dal punto di vista emotivo, e pertanto preferita da Montalbán, Calderón e dalla commedia delle decadi alte. "Dipingere con le parole" vuol dire anche ricorrere allo stereotipo; ed è quanto è illustrato da p. 39 in avanti, dove il topos operante (gli autori non lo rilevano) è quello della malattia d'amore.

Ecco, forse, sulla scia della riflessione (forse narcisisticamente autoriflettente?) stilata in quest'ultimo paragrafo, i "difetti" (intesi in senso etimologico come 'mancanze, assenze') del volumetto: nella pleora dei problemi e dei luoghi barocchi difficile davvero fare il punto. E così possono rischiararsi violenti fraintendimenti, quando l'analisi di alcuni *cliché* appare ignorata. A p. 56, ad esempio, si prende per buona l'esortazione di Góngora "goza, goza el color, la luz, el oro", dimenticando la contro-lettura del topos del *carpe diem* effettuata da Lope Terracini (in *Homenaje a A.M. Barrenechea*, Madrid 1984, pp. 471-483; e ancora nell'VIII Congresso della AIH, 1983; proprio nel commento di questo sonetto 235).

O peggio ancora si considera come novità (molto positivamente giudicata da Andrés Amorós nel prologo, p. 8) il "suicidio de la semiótica en la historia" tenendo in non cale il fatto che da vent'anni Lotman, e Segre in Italia, stanno incruentamente accasando le due chiavi di lettura.

Maria Grazia Profeti

Claudio Guillén, *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada*, Barcelona, Crítica, 1985, pp. 519.

Los que toman entre manos este libro no pueden, por lo pronto, sino aferrarse al subtítulo (el título resulta un poco críptico): se trata de la última de las introducciones a la literatura comparada que han salido, con ritmo bastante vivaz, en las últimas décadas. En efecto, en la bibliografía vemos citadas las de Aldridge, Cioranescu, Durišin, Dyserinck, Étiemble, Jost, Pichois-Rousseau, Prawer, Schmelting, Stalknecht, Weisstein. Resulta un poco sorprendente alguna ausencia: no se citan *Komparatistik* y *Zur Theorie der vergleichenden Literaturwissenschaft*, colecciones de ensayos evidentemente dirigidos a cubrir los problemas teóricos de la literatura comparada, editadas por Horst Rüdiger, cuyo nombre, más sorprendentemente todavía, no aparece de ninguna manera en la sin embargo amplia (433-496) bibliografía, ni en el índice de nombres.

Que la intención de Guillén sea de colocarse explícitamente en la serie resulta del *Índice*, es decir de la estructura misma del libro: la segunda y más amplia parte de la obra se articula en cinco capítulos: genología, morfología, tematología, rela-

ciones literarias, configuraciones históricas. Es una organización que recuerda la de Jost, cuyo libro se divide en cinco partes: la disciplina, las relaciones, movimientos y tendencias, géneros y formas, motivos, tipos y temas. Tampoco se aleja mucho de la de Weisstein. La primera parte se parece bastante a un bosquejo histórico de la literatura comparada (véase la secuencia de algunas secciones: 4. *Ideales románticos*, 5. *Las componendas del positivismo*, 6. *Weltliteratur*, 7. *La hora francesa*, 8. *La hora americana*), con evidente analogía al segundo capítulo de Weisstein.

Sin embargo, estas analogías con la tradición de las introducciones a la literatura comparada no determinan ni un diálogo particularmente estrecho con los antecesores ni una línea rigurosa de desarrollo. Es sin duda natural que las implicaciones teóricas induzcan al autor a ocuparse de problemas de literatura general, y que Guillén ilustre dichos problemas con ejemplos concretos. Tratándose de una persona tan curiosa y abiertá a las más varias sugerencias, no sorprende que este procedimiento se traduzca en referencias sugestivas a innumerables literaturas, que abren perspectivas, sugieren analogías, crean perplejidades. Contribuyen a esta riqueza, a hacer del libro un itinerario en un país de las maravillas, la superación del eurocentrismo y el relieve dado a la dimensión Este-Oeste, que llevan al autor a recordar el antecedente de Étiemble, y han sido exaltados por la circunstancia de que el libro ha madurado durante un curso de conferencias dado en la China popular. A esta evasión hacia lo exótico parece contraponerse, pero en realidad es profundamente homogénea, la radicación española del autor: una mente tan abierta y una experiencia tan cosmopolita encuentran en tal radicación un motivo de equilibrio: los dos polos, entre los cuales se coloca una vivaz relación con las grandes literaturas europeas, se complementan. El ansia de actualidad y de coloquio con las tendencias más conocidas de la reflexión literaria se concretó a menudo en amistades personales que tienen su reflejo en el texto; el entusiasmo por un libro se traduce a veces en una reseña del mismo, del libro en su conjunto, no sólo de lo que en él puede relacionarse con el argumento tratado. De esta forma, lo que aparece exteriormente como un manual se transforma en un laberinto, sorprendente, emocionante, excitante. El que al manual, al tratado, pide orden, definición, deslinde, queda un poco desconcertado. Algunos casos específicos pueden aclarar determinadas afirmaciones generales; pero si los ejemplos se multiplican llega uno a olvidar en función de qué se hacen. La lectura llega a ser un placer autónomo, la función de introducción a una disciplina universitaria queda aparentemente sacrificada.

He aquí como se justifica el título, con su vaguedad: *Entre lo uno y lo diverso*. Por si alguien se llama a engaño, este título nos dice que sí, se trata de una introducción a la literatura comparada, pero que el autor intencionalmente no quiere el tono de manual escolar, serio, deductivo, calculadamente funcional.

Más de una vez el autor se refiere al título. Es claro que con él se alude al elemento constitutivo de la llamada "literatura comparada": comprender lo uno colocándolo en lo diverso; la relación engendra la comprensión; no hay texto que no esté en su contexto (se ha redescubierto la "intertextualidad", lo cual es un poco redescubrir la desembocadura del Támesis).

Las consideraciones que anteceden dependen naturalmente de la situación del que hace la reseña. El también ha dado cursos de introducción a la literatura comparada, aunque sin el valor de transformarlos en un libro escrito, e inevitablemente

compara el libro que tiene bajo los ojos con el hipotético que habita, como un ambiguo fantasma, su cabeza: caracteriza una cosa comparándola con otra, procedimiento aceptable, si esta otra no llega a ser metro de juicio o lecho de Proustes en que se coloca lo que de todas formas tiene el mérito de existir de verdad, no sólo como proyecto o aspiración. En este caso, se trata de edades, colocaciones existenciales, formaciones culturales claramente distintas, aunque hay también una plataforma común, puesto que ambos somos comparatistas-hispanistas. Pero evidentemente también esta plataforma es diferente. Al más viejo, por ejemplo, le resulta algo sorprendente que Guillén ni siquiera se acuerde de Menéndez Pelayo. En mi perspectiva, éste es un predecesor importante de cualquier comparatismo español, aunque ahora sus posturas nos resulten, después de un siglo, anticuadas e incluso equivocadas. El Santanderino fue, entre sus coetáneos, el que más relacionó la literatura española con las demás europeas (continuando la labor del más cosmopolita de sus amigos, Juan Valera). Desaprovechar la ocasión de colocar en la perspectiva histórica general de la literatura comparada a Menéndez Pelayo (con Valera) significa acaso aceptar como imagen exacta de Menéndez Pelayo la de sus más cerrados y torpes admiradores. Acaso se le pueda ahora acusar de “sustancialismo”, de tener una fe demasiado compacta en unos rasgos que consideraba permanentes de la “nación” española, de la cual formaban parte, según él, Lucano y Marcial. Era, sin embargo, el suyo, un caso que correspondía al de otros historiadores de la época, de otras naciones, para los cuales los caracteres nacionales llegaban a ser algo permanente y ancestral, de manera que para ellos las “relaciones internacionales” objeto de la literatura comparada (o de un aspecto de ella) eran algo necesariamente anecdótico, historia de influencias asimiladas presumiblemente por las personalidades menos fuertes porque menos arraigadas en la tradición nacional. No hace mucho que parecido reproche se hacía, sorprendentemente, a la literatura comparada en general, que en su espíritu nos parece precisamente todo lo contrario. De todas formas, el archiespañol Menéndez Pelayo no era un nacionalista cerrado (puede afirmarlo el que escribe, naturalmente sensible a la componente italianista de su obra) y merece un puesto en la historia del comparatismo español, menos pobre de lo que parece. Los españoles que ahora se ocupan de problemas de literatura general y de literatura comparada no son unos Adanes.

Guillén, abierto en todas las direcciones, revela sin embargo cierta derivación nuevocriticista, y por lo demás no desaprovecha ocasiones para citar a Wellek como su maestro. En la misma dirección se coloca la presencia en él del estructuralismo ahistórico. La relación entre literatura y sociedad y literatura y otros referentes extralingüísticos aparece también en él, porque Claudio no es hombre de ortodoxias y ostracismos. Pero concretamente son muy pocos las referencias a hechos políticos y sociales, o de todos modos extraliterarios; y las pocas me parecen revelar cierta prisa o despegue. A propósito de la no coincidencia necesaria entre poder político y prestigio cultural y específicamente literario, sobre la cual no podemos no estar de acuerdo, Guillén afirma: “Carecía de protagonismo político la Alemania de Kant, Goethe, Fichte, Hegel, cuyo merecidísimo prestigio fue pronto reconocido por todos” (p. 309). ¿Es seguro que la Alemania de Lipsia, de Waterloo, del congreso de Viena (ciudad obviamente de Alemania, en la idea de la época y en una concepción no internacional, sino interlingüística, como debe ser, de la li-

teratura comparada) carecía de protagonismo político? Se habla tanto de escritores latinoamericanos, pero su difusión “es inversamente proporcional a la prosperidad económica”, añade (p. 309). Exacto, pero aquellos escritores se colocan en un juego de propagandas de carácter planetario, y sería ingenuo considerar su fama (descontado, por supuesto, un coeficiente estrictamente literario) prescindiendo de él. Lo que afirmaba Unamuno, que la importancia de un escritor es proporcional al diámetro de los cañones de su país, hay que entenderlo como una sinécdoque: el diámetro de los cañones puede ser sustituido por otras cosas, no menos alejadas de lo puramente literario.

Las que he expresado son objeciones que derivan naturalmente de una provocación tan sugestiva como estas quinientas páginas. Son ellas mismas testimonio de la vitalidad del libro, lleno de perspectivas apenas esbozadas, que invitan a la relectura. Hay en él una vibración humana que nunca afloja, que se concreta en coloquios con los amigos, que expresa fidelidad a los viejos maestros (por supuesto, el primero es Jorge Guillén, aludido siempre con delicadísima discreción; pero también hay que mencionar, además de Wellek, a Poggioli, entre otros), que documenta entusiasmos recientes (Lotman, sobre todo).

Hay ciertos libros en que las divagaciones resultan lo mejor o de lo mejor. Este es uno. Claudio aprovecha o inventa ocasiones para citar trozos de poesía. Encontramos, por ejemplo, un *excursus* que podríamos titular *Donde habite el olvido* (pp. 319-323), en que se cita y “compara” textos de Salinas, Cernuda y Bécquer. ¿Es esto literatura comparada? ¿Si no lo fuera, ¿qué importa? Es algo vivo, algo auténtico.

Recibí el libro un lunes a mediodía. Tenía cosas que hacer; no soy un lector rapidísimo; me gusta garabatear en los márgenes mis comentarios. De todas formas el jueves por la mañana estaba en la pág. 309.

Franco Meregalli

* * *

José Antonio León Rey, *Del saber del pueblo. Adivinanzas, supersticiones y refranes*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1985, pp. 253.

Una raccolta di molto interesse, questa di José Antonio León Rey, che riunisce prove numerose della cosiddetta saggezza, o sapienza, popolare, sia essa propria della nazione colombiana o provenga da altre contrade, in particolare dalla matrice ispanica, che la realtà storica e la lunga vicenda dell'idioma castigliano in America giustificano. Libro realizzato con intenzioni scientifiche di documentazione, ma anche testo di curiosa, e piacevole lettura, che permette in più di un caso di approfondire la storia dei costumi e dà adito a infinite riflessioni.

Di particolare interesse il capitolo dedicato agli “Agüeros y supersticiones”, suddivisi in otto sezioni e riferiti alla meteorologia, ai costumi, agli animali, all'amore, alla salute, alle credenze religiose, al futuro, alle cose straordinarie. Gli

“Agüeros y supersticiones” sono tra i più curiosi; tra essi quello che in questo modo si esprime: “Cuando a uno lo pica el alacrán es porque lo quieren mucho”; o quello che si riferisce al ripudio per una lettera “displicente”, che è, per scongiurare il “desamor”, di “ponerla *al humo verde* (humo de leña verde)”; o ancora, quello per cui, se si vuol conoscere qual è il fidanzato che una ragazza preferisce, “se toma el cabello de ella, se le tira, y para donde queda la punta, allí está el que ama”; o infine quello che denuncia l’esistenza di un diavolello briccone: “Hay un diablo, el *Diablo azulado*, que está encargago de destruir el pudor de las mujeres”.

Tra le predizioni del futuro non mancano alcune curiose, come quella che afferma felici i bambini che nascono “de pies”, da cui il detto “Ni que hubiera nacido parado”; o se il gallo canta alle cinque di sera, “a cualquiera le está rondando la muerte”; concetto che pure si esprime in altro modo: “Si pican las partes traseras, alguien se va a morir”.

Quanto a ciò che si riferisce a fatti straordinari, infelice quel marito al quale, perché “pare la pata”, vale a dire cessi di essere donnaiole e giramondo, si consiglia di dare, quale miglior rimedio, da mangiare “*tierra de difunto*” negli alimenti, cosa facilissima, che “se obtiene en las sepulturas cuando se sacan los restos de un muerto”.

Tra i proverbi ve ne sono numerosi significativi. Ne elenco alcuni: “Cada *alcalde* jode en su año”, che nell’addomestica spiegazione del Rey è “la posición de autoridad hay que aprovecharla para realizar las ideas personales”, invero poco in accordo con il significato fin troppo trasparente del verbo *joder*; “Encontrarse uno con el *cura* de su tierra”, spiegato così dal collettore: “cuando a una persona engreída le sale un contendor de calidad que no esperaba”, ma che dà adito, anche qui, a più ardite, e calzanti, anche picaresche, interpretazioni.

Numerosi sono i proverbi e le frasi che hanno per tema la donna. Darò di nuovo qualche esempio: “Mujer casada, ni frita ni asada”; “Mujer y hombre juntos, ni difuntos”, e l’ironico “Quien no tiene más, con su mujer se acuesta”, per il quale non occorrono spiegazioni.

Sarebbe stato interessante, per la materia presentata in questo libro, l’indicazione di quanto può essere ritenuto caratteristicamente colombiano; ciò avrebbe costituito un prezioso apporto alla storia dei costumi in un settore importante del mondo ispanoamericano. Perché se taluni esempi, tra i presentati nel volume, si localizzano agevolmente per terminologie inconfondibili o per espressa nazionalità — come “Dejarlo a uno con los *cachumbos* hechos”, che significa “Dejarlo a uno burlado en lo que deseaba, con tanta certeza de conseguirlo, que ya lo daba por hecho”, o “Ningún colombiano orina solo” che, come spiega il Rey “anota el compañerismo que existe entre colombianos” — per la maggior parte il richiamo ci porta subito alla Spagna.

Porremo ancora in evidenza, ma già ne abbiamo dato chiari esempi, la preoccupazione del collettore di depurare le espressioni di ogni carica volgare o ibrida, particolare che rende piacevole e divertita per il lettore la scorsa di tanti esempi.

Giuseppe Bellini

Laura Laurencich-Minelli, *Un "giornale" del Cinquecento sulla scoperta dell'America. Il Manoscritto di Ferrara*, Milano, Cisalpino-Goliardica, 1986, pp. 146 e 16 tavole.

La Laurencich-Minelli, nota americanista dell'Università di Bologna, si è occupata più volte del *Manoscritto di Ferrara*, attualmente alla Biblioteca Ariostea e attribuito dall'Almagià a un non meglio individuabile Alessandro Zorzi, veneziano, autore del *Codice Alberico*. In questa nuova occasione la studiosa torna sull'argomento, con un saggio introduttivo dettagliato e, mi sembra, definitivo, dando inoltre la trascrizione del manoscritto, arricchita di puntuali note, corredata infine da una serie di tavole in cui sono riprodotti del testo i passi che recano annotazioni o illustrazioni dell'autore, sintetizzatore e trascrittore di testi altrui, ché altro non era lo Zorzi.

La curatrice del volume, che esce sotto l'egida del Consiglio Nazionale delle Ricerche, nella collana "Culture e Letterature dell'America Latina", non si limita nel suo studio a una attenta analisi delle fonti: sunti delle prime *Décadas* di Pietro Martire d'Anghiera, inviati da Angelo Trevisan a Domenico Malipiero, membro del Senato veneto, con sue lettere personali, *Lettere* dello stesso Trevisan, testi rimangiati e non di rado visitati dalla censura ecclesiastica, con arricchimenti o decurtazioni visibili anche nella stampa del 1504 del *Libretto di tutta la navigazione ...*, nei *Paesi nuovamente ritrovati*, del 1507, nell'*Itinerarium protugallensis ...*, del 1508, la *Lettera* di Amerigo Vespucci a Lorenzo Piero de' Medici, tradotta dal latino da "fra' Giovanni Giocondo", la *Lettera* di Cristoforo Colombo del quarto viaggio, quella del Vianello sul viaggio di Vespucci del 1506, copiate da versioni diverse da quelle a noi oggi note.

La Laurencich-Minelli stabilisce con documentata attendibilità il periodo di composizione del *Manoscritto*, che fissa come inizio prima del 1504 e come termine dopo il 1506.

Dell'opera era già stata data un'edizione integrale da G. Ferrero nel 1875, ma con errori di trascrizione e priva delle annotazioni a margine, mentre si riproducevano schizzi e disegni avulsi dal testo. Questa edizione della Laurencich-Minelli ha il pregio, oltre che di una lettura esatta del testo, di una continua fedeltà alla sua disposizione grafica. A fianco, infatti, la curatrice riporta le annotazioni dell'autore, che viene confermato nel Zorzi, ma individuato, con sufficiente probabilità, in un "operatore nel campo librario e/o un gazzettiere compilatore di *avvisi*, forse specializzato nel campo dei viaggi e scoperte" (p. 18), scrivente "per un pubblico di marittimi e mercanti", per cui le chiose e gli schizzi. La conclusione è che il *Manoscritto di Ferrara* attesta l'interesse veneziano, agli inizi del Cinquecento, per le scoperte americane e può essere considerato una sorta di antesignano degli *avvisi* a stampa della seconda metà del secolo XVI, "aggiornato via via che giungevano le notizie sulle nuove scoperte" (p. 19).

Composto di nove parti, o libri, il *Manoscritto* presenta: il *Successo della prima navigazione de Columbo Admirante dil Re di Spagna delle Insule et terreni noviter scoperti dalli antiqui incogniti*, il *Secondo libro della navigazione di Colombo*, un *Libro tercio*, sempre sul viaggio di Colombo e relativo alla "conditione"

dell'isola Española, "la quale lui chiama Offira et dice esser quella che se legie nel testamento vecchio, nel 3° libro de li Re" (p. 50). Seguono le pagine di un probabile libro quarto, ma nel manoscritto mancano due carte, quelle, probabilmente, secondo la curatrice, che recavano il titolo; vengono poi i libri quinto, sesto e settimo "delli Antipodi", un *Libro octavo delli Antipodi*, Alberico Vespucci a Lorenzo di Piero di Medici, la *Copia della lettera che scrisse don Cristophoro Colombo Vice Re delle Insule Indie et Admirante alli Christianissimi et potenti Re et Regina di Spagna nostri Signori*, che sarebbe il libro nono, e infine la *Copia de uno capitolo de una lettera di Hieronymo Vianello del 28 Dicembre 1506 in Burgos*, decimo e ultimo libro.

Il valore del *Manoscritto di Ferrara* è posto in adeguato rilievo dalla Laurenich-Minelli, che con la sua pubblicazione reca un valido contributo agli studi specifici e al fervore di iniziative che caratterizza i presenti anni, in vista del quinto Centenario della scoperta dell'America.

Silvana Serafin

Fray Toribio de Benavente, *Historia de los indios de la Nueva España*, Edición de Claudio Esteva, Madrid, Historia 16, 1985, pp. 331.
Idem, Edición de Georges Baudot, Madrid, Castalia, 1985, pp. 405.

Nell'ambito delle iniziative editoriali in vista del V Centenario della scoperta dell'America, l'editrice Historia 16 ha dato vita a una collana, "Crónicas de América 16", diretta dallo storico Manuel Ballesteros Gaibrois, nella quale sono già apparsi titoli fondamentali per il settore, dal *Diario de bordo* di Colombo, alle *Cartas* di Cortés, alla *Verdadera historia* di Díaz del Castillo, a testi indigeni come il *Chilam Balam de Chumayel*, etc. Il numero 16 della collana è il testo della *Historia* ben nota di fra' Toribio de Benavente, "Motolinía" per gli indigeni messicani, e qui ne parlo per la rilevanza del libro, non solo, ma per l'interesse di cui l'hanno fatto segno le case editrici spagnole: in un solo anno due edizioni di case diverse, tra settembre e novembre del 1985, e ciò dopo le edizioni messicane degli anni precedenti e quella spagnola dei *Memoriales* — che include anche la *Historia* —, nella B.A.E., del 1970, a cura di Fidel de Lejarza. Aggiungerò che anch'io sto per dare una nuova edizione del libro, per altra casa editrice spagnola.

Che cosa ha, allora, la *Historia* del Benavente per riscuotere tanto interesse? Non v'è dubbio che, in primissimo luogo, il testo interessa come problema, come atteggiamento di fronte al mondo messicano, in un momento particolarmente interessante, quello della diffusione del millenarismo francescano.

L'edizione di Historia 16 si rivolge a un pubblico ampio, non solo a specialisti, e riproduce il testo dello scritto di fra' Toribio curato da Edmundo O' Gorman nel 1969 per la collana messicana "Sepan cuantos ..." (n. 129), della Editorial Porrúa, e ciò non solo per la *Historia*, ma anche per la *Carta* del 1555 all'imperato-

re Carlo V, in accesa polemica antilascasiana (si veda su questo documento l'acuto saggio di Pier Luigi Crovetto, *I segni del diavolo e i segni di Dio. La "Lettera all'imperatore Carlo V" di fra' Toribio de Benavente Motolinía*, "L'immagine riflessa", VIII, 1, 1985). Alcune, scarse, note corredano i due testi, relativamente a terminologie indigene, a riferimenti a codici e a situazioni storiche, ma di poco momento.

Interessante è lo studio introduttivo di Claudio Esteva, 37 fitte pagine in cui lo studioso traccia un'efficace "semblanza" dell'infaticabile, e indomito, personaggio che fu Motolinía, offre un quadro vivo della sua attività di evangelizzatore in Messico e dell'opera da lui esplicata nella difesa delle classi umili contro il prepotere dei conquistatori iberici. In particolare l'Esteva sottolinea il valore della *Historia* quale documento etnostorico e del processo di acculturazione compiuto dal frate, e dai francescani in genere, nei riguardi del mondo indigeno, l'intelligente politica seguita nella sostituzione della nuova religione a quella locale, l'abile appropriazione della gioventù per una propaganda religiosa destinata a estendersi a macchia d'olio. Ma lo studioso sottolinea anche la decisione con cui fra' Toribio e il suo ordine si opposero ai soprusi dei nuovi padroni, unici con la loro condotta a porre in pericolo la conquista. In questo modo l'Esteva dà un'idea positiva dell'opera fiancheggiatrice di fra' Toribio e dei francescani, nei riguardi della conquista iberica.

La questione del millenarismo, approfondita con tanta autorità da Georges Baudot in *Utopie ed Historie au Mexique. Les premiers chroniqueurs de la civilisation mexicaine (1520-1569)*, Toulouse, Privat, 1977, non è qui accennata dal curatore, mentre sarebbe valsa a spiegare, ritengo, con maggiore afferenza, la reale avversione del frate alla violenza degli spagnoli, il suo atteggiamento nei confronti del mondo indigeno, la cui cristianizzazione perseguiva con zelo ed acuto entusiasmo.

Claudio Esteva non è partigiano, certamente — e ciò va a suo onore —, dell'esaltazione della conquista nel suo studio introduttivo alla *Historia*, testo che valuta, come la vita del suo autore, con imparzialità scientifica, lasciando aperto al lettore un vasto campo per un giudizio personale, che trasparentemente sollecita e che non può venire che dalla lettura. Egli sottolinea come Motolinía sia già un classico, anche se, dice, poco letto, e una delle fonti più importanti della storia messicana; quale protagonista diretto della seconda parte della *Historia* il frate "debe ser considerado como uno de los más ilustres decidores de historias de este tiempo" (p. 45).

Da parte sua Georges Baudot, che possiamo riconoscere il più autorevole studioso di fra' Toribio de Benavente — si veda il libro citato (in spagnolo con il titolo *Utopía e historia ...*, Madrid, Espasa Calpe, 1983), e una serie di saggi ulteriori, tra gli ultimi il libro, con S. Todorov, *Récits aztèques de la Conquête*, Paris, Editions du Seuil, 1983 — realizza un'edizione della *Historia* che si avvale della lettura critica dei tre manoscritti del secolo XVI oggi posseduti — Ciudad de México, Biblioteca dell'Escorial, Hispanic Society of América di New York — e della lezione del manoscritto della Biblioteca del Palazzo Reale di Madrid, del secolo XVIII, che con ogni probabilità segue la versione definitiva dell'originale di Motolinía. Pure consultato il testo offerto dall'edizione di Joaquín García Icazbalceta del 1858. Nella maggior parte dei casi l'editore dichiara di aver seguito la lezione della trascr-

zione del manoscritto di Città del Messico realizzata da Javier O. Aragón — edizione fuori commercio, México, Ediciones del Arq. Juan Cortina Portilla, 1979, “con la indicación precisa de sus variantes respecto a los otros dos manuscritos del siglo XVI” —, correggendola solo “cuando nuestra propia lectura de los manuscritos difería, o cuando el manuscrito del Palacio Real ofrecía variantes importantes, o aun cuando la interpretación de García Icazbalceta parecía más acorde con la organización íntima del relato” (pp. 91-92). Naturalmente il curatore ha sempre tenuto d’occhio anche i *Memoriales*.

Modernizzate sono state la punteggiatura, l’accentazione, l’ortografia e corretti i termini náhuatl. Note chiariscono le varianti di rilievo, punti fondamentali del testo, riferimenti storico-geografici, linguistici, mitologici e religiosi. Un’edizione, come si vede, accurata, di rilevante impegno scientifico.

Di molto interesse, è naturale, lo studio introduttivo, 76 nutrite pagine, corredate da una esauriente “Noticia bibliográfica”, riguardante i manoscritti, le edizioni e le traduzioni (due sole, in inglese, a distanza di un anno: Berkeley 1950 e Washington 1951). Il Baudot dedica molta attenzione alla vita di fra’ Toribio, quindi passa a una scrupolosa, e suggestiva, ricostruzione del testo della *Historia*, per terminare ricostruendo il piano dell’opera fondamentale del francescano, oggi perduta, la *Relación de las cosas, idolatrías, ritos y ceremonias de la Nueva España*, della quale la *Historia* citata è, in sostanza, un frettoloso compendio, una “obra de circunstancia y, como tal, limitada a los temas elegidos para producir un efecto y arrastrar una adhesión” (p. 74), al fine di determinare un autorevole intervento — del conte di Benavente, cui il libro è dedicato, come del resto la *Historia* — contro l’emanazione delle *Leyes Nuevas*, che il Las Casas sollecitava e per le quali i francescani, convinti millenaristi, vedevano posto in pericolo il progetto del nuovo regno di Dio perseguito da essi con tanto entusiasmo.

Il Baudot è convinto — e convincente — assertore del millenarismo francescano; su questo orientamento centra la sua puntuale illustrazione della vita di fra’ Toribio, della sua attività evangelizzatrice nella Nueva España, dell’atteggiamento francescano nei riguardi di Hernán Cortés, dell’opposizione acerrima al Las Casas. L’instancabile attività missionaria del Motolinía acquista in queste pagine — come già nel più esteso studio dedicato al frate in *Utopie et Histoire au Mexique* —, una straordinaria evidenza, senza nascondere dubbi, e ombre, intorno alla vita di fra’ Toribio, nello spettacolo della sua “fortuna e caduta”, all’interno del suo ordine. Non v’è dubbio che una profonda partecipazione umana si unisce, nello studio del Baudot, alla ricerca strettamente scientifica, ed è ciò che invoglia il lettore ad affrontare un testo che gli si rivelerà grandemente suggestivo; testo che, non per essere “provisional, fragmentario y rápido, algo atropellado” (p. 76) perde minimamente del suo intrinseco valore e del suo incanto. Splendido testo lo definisce, anzi, il Baudot, affermando che “Pocas veces [...] la prosa de la crónica americana tan temprana es así de sabrosa y de tan atinados rigores. Con desenfado y entusiasmo a la vez, atento a las realidades indígenas de México y cuidadoso de su fabuloso pasado precolombino, pero también llevado por el poderoso vuelo del gran proyecto milenarista, Motolinía cuenta aquí lo que, a fin de cuentas, es el fascinante nacimiento de América” (p. 76).

Che la *Historia* di fra’ Toribio de Benavente sia un’affascinante lettura non è

dubbio, e di grande attualità in questo momento in cui si ripercorre la storia della scoperta e, di conseguenza, dell'impatto europeo con il mondo americano. Il che giustifica, appunto, l'infittire di edizioni dell'opera del francescano.

Giuseppe Bellini

José Olivio Jiménez, *José Martí. Poesía y existencia*, México, Oasis, 1983, pp. 154.

La critica è un tipo di lettura che ha anzitutto un fine ermeneutico; si tratta anzitutto di sapere che cosa voleva effettivamente dire l'autore. Ci può essere anche un altro tipo di lettura, perfettamente legittimo, che intende il testo come un pretesto, un punto di partenza per fruizioni o riflessioni proprie, svincolate dal testo. Tra questi due estremi possiamo collocare la lettura che intende bensì essere fedele al testo, ma anche rendere esplicito quello che nel testo è implicito soltanto, rivelare ciò che magari lo stesso autore non aveva nelle sue intenzioni, ma era immanente nelle sue espressioni. Certo, non tutti i testi si prestano a una simile interpretazione che esplicita, che suggerisce al di là di quello che il testo dice. Quei testi che si prestano a tale operazione sono suscettibili di divenire classici, testi arricchiti dalle successive interpretazioni, eppure all'origine di tale arricchimento, che non è, o almeno non può essere, arbitrario. Sono anche le circostanze esteriori che fanno di un classico un classico, ma non ogni testo, malgrado le circostanze esteriori favorevoli, è suscettibile di diventare un classico.

Martí è, sempre più diviene, un classico in questo senso. La sua lettura, suggerente in sé, viene arricchita dalle interpretazioni che si sono date dei suoi testi. Ci sono anche, per quanto lo consente la compattezza straordinaria (che non necessariamente è solo un pregio) del personaggio, diversi Martí in Martí.

José Olivio Jiménez si colloca in questo processo. Vuol essere fedele al "messaggio", come si dice, di Martí, ma vuole anche illustrarlo attualizzandolo e anche strumentalizzandolo. C'è strumentalizzazione e strumentalizzazione; c'è chi vuol far servire un testo, un nome, un mito, a esteriori interessi attuali; e c'è chi vuol far servire il testo alla sua edificazione interiore, alla sua urgenza di riflettere. In quest'ultimo senso Jiménez strumentalizza il testo di Martí, scegliendo un Martí in Martí, confrontandolo con altri autori da cui spera chiarimenti ai suoi problemi. Non risulta sempre chiaro se questi autori li ha letti per confrontarli con Martí, o se, al leggerli, è sorto spontaneo in lui il confronto con Martí: probabilmente si mescolano le due cose. Certo è che gli autori che Jiménez confronta con Martí sono attuali o quasi, sicché il confronto e il suo risultato appaiono un processo di attualizzazione di Martí. Gli autori sono "esistenzialisti", cioè persone che riflettono sull'esistenza. Jiménez non pensa all'esistenzialismo "nichilista"; pensa piuttosto a Emmanuel Mounier, a "esa forma cálida de la reflexión existencial que es el personalismo cristiano" (p. 30). E pensa a Gabriel Marcel, alla sua "concepción basada

en una metafísica de la esperanza” (p. 48). Martí è, “como Marcel, un existencialista de la esperanza” (p. 62). Esiste in realtà in Martí un’istanza di trascendenza. Analizzando il “simbolo esistenziale” delle rovine nella poesia di Martí (e particolarmente nelle due collezioni postume di versi, i *Versos libres* e le *Flores del desierto*, questa rappresentante un “conjunto poemático que está exigiendo una visita más rigurosa de la crítica”, p. 19), Jiménez nota che la rovina in Martí non anticipa l’annientamento — la polvere non è un simbolo esistenziale di Martí —, ma è il punto di partenza della ricostruzione, o della nuova costruzione. Su questa linea, ma andando oltre, “un hueso es una flor”: Martí implica nella sua esistenza la promessa della trascendenza. (Su questa strada, Jiménez lo segue sì e no: egli pensa piuttosto, con Karl Jaspers, a “referencias existenciales de la trascendencia”, p. 131).

A proposito della notte come patria, di Martí, è a Jaspers che Jiménez ricorre; e trova sorprendenti anticipazioni, come di Marcel, di questo Jaspers, in Martí. Jaspers pone a confronto la “legge del giorno” con la “passione della notte”. “La pasión de la noche es urgencia de un conocimiento hondo y trascendente, sobrepasador de las consecuentes verdades del día”. Martí cerca nella notte rifugio dalla stanchezza esistenziale del giorno; non vi è tuttavia in lui resa alla notte come nulla; anzi in lui si unisce “con no rara frecuencia la noche y el día, la muerte y la vida, la apertura hacia el secreto trascendente y la responsabilización del hombre” (p. 147). Ciò particolarmente nei *Versos libres*. E’ infatti soprattutto negli “endecasílabos hirsutos” que Jiménez ricerca il suo Martí esistenziale, erede dei romantici, di quelli veri (a proposito della notte e di Jaspers cita Novalis), e modernista — ma Martí “desborda (vitalizándolo) el modernismo” (p. 58).

Jiménez è stimolato da Martí a leggere altri poeti, ma soprattutto altri filosofi (quale è la differenza, in questo caso? Il poeta si esprime per immagini, il filosofo è più discorsivo, ma si tratta pur sempre di meditazione esistenziale).

Jiménez confronta Martí anche col “coetaneo y desconocido” Nietzsche; ma gli risulta che sono agli antipodi. Martí è “modelo acabado de mentalidad moderada y armonizadora” (p. 97). Jiménez parla di un concetto “fundamental en el pensamiento de Gabriel Marcel” (p. 103), quello della “disponibilità”; il contrario è “hallarse tan completo y estérilmente lleno de sí” (p. 103). Francamente, non mi pare che questa disponibilità sia una caratteristica di Martí. Martí è senza dubbio nobile, disposto al supremo sacrificio. Certo, tra i valori da lui affermati vi è l’amore; ma il suo “dovere” qualche volta, o spesso, mi spaventa. Egli si sente necessario agli altri, ama gli altri; ma il suo culto del dovere, del dovere fino al martirio, lo rende poco disponibile a capire le ragioni degli altri, a ironizzare se stesso. Troppa disponibilità all’eroismo spaventa. Uno può cercare l’occasione di essere eroe e martire, può volere assolutamente trovarla. La dedizione eroica è all’origine di molte guerre. Un po’ di perplessità, per favore; un po’ di ironia. Non siamo troppo angeli; gli angeli sono notoriamente parenti stretti dei demoni.

Franco Merigalli

José Olivio Jiménez, *Antología crítica de la poesía modernista hispano-americana*, Madrid, Hiperión, 1985, pp. 461.

Da almeno vent'anni l'ispanistica europea e americana si volge con un'ottica indagativa del tutto rinnovata nei presupposti a un poliedrico fenomeno culturale che investe l'area di lingua spagnola nel periodo tra secolo e secolo: il modernismo. Non è che in precedenza fosse venuto meno lo scrupolo storiografico intorno a quel movimento, né il considerare essenziale, per il rinnovamento della lingua poetica, la sua piena fioritura. Ma a partire dall'antologia di Onís (1934), dal riduttivo saggio di Salinas (1939), cui seguono l'emarginazione civil-moralista di Marinello (1951), gli studi sull'argomento sembravano essersi arenati nella nozione di un modernismo quale manierismo romantico, sfogo di edonistici slanci a lungo repressi, scialo della parola e crepuscolare "disfattismo" del sentimento. Era un imprecisato coacervo *esteticista* cui si negavano, per definizione, tormenti di ordine etico e civile a seconda delle seriose militanze che lo mettevano sotto processo.

L'inversione di tendenza comincia a registrarsi negli anni Sessanta con un'attenzione sempre più agguerrita ai moventi "sottili" dell'avventura modernista (studi di Ricardo Gullón sulle "direzioni" del movimento e sulle sue componenti "pitagoriche") e si consolida spostando l'accento sui significanti ideologico-epocali non solo ispanici (Paz, 1965; Schulman, 1966; López Estrada, 1971; Valentí, 1973; Litvak, 1975; Hinterhüser, 1977; Allegra, 1982; Jade e Gutiérrez Girardot, 1983; Gimferrer, 1981-85 etc.), fino all'odierna fortuna editoriale (e universitaria), specie americana, di cui c'è solo da temere che nasca da sollecitazioni "post-moderne" o, più semplicemente, dalla scoperta di una contrada letteraria sulla quale redigere tanti asettici *papers* finalizzati agli avanzamenti di carriera.

L'ultimo consistente contributo critico e antologico che merita attenzione non solo da chi si interessa alle vicende ispaniche, ma da chi segue, più in generale, quelle del gusto letterario e del sotteso significato spirituale, è fornito da questo lavoro di José Olivio Jiménez. Lo studioso cubano non arriva per caso a questa scelta e a questi interessi, vi risale *naturaliter* dopo importanti lavori che vanno dalla poesia del Novecento al simbolismo nelle sue più pure espressioni teoriche e d'ispirazione: nel che vi è un filo rosso abbastanza noto a chi del modernismo non si limita a ricordare languori di principessine, cigni nuotanti in laghi azzurri, lontani giardini d'autunno.

E non è che tutto ciò — aspetto estrinseco della poetica modernista — non abbia importanza, ma è il lato estensivo, la spia di un malessere estetico, oltre che "della civiltà", e di una ricerca spirituale sulla quale anche noi abbiamo tentato di gettar luce. Il discorso di Jiménez si muove verso due obiettivi, l'uno di natura critica (non "neutralmente" critica), l'altro di tipo, per così dire, teorico-statutario. E cioè, rispettivamente, sbarazzarsi delle residue, moralistiche condanne "sociologiche" del movimento di fine secolo; e cercare di definire in modo insieme ampio e preciso — ma senza gli schematismi o le misurazioni statistiche che sovente umiliano la ricerca universitaria — che cosa debba intendersi per modernismo, specialmente ispanoamericano.

Obiettivi largamente conseguiti, il primo in modo "strategicamente" dissemi-

nato qua e là nel corso del lungo saggio introduttivo e delle notizie che precedono i singoli autori presenti nella silloge, il secondo in modo propriamente espositivo. Cominciamo da quest'ultimo: innanzi tutto il modernismo non è solo una ripresentazione in chiave fine-secolare del messaggio romantico, come dichiara un verso famoso di Rubén Darío (“i Románticos somos!”), ma l'unico vero romanticismo che abbia conosciuto il mondo ispanico, come mostra un acutissimo saggio di Octavio Paz. Il romanticismo modernista si libera dei cascami del genere “eloquente”, il quale in realtà non aveva fatto che prostrarre sotto la specie patriottico-quarantottesca o tribunizia certe retoriche neoclassicistiche, e va diritto alla ricerca del nume vero della spiritualità romantica, quel retaggio simbolico-analogico, demonico-religioso che aveva caratterizzato la sua prima insorgenza. Di questa ripropone, in altra chiave, le domande metafisiche, a volte le radicalizza attraverso il culto della bellezza; la quale non è assunta — come scrisse Salinas innescando una serie di malintesi — come milizia epicurea o “materialista”, bensì come metafora del divino, secondo quanto insegna il Baudelaire dell'*Hymne à la Beauté*.

Infatti, a parte l'esplicita religiosità di taluni e persino l'ostentazione di un cattolicesimo “estetico” — che non vuol dire superficiale —, se “había muerto el Dios de cualquier ortodoxia”, ancor più morto era “el dios sustitutivo de la ciencia, proclamando por el positivismo, y que poco había ayudado a resolver o paliar aquella orfandad esencial del hombre” (p. 22). A questa identificazione delle radici “religiose” del modernismo, che ha un suo preciso linguaggio in cui abbondano le espressioni liturgiche, i referenti teologici, ora biblici ora mitologici, si collega in Jiménez la liquidazione del luogo comune che pretende di stabilire una parentela tra la scrittura modernista e quella delle avanguardie.

Ma si diceva della “religiosità” modernista ed è bene chiarire il perché delle virgolette. Reso “orfano” dal Dio delle ortodossie e poi, inevitabilmente, dai suoi surrogati “filosofici” proprio nel momento in cui al riflusso dei messianismi politici succede un nuovo regno di Mammona, non meraviglia che il poeta modernista — come il fratello simbolista — vada alla ricerca di nuove trascendenze: ora sotto la specie neopagana di Ricardo Jaimes Freye, ora sotto quella orientaleggiante di Amado Nervo, ora sotto quella teosofico-occultistica di Leopoldo Lugones. Tutte queste ricerche, di cui Jiménez non solo fornisce esempi in antologia ma sul cui significato acutamente riflette, provano una stessa volontà e legittimano una deduzione teorica: “El simbolismo implicaba la apertura a nuevas (o antiguas) formas de religiosidad, cuya orientación heterodoxa (con la atención puesta sobre todo hacia las doctrinas ocultistas que solían reconocer un origen último en el Oriente) permea tantas de las creaciones modernistas. Si el parnasismo significó un volver la mirada al mundo de afuera, el simbolismo es un *ver hacia dentro*” (p. 30). Espressioni che contengono un altro aspetto non secondario della questione, e cioè la funzione non solo esornativa dei reperti parnassiani del modernismo, dove infatti durano più a lungo che altrove, causando malintesi presso lettori già predisposti al malinteso come accade al Cernuda critica di Darío.

E con questo arriviamo all'altro obiettivo di Jiménez: riabilitare il modernismo dalle lunghe emarginazioni di taglio “politico” non meno che dagli abbracci dell'avanguardia. Il discorso dello studioso è qui più articolato ma non meno chiaro. Ogni approssimazione “sociologica” al tema esclude a priori o ritiene superfi-

ciale “el hecho estético que en sí fue el modernismo” (p. 47), per cui “muchos de estos estudios, y otros de menos interés, no han podido soslayar el grave riesgo a que están abocados cuando se procede de una manera simplista y dogmática: el convertir tales condicionamientos en la sustancia del arte de la época [...], y el elevar criterios ético-políticos al rango de patrones excluyentes para la valoración literaria, como en la penosa y empobrecedora lectura de Darío que propone Blanco Aguinaga” (*ibid.*). Ma anche chi più modernamente fa proprio il verbo moralistico-pragmatico nell'affrontare la storia o la definizione del movimento fine-secolare, raramente riesce a liberarsi da “algo como un deje acusatorio o, al menos, un nada velado reproche de que el modernismo haya sido así” (*ibid.*).

I poeti inclusi nell'antologia, ciascuno preceduto da profilo bibliografico e da relativa letteratura critica, sono: José Martí, Manuel Gutiérrez Nájera, Julián del Casal, José Asunción Silva, Rubén Darío, Ricardo Jaimes Freyre, Amado Nervo, Enrique González Martínez, Guillermo Valencia, Leopoldo Lugones, José María Eguren, Julio Herrera y Reissig, José Santos Chocano, Delmira Agustini. Da segnalare in modo speciale le pagine su Martí (di cui l'autore è specialista), Nervo, Jaimes Freyre e Lugones, definito, con l'alunno Borges, genio “fundamentalmente verbal”, e preso come tormentato crogiuolo degli stimoli intellettuali e degli scarti solipsistici cui era fatalmente portata la coscienza modernista quando del “laboratorio della crisi” voleva esperire tutte le vie, visitare tutti i retroterra e i corollari maledetti.

Giovanni Allegra

Enriqueta Morillas Ventura, *La narrativa de Felisberto Hernández*, Madrid, Universidad Complutense, Depto. de Filología, 1983, pp. XXII-494.

Felisberto Hernández è certamente uno degli scrittori ispanoamericani più ingiustamente misconosciuti nella loro opera, fuori del continente americano, ma forse anche entro lo stesso continente. Opportuna è stata, quindi, la riproposta dei suoi scritti, nella loro totalità, da parte dell'editrice Siglo XXI, nel 1983: tre agili volumi di *Obras completas*, con un puntuale prologo di David Huerta. Nello stesso anno Enriqueta Morillas Ventura pubblicava a Madrid il suo dettagliato esame critico, del quale mi accingo a trattare, non prima, comunque, di aver ricordato alcuni dati relativi alla diffusione in Italia del narratore uruguayano, non vasta, ma qualificata, se *Nessuno accendeva le lampade* apparso presso Einaudi, nel 1974, recava un interessante saggio di Italo Calvino. Successivamente Adele Galeota Cajati dedicava all'Hernández un suo scritto, *Felisberto Hernández: il fantastico marginale* (in AA.VV., *Altre parole. Dai margini dell'America Latina*, Napoli, Cooperativa Editrice Sintesi, 1980); Pier Luigi Crovetto un acuto studio, *Felisberto Hernández e le “trame” dell'apatia* (“Studi di letteratura ispano-americana”, 13-14, 1983) e

così pure Silvana Serafin, *Felisberto Hernández: fuga nel mistero dell'immaginazione (ivi)*.

In *La narrativa de Felisberto Hernández* la Morillas Ventura compie un lavoro puntuale e intelligente, da partecipe diretta dei problemi e della complessità rioplatensi. Un esame dall'interno, per dir così, dell'opera del narratore uruguayano, prodotto e interprete di un particolare mondo, di qualità bene identificabili. Sarà sufficiente citare un passo delle affermazioni della studiosa, per avere una radiografia fedele dello scrittore e della sua opera: "La obra literaria que compuso — afferma Enriqueta Morillas Venturas (p. IX) —, se nos presenta, en el complejo panorama de su época, como el intento más original y sostenido de las letras uruguayas para dar forma a la presencia del recuerdo, resistente a los avatares de un tiempo que establece su presente opresivo y deprimente. La nostalgia que impulsa al escritor a revivir su infancia y su adolescencia, con su consiguiente valoración positiva del tiempo pasado, traduce una angustia por lo perdido que también habremos de encontrar en el primer Onetti. En el conjunto de las letras hispanoamericanas, ella aparece como el intento de un solitario, celosamente empeñado en proclamar la realidad de lo imaginario como rectora de la ficción".

L'autrice dello studio di cui tratto compie un'acuta analisi preliminare della situazione socio-politico-letteraria del Río de la Plata e dell'Uruguay, allorché sorge e si afferma come scrittore Felisberto Hernández, al quale assegna un posto d'avanguardia nel rinnovamento della letteratura ispanoamericana, nella cui prosa introdusse "un aliento poético que había de traducirse tanto en la conformación de sus deslumbrantes imágenes, cuanto en una realidad de contacto sostenido con esas zonas de la realidad que se vinculan inmediatamente al inconsciente del creador" (p. XIV). Il suo carattere di scrittore indipendente si afferma; uno scrittore, come scrisse Angel Rama — giustificatamente richiamato dalla Morillas Ventura (p. XV) — "rabiosamente original". E se non bastasse, ecco la testimonianza di Onetti, lettore occasionale di un suo racconto, *La envenenada*, mal edito, certo, ma che lo "deslumbró" letteralmente. Un grande scrittore su tutta la linea, un innovatore dell'espressione.

Nel suo libro l'autrice effettua un puntuale esame degli scritti del narratore uruguayano, dalle *Primeras invenciones*, periodo 1925-1931, che porta l'Hernández dal frammento al racconto, allo sviluppo delle peculiarità che caratterizzano la sua narrativa, dall'inverosimile del personaggio al fantastico e al magico, dal mistero al ricordo, dall'immaginazione al gioco, dall'estraniamento dell'io al recupero dell'infanzia, nell'affermazione di una personale problematica filosofica, che è anche problematica della scrittura.

La seconda parte dello studio è dedicata al "Ciclo rememorativo", periodo che va dal 1942 al 1944, e qui vengono esaminati i testi da *Por los tiempos de Clemente Colling* (1942) a *El caballo perdido* (1943) e *Tierras de la memoria* (1944), dove i meccanismi del ricordo acquistano un ruolo rilevante, denunciando palesemente l'autobiografia, l'ambiente formativo dello scrittore, la società; indagine che rappresenta un affondare in se stesso, ma anche un diretto calarsi nel mondo. Di particolare interesse è il paragrafo dedicato al "tiempo de la escritura", nel primo capitolo di questa seconda parte; il secondo tratta della "Narración y meta-narración en *El caballo perdido*", il terzo di *Tierra de la memoria*. Nella terza parte ven-

gono esaminati i racconti della maturità, periodo 1947-1964, quelli, in pratica, che “por su edición llevada a cabo por casas editoriales de prestigio y de capacidad distributiva”, danno diffusione al nome di Felisberto Hernández. Sono gli scritti nei quali convergono le qualità più originali dello scrittore. Vanno da *Nadie encendía las lámparas* (1947) ai racconti del periodo 1949-1964, che la Morillas Ventura esamina dettagliatamente, vedendo in essi, e giustamente, la piena realizzazione dell’arte dello scrittore, in testi dove “la ficción, liberada de sujeciones, avanza constituyendo orbes ya enteramente regidos por sus propias leyes” (p. 397), dove “la ficción fagocita a sus criaturas, los relatos se inundan de elementos extraños. Perdida la basculación fantástica, los relatos se proponen como la lenta y efectiva apropiación de sus identidades maltratadas y débiles, para transformarlos a su antojo” (pp. 397-398). Per concludere che l’opera di Felisberto Hernández, nel suo insieme, è “como un amplio tejido en el que se imbrican el tiempo, el espacio, los personajes y el discurso de tal manera que, como decía su autor, sus cuentos parecieran carecer de estructuras lógicas”. Ma non è così, naturalmente.

Uno studio accurato, questo de *La narrativa de Felisberto Hernández*, profondo, sostenuto da un discorso sempre mordente, di gratificante lettura anche per lo stile. Utilissima l’abbondante bibliografia, relativa alle opere dello scrittore e a quanto su di esse è stato scritto.

Giuseppe Bellini

AA.VV., *Tendencias actuales en la literatura boliviana*, Editor Javier Sanjinés C., Minneapolis, Institute for the Study of Ideologies & Literature - Valencia, Instituto de Cine y Radio-Televisión, 1985, pp. 284.

Il reperimento di studi intorno alla letteratura boliviana e alla cultura di questo isolato paese non è sempre facile, almeno in Europa. Infatti è, questa della Bolivia, insieme al Paraguay, una delle più dense “zone d’ombra” del mondo culturale latinoamericano. Ciò si spiega, è naturale, con le difficoltà del comunicare, almeno per noi, ma anche con la scarsa presenza di centri editoriali e culturali di rilievo. Perciò il volume curato da Javier Sanjinés, che si inserisce nella collana di studi sulla letteratura ispanoamericana inaugurata dalla proficua collaborazione di due Istituti delle Università di Minneapolis e di Valencia è tanto più prezioso e benvenuto, nell’ormai ricca serie di volumi editi, tutti rilevanti.

Il libro di cui mi occupo ora si compone di una parte saggistica e di una bibliografia, molto importante e utile, questa, poiché permette l’individuazione per settori — romanzo, poesia, racconto, critica e saggistica — di quanto è stato prodotto in un periodo di vent’anni, dal 1960 al 1980.

Quanto alla serie degli studi che precede la parte bibliografica, dovuti ad autori diversi, sono assai utili per un aggiornamento efficace delle nostre conoscenze

relativamente non solo alla letteratura — produzione originale e critica letteraria —, ma anche al cinema boliviano, del quale, rispetto alla letteratura, le nostre conoscenze sono ancor più scarse. Il panorama che del cinema ci offre Carlos D. Mesa Gisbert, dall'anno 1953 al 1983 — ma con notizie anche per il periodo che va dal 1906, di cui più dell'80% della produzione è scomparso —, si qualifica esattamente come “Aproximación a una experiencia”: si tratta, infatti, più di un'attività di buona volontà che di qualcosa di definitivamente valido, che si manifesta dopo l'avvento del sonoro (1941-'52), in un numero limitato di lungometraggi, per il periodo detto, 19 in trent'anni, e di cortometraggi, 45 nello stesso lasso di tempo, realizzati in gran parte con finanziamenti statunitensi, al servizio, quindi, di una politica di penetrazione nel paese.

L'importanza del cinema boliviano sta, come l'autore del saggio dichiara, nel fatto che “más que el resto de las artes, por sus propias características y dinámica, fue parte de la testificación urgente de un proceso histórico reflejado incluso en las obras de ficción” (p. 224).

Il lettore si rende ben conto del “camino duro e irregular” della cinematografia boliviana e del fatto che ancor oggi essa manca di una base industriale, carente com'è anche di un appoggio statale, quindi con una produzione “mínima en comparación con otras naciones del continente”; più che altro la storia del cinema boliviano è, come afferma il Mesa Gisbert, “la suma de aventuras personales”. Una utile bibliografia “básica” correda il saggio, preceduta da un elenco, per anni, di lunghi e cortometraggi e della serie de “El Cóndor de plata”.

Passando alla letteratura, il romanzo boliviano dell'ultimo quarto di secolo è oggetto dello studio di Luis H. Antezana, il quale ne sottolinea la tendenza “marcadamente *realista*; es decir, domina una escritura que busca definir sus significaciones y sentidos en relación, más o menos directa, más o menos inmediata, con la vida socio-histórica que la contextualiza” (p. 27). L'autore rileva che a partire dagli anni '60 si verifica un cambiamento nel linguaggio narrativo, con una accentuazione sperimentale verso gli anni 70, poi con una fusione, in sostanza, di nuovo e di tradizionale. *Cerco de penumbra* (1958), di Oscar Cerreto, e *Los deshabitados* (1959), di Marcelo Quiroga Santa Cruz, rappresentano bene il rinnovamento linguistico del romanzo boliviano. *Los deshabitados* sembra abbia dovuto attendere la sua seconda edizione, il 1980, per avere adeguata valutazione.

Un filone ancora vivo è quello del romanzo indigenista, corrente nella quale si segnala Jesús Lara, che con *Sujuapura* (1971) torna al tema assillante — per boliviani e paraguaiani — della guerra del Chaco (1932-'35). La “novela minera” è coltivata da Néstor Taboada in *El precio del estaño* (1960), René Poppe, in *La Khola* (1978). La “novela en y con la historia” vede fiorire una narrativa fomentata dall'episodio del Ché e della guerriglia; si contano qui opere di buona qualità, come *Los fundadores del alba* (1969) e *El último filo* (1975), di Renato Prada Oropesa, *La oscuridad radiante* (1976), di Oscar Uzín Fernández, *Tiempo desesperado* (1978), di José Fellmann Velarde.

Il romanzo “de la ciudad” rappresenta una delle tendenze più recenti del romanzo boliviano e si centra soprattutto su La Paz, raccogliendo, a suo modo, “el movimiento general contemporáneo que hace de las ciudades claves de la vida y mundo actuales”, ma è un “nudo de ambigüedades y esquivos sentidos latentes”

(p. 47). In questa tendenza sono romanzi rappresentativi *La mansión de los elegidos* (1973) e *Las víctimas* (1976), di Adolfo Cáceres Romero, *Lo signo de la lluvia* (1978), di Manuel Vargas, *Bajo el oscuro sol* (1971), di Yolanda Bedregal, *Después de las calles* (1972), di René Poppe, *Morder el silencio* (1978), di Arturo von Vacano, *Felipe Delgado* (1979), di Jaime Saenz, *Boy García* (1972), di Oscar Alborta Velasco, *Los vulnerables* (1973), di Gaby Vallejo de Bolívar, *Allá lejos* (1978), di Ramón Rocha Monroy.

Luis H. Antezana J. conclude sottolineando ancora come nel romanzo boliviano tutto sia in funzione di una maggiore "apprensione" del reale: "una mayor ductilidad instrumental se orienta hacia una más matizada indagación de la realidad" (p. 51).

Mi sono soffermato sul romanzo perché, a mio parere, rappresenta ancora la parte più notevole della creazione artistica boliviana, anche se un settore non indifferente è rappresentato, nella narrativa, dal racconto — ce ne parla Ana Rebeca Prada in "El cuento contemporáneo de la represión en Bolivia" —; nella poesia numerosi sono i nomi, da Oscar Cerruto a Jaime Sáenza, Pedro Shimose, in particolare, a Jesús Urzagasti, come illustra Blanca Wiethüchter. Del teatro tratta Oscar Muñoz Cadima, che rileva come esso sia ancora in cerca di un "punto de partida", tra influenze varie, benché qualche autore si sia affermato, come Guillermo Franco-vich, Sergio Suárez Figueroa, Gastón Suárez, Jorge Rozsa, Guido Calabi, Raúl Botelho Gosálvez, Adolfo Costa Du Rels e, tra i più giovani, Luis Bredow e Renato Crespo Paniagua.

Una "Aproximación a la crítica literaria en Bolivia de 1960 a 1980" è oggetto del saggio di Leonardo García Pabón, il quale richiama la difficoltà di trovare nella storia boliviana una tradizione vigorosa, "sea en el campo del pensamiento que sea" (p. 119). Nella prima metà del secolo XX la critica boliviana adempie a una funzione di utilità pubblica, legata più al fenomeno sociale che a quello propriamente letterario (p. 120). Dalla morte del critico Medinaceli (1949) al 1970, nessun nome risuona. Negli anni '70 Oscar Rivera Rodas pubblica *La nueva narrativa boliviana*, ma la figura dominante nel campo critico, o, come il García Pabón si esprime, "Un discurso en el Poder", è quella di monsignor Juan Quirós, critico, accademico, universitario. Intorno a questo personaggio potente, all'inizio degli anni '70 "giran tres instituciones básicas para el estudio y difusión de la literatura: la prensa, la universidad y la Academia de la Lengua — della quale il Quirós è presidente —. Hay, sin duda, un discurso de crítica literaria en el poder, centrado en Quirós pero con varios representantes más. Su influencia abarca muchos sectores, incluido el encargado de la educación" (p. 125). Fenomeno meno inquietante, certamente.

La critica si esercita, in questo clima, soprattutto attraverso i giornali; libri e riviste hanno poca parte; il discorso si svolge tra poche persone, amici o nemici; il libro è presentato da una sola voce, una sola volta, poi dimenticato; preminenza è data alla spiegazione sociologica, quasi mai a quella letteraria, come ha affermato Luis H. Antezana, richiamato dal García Pabón (*ivi*).

L'autore del saggio conclude sconsolatamente: "Este panorama de la crítica literaria nos muestra ya un total empobrecimiento de lo que debería ser su verdadera actividad. Frente a la crítica de Medinaceli, ésta es un balbuceo incoherente

que se nutre y se ahoga en sí mismo. Aquí ha llegado a su máxima imposibilidad: ejercicios de palabras que no dicen nada y pierden su poder de convencimiento cada vez más, aunque mantenga su poder en las instituciones que maneja” (p. 126). Dal 1952 ad oggi, secondo l'autore del saggio, non si è prodotta né letteratura né teoria della letteratura, né la critica è più stata intesa come atto di riflessione sulle opere “y su trayectoria en el tiempo, en la historia y la sociedad”; in pratica “desaparece del horizonte literario desde 1952 hasta nuestros días, por lo menos, para este tipo de crítica” (p. 127).

Tuttavia, negli anni '70, la prospettiva sembra migliorare, per merito di critici quali Oscar Rivera Rodas, Javier Sanjinés, Luis Antezana, autori definiti di opera “modesta”, ma che intendono avvicinarsi in profondità al testo e cercare “nuevas relaciones entre el texto y sociedad” (p. 129), con posizioni diverse, come quella, ad esempio, di Juan José Coy, critico nei riguardi di Pedro Shimose circa la narrativa boliviana. Esiste un imperativo, per il García Pabón: separare l'oro dalle scorie, studiare il passato e criticare, unico modo per giungere a ordinare la letteratura del paese, evitando il ripetersi della frustrazione.

Concludo: dalla lettura dei saggi riuniti nel volume di cui mi sono estesamente occupato, si vince una serie di limiti che giustificano la scarsa diffusione all'estero del fenomeno letterario boliviano; ma ciò mostrando, il libro compie appieno la sua funzione, sostanzialmente quella di diradare le nebbie sulla produzione e sulla cultura di un paese quasi inesplorato del mondo americano. Non v'è molto, ma valeva la pena di averne conferma. E tra il poco che esiste è importante conoscere nomi e testi.

Giuseppe Bellini

AA.VV., *Literatura y crisis en Centroamérica*, San José de Costa Rica, Instituto Centroamericano de Documentación e Investigación Social (ICADIS), 1986, pp. 94.

El ICADIS es un centro universitario de investigaciones sociales, radicado en Costa Rica pero con la ambición de estudiar los problemas centroamericanos, sea en la especificidad de cada país como en los rasgos generales que incumben a todo el istmo. Hasta ahora, el radio de sus intereses ha abarcado los campos económico, político y sociológico, sobre todo a través de la revista *Polémica*, uno de los más serios esfuerzos existentes por comprender la realidad centroamericana. En los últimos tiempos, sin embargo, el ICADIS ha emprendido una plausible iniciativa por englobar a los estudios literarios dentro de su campo de interés y fruto de ello resulta la publicación que estamos por comentar. Sus autores: Ileana Rodríguez, Ramón Luis Acevedo y Mario Roberto Morales constituyen tres de los más autorizados representantes del mundo literario centroamericano. Rodríguez desempeña el cargo de Jefe del Departamento de Investigaciones de la Universidad Nacional de

Nicaragua y hace poco publicó el primer tomo de un ambicioso proyecto de historia social de la literatura nicaraguense (*Primer inventario del invasor*, Managua, Ed. Nueva Nicaragua, 1984); Ramón Luis Acevedo es profesor en la Universidad de Puerto Rico y también él ha publicado, no hace mucho, un libro importante: *La novela centroamericana*, obra seria y fundamental para el estudio de nuestras letras; además de sus cargos académicos, Mario Roberto Morales se ha dado a conocer como uno de los más importantes narradores jóvenes de Guatemala, fama corroborada el año pasado con el Premio Latinoamericano EDUCA a su novela *El esplendor de la pirámide* (San José, EDUCA, 1985).

Abre la publicación Ileana Rodríguez con un trabajo titulado *El concepto de cultura nacional durante los años de formación del Frente Sandinista de Liberación Nacional*. Tan largo título corresponde a un examen de la primera época de la revista *El pez y la serpiente*, dirigida por Pablo Antonio Cuadra, o sea, en el período que va de 1961 a 1979, por un total de 21 números. La autora ha escogido esa época porque después la revista cambió fisionomía, “sustituyendo a los intelectuales nacionales por latinoamericanos de renombre”. Además, porque, fiel al título de su disertación, “el concepto de cultura durante los años formativos del Frente Sandinista de Liberación Nacional se encuentra contenido en todas estas publicaciones”. Estudiarlas equivale, por tanto, al estudio del sandinismo primigenio. La autora procede, entonces, a un minucioso recorrido de los artículos publicados durante los dieciocho años de la primera etapa de la revista, señalando las ideas centrales y en más de un caso criticando las posiciones asumidas. Así, en Merton encuentra un fondo marcatista aunque benévolo y en Pablo Antonio Cuadra una visión “culturalista” del pueblo nicaraguense. A Ernesto Mejía Sánchez le critica el haber destinado a la revista artículos de tono menor, como si no le concediera una gran importancia. La autora concuerda, en cambio, con las posiciones de Sergio Ramírez, en quien pareciera cifrar la misión de resumir y llevar adelante el pensamiento de los sandinistas. Con ser valioso, y además admirable por el trabajo de investigación que supone, el artículo de Rodríguez corre el riesgo de la dispersión debido precisamente a la mole de información que maneja, y, por otro lado, no siempre queda claro lo que el título promete: cuál es el pensamiento de la cultura nacional durante esos años en el FSLN, a menos que Cuadra equivalga a su ideólogo principal.

Más marcadamente académico aparece el trabajo de Ramón Luis Acevedo. Se titula *La violencia en la novela salvadoreña* y estudia tres novelas de tres diferentes autores. Ellas son: *El Cristo Negro*, de Salarrué, *Barbasco*, de Ramón González Montalvo y *El Valle de las Hamacas*, de Manlio Argueta. El método de Acevedo consiste en estudiar el argumento, personajes y recursos de la novela, sacar una conclusión particular que le permitirá, al final, hacer la suma de las conclusiones. De *El Cristo Negro*, Acevedo opina que se trata de una novela “de interpretación histórica, donde se dramatizan los conflictos y contradicciones que surgen en la sociedad centroamericana a partir del choque entre la cultura indígena y la española”, y, más adelante, concluye con que constituye “una impugnación de la Conquista y el régimen colonial español” como pocas novelas en Hispanoamérica. De *Barbasco*, Acevedo escribe: “Por su conciencia social profunda, su visión penetrante de las contradicciones en que se debate el campo salvadoreño, su estilo directo,

crudo y vigoroso, su humanización de los personajes y su superación de la visión idílica y pintoresquista del mundo rural, *Barbasco* es una de las obras que marca el paso del criollismo al neorrealismo”. Por último, señala, en *El Valle de las Hamacas*, el influjo del llamado “boom” y la asunción de una perspectiva más moderna respecto del conflicto rural, con la introducción de la temática de la violencia armada. En conjunto, las tres novelas tienen un desarrollo que a los ojos del crítico aparece como “escalonado” en su referencia a la realidad histórica del Salvador, y con aguda intuición, Acevedo hace notar no solamente la “violencia” referencial, sino también la violencia del autor hacia su público, que aparece en manera diferente según el escritor.

El último artículo, que versa sobre *La nueva novela guatemalteca y sus funciones de clase*, se debe a Mario Roberto Morales. Sostiene el autor que la última novela guatemalteca se caracteriza por el “descubrimiento del filón verbal”, lección que aprende de la nueva narrativa latinoamericana, y ésta, de Asturias. Aparte de la contextualización puramente literaria, Morales apunta a dos hechos históricos como influyentes sobre la temática de dicha narrativa: el impulso y consolidación del Mercado Común Centroamericano como propulsor de una clase media emergente, y el surgimiento de las guerrillas en el país. El primero de tales hechos históricos aparece en la manera de hablar y en la concepción general del mundo de los personajes; el segundo, como argumento inevitable en toda la producción literaria de una cierta valía. Pasa revista a tres novelas: *Los compañeros*, de M.A. Flores, *Después de las bombas*, de A. Arias y *Los demonios salvajes*, de sí mismo. A la novela de Flores se le reconoce una factura excelente y el mérito de haber iniciado en Guatemala el camino del buceo verbal; sin embargo, Morales condena la perspectiva ideológica de la novela, que le parece “cínica, escéptica, individualista y oportunista”, con una función, social y política, “contrarrevolucionaria”. *Después de las bombas* no le parece lograda, a causa de un cierto esquematismo libresco proveniente de la crítica literaria de corte goldmanniano, y la novela sucesiva de Arias, *Itzam-ná*, es despachada como “una letanía lenta y aburrida”. Como era de esperarse, Morales no puede dar un juicio sobre su propia producción: reconoce que *Los Demonios salvajes* tiene temática parecida a la de *Los compañeros*, pero “desde un ángulo moral diferente”, y de su última novela, *El esplendor de la pirámide*, dice que “quiere proponerse y situarse como un nuevo paradigma narrativo”. Esta última le parece, junto con los testimonios de Mario Payeras (*Los días de la selva*) y Rigoberta Menchú, la única representativa de “un nuevo reflujo revolucionario”, el de estos años. Hay que decir que Morales parece excesivamente severo en el enjuiciamiento de sus colegas novelistas, no sólo desde el punto de vista de la moral revolucionaria, que propone como metro valorativo, sino que también desde el punto de vista literario.

La iniciativa del ICADIS abre las puertas a una fértil discusión sobre las realizaciones literarias en el marco de la crisis que ha visto a Centro América pasar al primer plano del interés internacional. Resulta innegable que la región vive momentos decisivos para su historia con profundas repercusiones en el sistema de equilibrios del planeta. Tratar de entender la crisis y cómo ella se manifiesta en la elaboración imaginaria deviene tarea urgente e insoslayable.

Dante Liano

Giovanni Quessep, *Muerte de Merlín*, Prólogo de Fernando Charry Lara, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1985, pp. 116.

Se occorresse una conferma della diffusione in America della poesia di Montale, sarebbe sufficiente aprire il recente libro poetico di Giovanni Quessep, *Muerte de Merlín*, per esserne confortati: esso si inaugura, infatti, con un verso del poeta italiano, "Non domandarci la formula che mondi possa aprirti", e reca del Montale la trasparenza nella meditazione.

Dal *Prólogo* si apprende che il Quessep ha pubblicato numerosi libri di poesia: *El ser no es una fábula* (1968), *Duración y leyenda* (1972), *Canto del extranjero* (1976), *Madrigales de vida y de muerte* (1977), *Preludios* (1980), riuniti poi in *Poesía* (1985). Il recente poemario *Muerte de Merlín* rivela un temperamento poetico di grande significato, attento alle istanze interiori, a una problematica esistenziale che cerca di forzare, scoraggiata in partenza, si direbbe, le porte del mistero. Il sogno, l'incantesimo, perdono consistenza davanti alla solitudine e alla morte. In un succedersi di immagini delicate, che evocano, attraverso riferimenti a paesaggi tra il reale e l'irreale, situazioni intensamente interiori, eliminato ogni lugubrisimo, in una tavolozza continuamente sfumata di colori, che fanno perno sull'azzurro e sul bianco, prende voce una poesia riflessiva e candida, che esprime una metafora delusa del mondo, carente di disperazione, nella quale anche la memoria sembra richiamare inevitabili inconsistenze. Un bosco di colori acquarellati autunnali distrugge il vitalismo del verde; è un regno chiuso e nessuno può, in definitiva, penetrarlo. Il sortilegio è falso; il tempo "guarda sus libélulas / para dorar los ojos de los muertos" (*Muerte de Merlín*).

Nel breve, ma interessante prologo, Fernando Charry Lara affonda efficacemente nella sostanza della poesia del Quessep, richiamando, per taluni suoi momenti, i poeti arabi dell'Andalusia, individuando in queste liriche la manifestazione della fragilità del mondo dei sogni, senza che cessi il sostegno della realtà, e concludendo che la poesia di questo lirico "se expresa, tensa, serenamente, en imágenes de tiempo perdido y olvidado, entre sombras que son más del símbolo o de la leyenda, con materia de instantes de los que se ha apoderado para siempre la fijeza" (p. 17).

Giuseppe Bellini

Melba Guariglia Zas, *El sueño de siempre*, México, Los libros del fakir, 1984, pp. 31.

Aunque los escritores hispanoamericanos han debido soportar, con frecuencia, la pesadumbre del exilio, sólo en los últimos años el destierro ha sido tratado como tema y fuente de inspiración generalizada. No puede ser atribuida al azar la apertura de una nueva colección editorial que lleva el significativo nombre de "Le-

tras del exilio". Con toda probabilidad, el que el alejamiento del suelo natal pase de contingencia de vida a sustancia de reflexión se debe a que nunca, como en los últimos años, ha habido tantos escritores exiliados, al mismo tiempo y de tan diferente procedencia.

El tema del exilio recorre la *plaquette El sueño de siempre* de la poetisa uruguaya Melba Guariglia Zas, residente en México desde hace muchos años. Guariglia abre el libro con un epígrafe de Idea Vilariño, de quien está muy cerca en el tono y en el estilo. Un primer poema, escrito en Montevideo, anticipa la tensión ideal de la colección. El poeta rechaza lo inútil, lo estéril, para privilegiar la fertilidad y la siembra, a través de metáforas alusivas a la naturaleza pero de claro origen literario. Luego de ello, emprende el duro trabajo de enfrentar la propia existencia. Emerge, del texto, una dificultad no estilística sino espiritual, para sacar a la superficie los eventos más dolorosos. Sin embargo, a fuerza de insistencia, afloran en el verso las expresiones de la cotidianeidad: "Roer las tinieblas" (p. 7) su cierta y terrible definición. Hay toda una línea trazada de la primera a la última página en donde simplemente vivir se convierte en un trabajo fatigoso e insoportable. No porque, en verdad, lo sea, sino porque las condiciones subjetivas del individuo le hacen insufrible la existencia. Así, en metáfora, la vida como el mar: "playa menos mar / derrota más lucha / contratiempo / empezar de nuevo [...]" (p. 10), y, en lenguaje directo: "Este mes no se acaba / no soporto su presencia tenaz / en mi agenda [...]" (*ibid.*); la vida en la metrópoli ("La ciudad innumerable") frecuentemente encuentra su representación en la imagen de "ir cayendo", de "perder pie", en la arena, en el agua, en el lodo. Lo que más duele es la soledad ("Tristeza / es tener tanto amor / y beberlo / sin compartir la copa / ni con el silencio", p. 22). A toda la adversidad, Guariglia opone dos elementos: el orgulloso tesón de lo racional ("calentar distancias / y recomenzar" (p. 7); "La esperanza [...] sale a luz con fuerza de idea" (p. 11), "elevarme sobre la tempestad" (p. 30)) y la confianza en la positividad de la evolución histórica, figurada, a nivel personal, en la ya mencionada metáfora de la siembra y la fecundidad ("quiero ser tibieza de lluvia / mojando terrones con semillas", p. 6) "nubes de conchillas submarinas [...] se abren [...] en inmensa manifestación de esperanza" (p. 9). "Te daría terrones / para que crecieras en ellos" (p. 15). Hacia el final del poemario, el anuncio del regreso al suelo natal: "Si me quieren / estoy aquí" (p. 25), el balance de la vida: "creí morir de paz / y me salvé de pasión / y de caos" (p. 27), para recomenzar, intactos los viejos ideales, "absurda de optimismo" (p. 37).

El conjunto se caracteriza por una coherencia de fondo que se desplaza al estilo breve y de engañosa limpidez, ya que esconde un minucioso trabajo de limadura y concentración, proveniente de las instancias primeras de la motivación poética. A través de metáforas acertadas y punzantes se va descubriendo un dolor profundo, vivido con gran dignidad y estoicismo.

Dante Liano

Mario Vargas Llosa, *¿Quién mató a Palomino Molero?*, Barcelona, Seix Barral, 1986, pp. 189.

La torrencialidad productiva de Vargas Llosa, presente desde sus primeros pasos en la carrera de las letras, no amaina con los años. Supera, con mucho, a su colega García Márquez, pero no hace más que obedecer a una tradición literaria no sólo hispanoamericana que iguala cantidad y calidad. Difícil ecuación, no para todos. Hace apenas año y medio, el célebre autor peruano provocó un pequeño “caso” literario con su *Historia de Mayta* (Barcelona, Seix Barral, 1984) certera representación narrativa de las ambigüedades y contradicciones de una conciencia que, como en el caso del ex-revolucionario apasionado y fanático Alejandro Mayta, tiene de todo menos limpidez. Con el método de la novela-reportaje (Truman Capote, Norman Mailer, Heinrich Boll), Vargas Llosa persigue a un personaje cambiante, inaferrable, contradictorio, en vertiginosos capítulos que se desmienten, se corroboran, se redarguyen, cambian planos narrativos e ideológicos, para llegar a la realista convicción de que la realidad es múltiple, atormentada e inagotable. Hay, en esa novela, capítulos espléndidos, como el de la visita al Museo de la Inquisición en Lima o el de la seducción de un compañero por parte de Mayta, y caídas notable, como el emotivo ataque a Cardenal, reyerta de escribanos que se podría ahorrar al lector, o la invasión del Perú por los marines, no porque no sea plausible sino porque resulta artificiosa y cansada, excesivamente inventada.

Año y medio después, Vargas Llosa se presenta al público con un nuevo trabajo, no demasiado extenso y de lectura apasionante, de ese tipo de libros que se leen de un tirón. Una primera reflexión que provoca se refiere a las apuestas de un escritor. Desde, quizá, *La tía Julia y el escribidor*, el escritor pareciera aceptar desafíos ignotos que lo llevan a medirse con diversos tipos de narración. *La tía Julia* presenta las características del *pastiche* según el modelo de Manuel Puig, mientras que *La guerra del fin del mundo* revela la intención de crear la gran novela histórica, de aliento tolstoiano; la *Historia de Mayta*, lo dicho: la novela-reportaje. Ahora, *¿Quién mató a Palomino Molero?* muestra, con claridad, el intento de construir una novela policiaca, a la manera norteamericana. Con escrupuloso respeto del modelo, la trama se abre *in medias res*, con el hallazgo del cadáver, las pesquisas por parte de un investigador mediocre pero en el fondo honesto, una primera versión del crimen corregida por otra que será desmentida al final con un par de golpes de efecto teatral.

Impresiona, desde el primer momento, el seguro oficio de Vargas Llosa. La construcción de la trama es límpida y de gran solidez, de modo que la historia central no se deja distraer por las dos o tres tramas colaterales (el amor del Teniente por doña Adriana, por ejemplo, o la intrincada relación padre-hija revelada al final). Desde el mismo título, y, enseguida, en las primeras líneas, se ponen las cartas sobre la mesa: Palomino Molero ha sido asesinado bárbaramente y todos los esfuerzos del narrador están encaminados a acompañar a los policías en la solución del “caso”. Las grandes coordenadas del relato se trazan al servicio de dicha fórmula con una arquitectura admirable: nada sobra, nada falta. Vargas Llosa se revela como quien es: un maestro en el dominio de la prosa narrativa. Con dos ornamentos maliciosos: uno, el recurrir al intertexto, pues, en efecto, personajes y locali-

dad están tomados en préstamo de *La casa verde* y de *La Chunga*; otro, el abundante uso de diálogos vivaces sin desdeñar el coloquialismo ni el lenguaje colorido, ni la alusión popular. Por ejemplo: “Bueno, vámos al cine a hacer tiempo, porque antes de medianoche el bulín es un velorio. En el Variedades dan una de charros, con Rosita Quintana. El cachaco invita, por supuesto” (p. 11). En donde, “bulín” está por “bar”; “una de charros con Rosita Quintana” por “una película mexicana” con una actriz famosa en su época en toda América Latina, y “cachaco” significa “policía”.

Y por lo que se refiere a la imitación del lenguaje castrense, baste, de muestra, este botón: “Un cachaco debe tener corazón de piedra, ser una conchesumadera si hace falta. Tú eres un sentimental de mierda, más bien” (p. 10).

Pero si la novela es sólida y bien planteada, algo hay en ella que no termina de convencer. Creo encontrar la razón del desconcierto en la concepción original del proyecto narrativo. Sabemos que pocos géneros han sido tan afortunados y generosos como el género policial. Le son deudores grandes escritores como Borges y Chesterton, para citar dos al azar. Ahora bien, el género implica algunas constantes que resulta difícil violar sin hacer tambalear el edificio todo de la ficción. Una de estas constantes la constituye la ciudad; mejor todavía: la metrópoli contemporánea, en donde la proliferación de personas y de nacionalidades hace posible una abundante y rica gama de personajes. Otra constante es la modernidad que impone el paisaje metropolitano; calles, automóviles modernos, barrios residenciales, radios, televisores, teléfonos, oficinistas aburridos y playboys no menos aburridos, mujeres astutas, enigmáticas. Y, en medio de todos, el investigador cínico, duro, inepto para la vida, un perdedor solitario, sentimental y honesto a su manera. En resumen: el paisaje contemporáneo de una civilización industrial avanzada. El problema de la novela de Vargas Llosa estriba en el traslado literal del modelo narrativo a un entorno rural, precapitalista, latinoamericano, en fin. Lo que puede aparecer plausible en San Francisco, deviene inverosímil en Piura. Que un cadáver aparezca colgado de un árbol al borde del camino, por desgracia, es cosa que puede suceder en cualquier parte del mundo. Pero que, en Piura, un oscuro teniente y el sargento a sus órdenes, se dediquen en cuerpo y alma a la resolución del caso, por puro amor al arte o, incluso, por rectitud y honestidad, al grado de poner en entredicho a un alto jefe militar, y que éste, a su vez, se pliegue ante sus subordinados, aparece muy difícil de creer. La frialdad en la conducta de los personajes, la resolución cerebral del “affaire” (el Teniente Silva que escucha, a sus espaldas, cómo un superior se pega un tiro y ni siquiera voltear a ver) no convencen del todo. Nótese bien que no se trata de mayor o menor “realismo”. Se trata de falta de verosimilitud. De poder de convicción de la realidad ficticia creada por el narrador.

No obstante esta pequeña objeción, *Quién mató a Palomino Molero?* asegura al lector la fruición de una obra en donde se puede hallar la maestría narrativa y lingüística que han hecho famoso a su autor.

Dante Liano

Manuel Puig, *La cara del villano — Recuerdo de Tijuana*, Barcelona, 1985, pp. 153.

Dopo gli ultimi romanzi: *Maldición eterna a quien lea estas páginas* e *Sangre de amor correspondida* (cfr. "Rassegna Iberistica" n. 10 e 14) che dimostravano un cambio di direzione rispetto alle opere precedenti, Manuel Puig con quest'ultimo libro, *La cara del villano — Recuerdo de Tijuana*, riassume un'altra componente del suo lavoro artistico: la sceneggiatura, componente che sta alla base della sua attività artistica. Infatti Manuel Puig inizia il suo rapporto con il mondo dell'arte attraverso il cinema. Nell'interessante prologo, che precede il testo delle due sceneggiature qui presentate, l'autore ricorda le sue prime esperienze con il cinema, allora da lui visto come evasione dall'ambiente provinciale del paese natale — General Villegas — soffocante e inadeguato alla sua personalità. Puig considerava, in quel tempo della sua gioventù, le storie presentate sullo schermo come specchio di una realtà alternativa a quella del "machismo deformato" a lui familiare, realtà in seguito cercata nella capitale argentina e all'estero.

L'esperienza fatta al Centro Sperimentale di Cinematografia, a Cinecittà, nel 1956, in pieno neorealismo e in pieno "regime" democristiano, è altrettanto fallimentare, in quanto l'esigenza di quella realtà fantastica, "altra", che Puig ricordava dagli schermi del suo paese, viene ancora una volta smentita, come afferma, da due diverse repressioni: quella politica e quella ideologica, non meno forte, apparentemente di segno opposto ma finalizzate entrambe allo stesso scopo.

L'opposizione tra il cinema di Hollywood, che prestava particolare attenzione alla struttura narrativa, ma che veniva considerato reazionario, e il neorealismo italiano che, con Rossellini e De Sica, aveva offerto notevoli capolavori, ma imponeva regole troppo restrittive alla creazione artistica, creava molte perplessità nel giovane argentino.

Allontanandosi da questi due mondi: il cinema di Hollywood e il neorealismo italiano, Puig, come molti suoi compatrioti e latinoamericani all'estero, capisce che la soluzione più interessante è quella di esplorare le possibilità aneddotiche dell'ambiente da lui vissuto. Questa decisione porta al passaggio dalla sceneggiatura al romanzo, dovuta al bisogno di Puig di maggiore spazio per l'esigenza descrittiva. Il romanzo offriva infatti allo scrittore argentino un mezzo espressivo più analitico, mentre il cinema era più limitativo, gli offriva minori possibilità.

Il cinema, oltre che sulla parola e sul suono, si basa sull'immagine in movimento, il romanzo si basa invece sulla parola scritta che dà voce a un discorso più complesso concettualmente. Essenzialmente diversi, perciò, cinema e romanzo, benché abbiano punti evidenti di contatto. La diversa partecipazione e l'attenzione dell'utente per questi due mezzi espressivi determina un'ulteriore differenza. Il rapporto tra lo spettatore e il cinema è in parte assimilabile a quello tra lo spettatore e il teatro; d'altronde il copione cinematografica è in parte comparabile con il romanzo, ma in definitiva sono due identità autonome, la prima facente parte di un assieme più complesso. Un romanzo non è scritto come un copione cinematografica né viceversa, perciò non sono interscambiabili.

Interessante mi pare l'operazione compiuta con il romanzo dello stesso scrittore argentino: *Il bacio della donna ragno* (cfr. "Rassegna Iberistica" n. 4) ora uscito

anche in versione cinematografica. Il romanzo imperniato su pezzi di films ha un taglio particolarmente visivo, ma soprattutto narrativo in quanto descrittivo, il film, tratto naturalmente da un materiale ridotto rispetto alla trama del romanzo, ha un taglio più poetico, perché più simbolico e sintetico. Venendo a confermare una parte di intertestualità dei due generi, ma anche la loro completa autonomia, i due prodotti sono infatti diversi così come il loro risultato.

La cara del villano è un copione cinematografica scritto da Puig per il regista Arturo Ripstein e tratto da un racconto di Silvina Ocampo: *El impostor*. Nel 1984 questo copione fu realizzato in un film — *Otro* — diretto dallo stesso Ripstein, che, nonostante il contatto diretto con lo scrittore argentino, ne travisò il senso nella realizzazione cinematografica. Con questa definitiva trascrizione dal titolo: *La cara del villano*, Puig vuole affermare e rivendicare la sua autonomia e individualità di scrittore. Questo prodotto appartiene al filone fantastico di *suspence*. Il secondo copione *Recuerdo de Tijuana* ripropone ancora una volta una lettura della realtà provinciale del paese natale dello scrittore, arricchita da una variante romantico-sentimentale e resa con un intreccio poliziesco.

Benché questi due copioni possano essere considerati due prodotti autonomi, confermano “la fecunda dinámica de vasos comunicantes entre literatura e imagen, realidad y sueño, apariencia visible y ficción dramática” (p. 14).

Susanna Regazzoni

* * *

Davide Bigalli, *Immagini del Principe. Ricerche su politica e umanesimo nel Portogallo e nella Spagna del Cinquecento*, Milano, Franco Angeli, 1985, pp. 288.

O importante estudo que aqui nos é proposto diz respeito a dois humanistas que, de modo decisivo, contribuíram para a formação cultural-ideológica do príncipe em Portugal e na Espanha do séc. XVI. A primeira parte, muito mais extensa e aprofundada (“Diogo de Teive, o la política della nostalgia”, pp. 13-222), determina o itinerário deste humanista português “estrangeirado”, de formação europeia a avaliar pela sua intervenção no colégio de Guyenne, com posterior assento no Colégio das Artes de Coimbra, onde foi figura influente pela transmissão de uma “forma mentis” que acabaria por entrar em choque com o tribunal da Inquisição; a segunda (“Il mito a corte. Pensiero politico e frammenti di utopia in Antonio de Guevara”, pp. 223-280), mais breve até pelo material com que o autor teve de se defrontar mas não menos densa e, de qualquer modo, perfeitamente coerente com a linha investigativa, considera a figura polémica do franciscano e cuja actuação na corte de Carlos V parece “proiettare inquietudini e tensioni della Spagna degli inizi della dinastia absburgica nella *factio* di un impero ro-

mano ricreato, nello schema di una corte immaginata” (p. 9).

Diogo de Teive está decerto ligado à reforma dos estudos humanísticos em Portugal que tinha Coimbra como centro primordial, depois da transferência da Universidade de Lisboa para aquela cidade, com os consequentes conflitos sobre o controle de algumas Faculdades, disputadas quer pela administração universitária quer pelo Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz, à frente do qual se encontrava a figura prestigiosa de frei Brás de Braga, antigo aluno em Paris e em Lovaina. D. João III pareceu arbitrar a disputa a favor da Universidade mas, ao mesmo tempo, tentou resolver o problema do ensino das Humanidades com a criação de um colégio autónomo — o Colégio das Artes — para a direcção do qual foi chamado André de Gouveia (1548), principal do colégio de Guyenne e ex-principal do colégio de Sainte-Barbe, de Bordeaux, com um programa de estudos que se pode observar no conhecido regulamento *Schola Aquitânica*. Foi deste modo que entraram os “Bordaleses” em Portugal (e entre eles Diogo de Teive), todos suspeitos de heterodoxia em matéria teológica, acusados de serem “farinha de Lutero”, estudiosos que viram a sua situação deteriorar-se entre 1552 e 1555, com a entrega progressiva do Colégio das Artes aos jesuítas. Para Diogo de Teive “era il segno della sconfitta del progetto che aveva animato l’attività di André de Gouveia e degli altri *lentes* di Bordeaux. Per il sovrano, era la confessione di analoga sconfitta della propria politica culturale” (p. 25). Davide Bigalli nota com agudeza como a orientação do monarca assumia posições contraditórias e até contrastantes mas não pode deixar de observar que tal circunstância dependia de condicionalismos postos por grupos de poder operantes na própria corte, em especial os que se reuniam em torno do Cardeal Infante D. Henrique, Inquisidor-mor do Santo Offício. Apesar disso, e não obstante a centralização do poder, como igualmente aponta o estudioso, D. João III acaba por conceder um certo espaço ao humanismo erasmiano, bastando recordar a actuação de três intelectuais conotados com tal doutrina: Damião de Góis, João de Barros e Diogo de Teive. Com este último “le stesse vicende biografiche di Giovanni III divengono occasione per una serie di *opuscula*, dove si presenta con insistenza l’immagine del *rex justus*, punto focale della società tutta” (p. 31).

Mostrando controlar exaustivamente a vastíssima bibliografia lusitana e estrangeira sobre um período tão rico de propostas e fermentos inovadores, é todavia estranho que o estudioso quase ignore a obra fundamental de José Sebastião da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III* (citada, de passagem, apenas duas vezes) para privilegiar os trabalhos de Mário Brandão, em especial *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes e O Colégio das Artes. I. 1547-1555*, embora estes dois títulos não sejam evidentemente de menosprezar como análise global e ponto de partida para uma nova leitura dos textos do humanismo português do séc. XVI. A este respeito, e tratando especificamente o caso singular de Diogo de Teive, é de evidenciar a agudeza do crítico ao confrontar, por exemplo, obras como *Oratio in laudem Ioannis tertii* e *Institutio Sebastiani primi*, este último texto destinado à educação do jovem D. Sebastião e onde se apresenta a imagem ideal do príncipe a partir da imagem construída de D. João III, para culminar nas *Sententiae*, obra em que já se vislumbra a “antropologia pessimista” teiviana, porventura pela verificação, em acto, do abandono do projecto de reforma,

“in nome dell’obbedienza a esigenze di ortodossia religiosa e culturale, che si possono sovrapporre soltanto come violenza allo sviluppo e della società e dello stato portoghese” (p. 94). Não sem razão, neste capítulo, Davide Bigalli deixa entender, ainda que de modo implícito, como esta progressiva asfixia cultural acaba por se reflectir profundamente no tecido social do país, determinando escolhas políticas que estão na base da crise por que passou a sociedade portuguesa e do “desengano do mundo” que tocou de modo tão intenso o verbo de Camões, para não citar outros casos.

A segunda parte fundamenta-se num controle não menos exaustivo da bibliografia activa e passiva. E se é certo que acaba por ser o estudo exemplar de Augustin Redondo (*Antonio de Guevara (1480?-1545) et l’Espagne de son temps. De la carrière officielle aux oeuvres politico-morales*) a pedra basilar para a crítica dos trabalhos precedentes, a verdade é que, também aqui, D. Bigalli pôde exercer uma verificação directa dos escritos de Antonio de Guevara, sobretudo as *Epístolas familiares* e o *Libro llamado Relox de Príncipes*, investigando a forma da historiografia e a concepção guevariana de monarquia. Rico de sugestões é, a este propósito, o capítulo “‘Príncipe’ e ‘república’”, onde é influente também o ponto de vista de Marcel Bataillon, em especial quando se observa o “príncipe” de Guevara como um autêntico imperador; e igualmente o breve mas densíssimo capítulo “Un’alternativa: l’astrolabio e la storia”, porque permite ao estudioso, chamando em causa os humanistas portugueses (João de Barros e Garcia da Orta, entre outros) e pondo em confronto as figuras emblemáticas de Damião de Góis e Guevara, uma colocação da *intellighenzia* ibérica da época na querela entre antigos e modernos. De resto, todo o livro de Davide Bigalli é informado por uma grande erudição e por uma riquíssima constelação de informações, o que o torna ponto de referência seguro no âmbito da história das ideias em Portugal e na Espanha do século XVI.

Manuel Simões

João de Aguiar, *A voz dos Deuses. Memórias de um companheiro de armas de Viriato*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1984, pp. 291.

Utilizando algumas obras fundamentais sobre a Península Ibérica, antes e durante a romanização, João Aguiar cria a sua primeira narrativa envolvendo aquelas personagens que terão um registo na História da Península do ano de 155 a.C., aproximadamente, até 79 a.C. Mesclando imaginação e verdade histórica o autor consegue manter sempre vivo o interesse pela leitura.

Tongio, o autor autodiegético, é filho de Tongétamo, e será sacerdote do grande deus Endovélico e guardião do seu santuário situado no outeiro de S. Miguel da Mota perto de Terena (Alandroal). Tongio nasce na terra que anteriormente tinha sido um entreposto comercial fenício de certa importância (Balsa = Tavi-

ra); isto devido ao facto de a mãe ser de origem cónia e ali perto ter ido parar ferido e derrotado seu pai Tongétamo, filho do Rei dos Brácaros, recentemente des-tronado. Permanece neste o desejo ardente de regresso à Calécia e da vingança de seu pai, não se contentando com a imbilidade a que o obrigava a sua permanência em Balsa; não encontrando uma alternativa, põe termo à vida no dia do 3º aniversário de seu filho Tongio. Este só toma conhecimento da verdade mais tarde quando lhe é friamente relatada pelo seu tio Camalo com quem vive, juntamente com sua mãe, não já em Balsa, mas em Gadir (Cadiz).

São sobretudo as contínuas referências aos ritos e lugares sagrados que criam uma ambiência cultural-temporal e espacial bastante aproximativa da época em foco. Para a família de Tongio abandonar Cineticum recorre a sacrifícios quer à Deusa Lua quer à Deusa Ategina e misturam-se assim ritos lusitanos (lendo os presságios nas veias das vítimas) com romanos (presságio nas vísceras das vítimas), sintoma de um período de transição em que um mundo dificilmente quer abandonar a sua cultura, mas que já se sente invadido por outros padrões.

João Aguiar vai-nos dando também elementos sócio-económicos das terras onde a acção vai tendo lugar. De Gadir, por exemplo, é retratada toda uma actividade relacionada com a pesca, pecuária e exportação de metais preciosos do interior, não faltando indicações sobre o santuário de Hércules, adorado sob o nome de Melkaart, segundo o ritual fenício. A educação de Tongio é completa, não sendo menosprezado nem o estudo do grego e latim nem, como verdadeiro cónio, a velha escrita e quase todas as línguas ibéricas; e “Aos catorze anos recebi a minha espada, ganhei o primeiro cavalo e tive a primeira experiência com uma mulher” (Lobessa uma escrava, serva de sua mãe, por quem Tongio se apaixona, p. 40).

Estamos em 151 a.C., ano em que o pretor Sérvio Sulpício Galba é derrotado pelos Lusitanos e se vê na contingência de se refugiar no Cineticum, estabelecendo-se em Conistorgis. É esta presença próxima dos romanos e a possibilidade de um novo ataque dos Lusitanos que suscita em Tongio e seu tio uma preocupação e uma reflexão sobre o modo de agir dos povos em confronto: Lusitanos que atacam por ódio Roma e para subsistir saqueiam; e Gadir que tem que se defender de qualquer tipo de ataque; Tongio começa a sofrer o longo pesadelo de ter um dia de combater contra o seu próprio sangue ...

Entretanto o procônsul que governava a Hispânia Citerior — Lúcio Licínio Lúculo — saqueia a Lusitânia no ano de 150 a.C., trucidando milhares dos seus habitantes, facto que perturba profundamente Tongio. Gadir é invadida pelos romanos, infringindo assaltos a lojas e mercados, sendo sobretudo atingidos os mercados estrangeiros, caso de Camalo, tio de Tongio. Estes, organizando-se, pretendem apresentar as suas queixas ao Conselho da cidade, mas os legionários trataram de dizimar alguns estrangeiros, entre eles estava Camalo.

Tongio, depois de vingar a morte de seu tio (liquidando o centurião seu carrasco), decide abandonar Gadir levando consigo a mãe, Beduno e Lobessa, seus escravos. E é durante a sua fuga que Tongio tem a oportunidade de conhecer Viriato que, juntamente com alguns outros companheiros, tinha sobrevivido à chacina levada a cabo por Galba.

Todo o romance, a partir de agora, gravitará em torno dessa figura de lusitano que sustentará uma tremenda resistência contra Roma, entre 147 e 139 a.C. O

autor serve-se sobretudo dos estudos de J. Leite de Vasconcelos e de Jorge Alarcão para poder dar uma imagem de Viriato como estratega e político, chefiando um grupo de Soldados oriundos das mais diversas tribos (Idegitanos, Vetões, etc.), mantendo a disciplina, organizando a defesa e o ataque, numa tentativa desesperada de evitar que os lusitanos se submetessem ao jugo romano.

Após a chegada de Tongio a Arcóbriga, sugestão aliás do próprio Viriato, e de ter curiosamente ouvido o presságio do deus Endovélico o nosso narrador informa-nos da sua partida com as tropas lusitanas, abandonando assim Arcóbriga, cidade imaginada pelo autor cuja situação se desconhece. A voz do Deus Endovélico, o seu oráculo em relação a Tongio confirma-se pois, e as deambulações deste pela Lusitânia não cessarão a partir de agora, assim como a sua permanência ao lado de Viriato.

Usando sempre um discurso fluido, em que o directo alterna frequentemente com o indirecto, o autor consegue despertar vivo interesse pelas vicissitudes que acompanham o nosso herói-Viriato até ao seu assassínio. A rectidão, valentia, honestidade eram a marca irrefutável do seu carácter: “Como uma autoridade absoluta e jamais contestada ele distribuía os despojos segundo o valor demonstrado por cada homem e para si reservava somente alguma coisa de que tivesse necessidade” (p. 114).

Amalgamando ficção e história, João Aguiar projecta Viriato para uma esfera possivelmente “real”, assumindo este uma envergadura plausível, sobretudo nas campanhas em que participou, com o seu papel de último grande defensor de uma unificação peninsular alternativa ao poder romano. Onde a história não consegue (ou pode) elucidar é à ficção que cabe criar a “possível” história.

Cúrio, Apuleio e Táutalo são personagens que de facto existiram, mas já é do foro puramente fictício o discurso e a relação tão íntima que o romance põe a descoberto entre eles e Viriato. Já em 147 a.C. vemos todos empenhados na invasão da Turdetânia, sendo no entanto cercados pelo pretor Caio Vetílio. O autor cinge-se aos relatos históricos para nos descrever como o cerco irá genialmente ser rompido por Viriato-descrição que não deixa de nos entusiasmar até às raiais da visualização cinematográfica. O choque entre os dois exércitos e a morte “errada” de Vetílio em Tribola são focalizados provocando uma crescente fruição no leitor, afirmando-se mais uma vez a tendência unificadora de Viriato: “Se queremos ser livres e viver segundo as nossas leis, temos de lutar unidos” (p. 132); e mais adiante: “É preciso ensinar os nossos homens a fazer a guerra contra Roma”. Successivamente Viriato vencerá C. Plaucio, C. Unimano e C. Nigidio, usando sempre de grande mobilidade e rapidez.

Entretanto Tongio (o narrador) e Arduno partem como emissários de Viriato-várias as peripécias por que passam os nosso “espias”: mais uma oportunidade para o autor nos descrever zonas da velha Península e ritos e oráculos que a caracterizam. De regresso participarão na denominada guerra Numantina em que C. Pompeio e Quincio são igualmente derrotados e após o casamento de Viriato (de que há relatos) chega à Ibéria Fabio Massimo Serviliano: mais uma das vibrantes páginas em que o chefe lusitano não só vence militarmente o inimigo como, desta vez, lhe exige um autêntico tratado de paz: “Os romanos mentem e faltam à palavra é certo. Mas eu vou exigir não uma promessa mas um tratado ... ratificado pelo

tratado de Roma” (p. 256), o que foi realmente alcançado, sendo Viriato dois meses depois saudado como *Amicus Populi Romani*.

Mas a traição não seria só de Roma, com o rompimento do tratado de paz, mas muito mais ardilosa e feroz quando os próprios companheiros de armas Audax, Ditalco e Minuro, sob ordens de Servillo Cepião, eliminaram não o lendário comandante, mas o maior estratega peninsular que opôs viva resistência ao ataque romano: “Acabou tudo — não compreendes, Tongio? O nosso mundo vai acabar!” (p. 275).

A Voz dos Deuses é pois uma obra cujas coordenadas espaço-temporais não estão ainda exaustivamente conhecidas, sob a óptica histórica e cuja recomposição se apresenta como tarefa delicada e não fácil. Para a criação da presente ficção o autor tenta, no entanto, imbuir-se da consistência histórica possível fornecida através da leitura e estudo de algumas obras fundamentais que ele próprio cita nas notas finais do romance como: *Mito e Metafísica* de Georges Gusdorf, *O Sagrado e o Profano* de Mircea Eliade, *La Romanización* de José María Blázquez mas sobretudo *As religiões da Lusitânia* de J. Leite de Vasconcelos e *Portugal Romano* de Jorge Alarcão. Referências às quais J. Aguiar acrescenta uma tentativa de índice onomástico e toponímico que se torna indispensável para uma compreensibilidade da narrativa em causa.

Será que se reacende na nossa literatura actual o gosto pelo romance histórico? Apesar de terem sido já notadas algumas incorrecções históricas consideradas mais ou menos graves e limitativas da eficácia cultural de *A Voz dos Deuses* este é, no entanto, um romance que como tal deleita, recria frequentemente o “desconhecido” e suscita ulteriores curiosidades históricas (sendo ainda por isso eficaz culturalmente); e assim não deixa de constituir uma interessante experiência que abre caminho (tal como José Saramago com *O Memorial do Convento*, embora noutra perspectiva), a novas iniciativas.

Julietta de Oliveira Lo Greco

Angelo Trento, *Le origini dello stato populista. Società e politica in Brasile 1920-1945*, Milano, Franco Angeli, 1986, pp. 248.

Quando si manifestano periodi di crisi economica si attivano una serie di tentativi tendenti a ricomporre la stessa e, contrariamente a certa pubblicistica, essi evidenziano sempre più le differenze socio-economiche esistenti tra i diversi paesi. Sotto questo profilo, nell'ambito degli stati latinoamericani, la risposta statualista data dal Brasile nella decade degli anni trenta ne è un esempio. Un esempio che assume valore di verifica di quanto detto se si tien conto che esso nasce all'interno di un quadro socio-economico omogeneo che è quello della subalternità dei paesi latinoamericani al quadro economico internazionale.

Angelo Trento, nel suo lavoro, ricostruisce magistralmente il passaggio, in

quegli anni, dallo stato oligarchico allo stato populista instaurato da Getulio Vargas in Brasile. Lo schema d'analisi adoperato dall'autore tien conto delle due fasi che precedono la nascita dello stato populista individuando le tensioni politiche ed economiche presenti nello stato oligarchico (pp. 11-100) e le ragioni che daranno vita alla sua dissoluzione e alla nascita della Nuova Repubblica (pp. 101-180). Solo successivamente (pp. 181-234) Angelo Trento analizza le caratteristiche ed i comportamenti politici dello Stato Populista. Questo modello si avvale poi di due variabili: i rapporti internazionali tra il Brasile e le altre potenze capitalistiche, la centralità dei rapporti tra le classi o i gruppi sociali interni al Brasile. Soprattutto la seconda variabile è determinante per capire tanto la *forza* dello Stato Populista quanto la *debolezza* delle basi sociali e del loro potere.

Tenendo conto di questi fattori, e rifuggendo dalle facili schematizzazioni, l'autore analizza i modi in cui Getulio Vargas organizza e crea il "potere dello Stato come istituzione e come esso diventi una categoria decisiva della società brasiliana" assumendo funzioni di "catalizzatore ed organizzatore della vita nazionale". Nasce così la mediazione dello stato tra imprenditori industriali e proletariato urbano che sono i nuovi attori sociali che appaiono sulla scena brasiliana negli anni trenta. Una funzione necessaria questa vista l'estrema frammentazione dei nascenti gruppi sociali, e l'incapacità dei ceti dominanti ad esercitare una loro funzione egemonica, sulla cui assenza crescerà il potere dello Stato. Questo rafforzerà il potere centrale rispetto a quello regionale allevando al suo interno, ed in piena autonomia, una *élite* amministrativa, garantita dall'esecutivo, il cui fallimento sarà evidente solo a partire dalla crisi economica degli anni '70.

In questa cornice si manifesterà poi l'aspetto populista dello stato che, in cambio della sua mediazione, garantisce, almeno sul piano formale il rispetto degli interessi in campo. Diventa così garante di una sorta di *pax* sociale in quanto dispensatore di servizi e di favori, di benessere e di assistenza ad ogni classe sociale. Questo falso unanimità viene smascherato dall'autore dell'indagine il quale rileva e denuncia come l'azione politica reale tende alla manipolazione dei ceti popolari ai quali concede partecipazione politica, una legislazione del lavoro apparentemente garantista e delle strutture sindacali rappresentative. Ma la prima è limitata e le strutture sindacali erano deboli poiché non rappresentavano, nella loro totalità, né le masse rurali né il settore del proletariato urbano.

Questo populismo trovava poi sul piano "esteriore", come sostiene l'autore, una sorta di proiezione mitica, quale entità capace di dare soluzione a tutti i problemi. Il demiurgo era rappresentato dal *leader* carismatico, primo fra tutti Vargas, che curava il rapporto con le masse delle quali riscuoteva la fiducia. Ciò malgrado si manifesti, successivamente, la presenza di un sistema partitico di natura nazionale. Quale la causa di ciò?

La risposta che l'autore dà all'interrogativo tende a focalizzare i vari elementi che hanno favorito il legame tra masse e *leader*, ma individua nel comportamento politico dell'opposizione, rappresentata dal Partito Comunista Brasiliano, la ragione dominante di questo processo.

Le conseguenze del secondo conflitto mondiale comporteranno delle alterazioni nella forma statualista brasiliana ma, avverte l'autore, elementi di fondo appartenenti al periodo precedente sopravviveranno caratterizzando la fase successi-

va, almeno fino al 1964, nella quale i comportamenti populistici verranno tenuti in piedi, e niente verrà sostanzialmente alterato nell'ambito dei rapporti di classe o in quello tra le masse e lo stato.

Donato Gallo

PUBBLICAZIONI RICEVUTE

a) Riviste:

- Cadernos de estudos linguísticos*, Universidade Estadual de Campinas, n. 9, 2º semestre 1985.
- Casa de las Américas*, La Habana, año XXIV, n. 153, nov.-dic. 1985.
- Criticón*, Université Toulouse-Le Mirail, n. 34, 1986.
- Estudos ibero-americanos*, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, vol. XI, n. 1 (julho 1985), n. 2 (dezembro 1985).
- Hispanic Linguistics*, University of Pittsburgh, vol. 2, n. 1, 1985.
- Journal of Hispanic Philology*, Florida State University, Tallahassee, vol. IX, n. 2, Winter 1985.
- Letras de Deusto*, Universidad de Deusto, Bilbao, n. 34, enero-abril 1986.
- Letras de hoje*, Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 62, dezembro 1985.
- Literature and Contemporary Revolutionary Culture*, Society of the Study of Contemporary Hispanic and Lusophone Revolutionary Literatures, Minneapolis, Year 1, 1984-85.
- L'ordinaire du Mexicaniste*, Université de Toulouse-Le Mirail, n. 99, février 1986.
- Montalbán*, Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, n. 16, 1985.
- Revista da Faculdade de Letras*, Universidade de Lisboa, n. 5, 5ª série, abril 1986.
- Revista Iberoamericana*, University of Pittsburg, n. 134, enero-marzo 1986.
- Ventanal* (Revista de creación y crítica), Université de Perpignan, n. 10, 1986.

b) Libri:

- AA.VV., *Tendencias actuales en la literatura boliviana*, Minneapolis-Valencia, Institute for the Study of Ideology and Literature, 1985.
- AA.VV., *Typologie de la presse hispanique*. Actes du Colloque de Rennes, 1984, Rennes, Presses Universitaires, 1986.
- Benito J. Feijoo, *Teatro Crítico Universal o Discursos varios en todo género de materias, para desengaño de errores comunes*. Edición de Giovanni Stiffoni, Madrid, Editorial Castalia, 1966.

- Gonzalo Pérez de Ledesma, *Censura de la elocuencia* (Zaragoza 1648). Introducción de Giuseppina Ledda, Madrid, El Crotalón, 1985.
- Guido Podestá, *César Vallejo: su estética teatral*, Minneapolis-Valencia-Lima, Institute for the Study of Ideologies and Literature, 1985.
- Pero Tafur, *Andanças é viajes por diversas partes del mundo avidos*. A cura di Giuseppe Bellini, Roma, Bulzoni, 1986.
- Giovanna Wendel Anderson, *La poesia neobarocca di Bartolo Cattafi*, Caltanissetta-Roma, Sciascia, 1985.

REVISTA IBEROAMERICANA
Organo del Instituto Internacional de
Literatura Iberoamericana

DIRECTOR-EDITOR: Alfredo A. Roggiano
SECRETARIO-TESORERO: Keith McDuffie
DIRECCION: 1312 C.L. Universidad de Pittsburgh.
Pittsburgh, PA 15260. U.S.A.

SUSCRIPCION ANUAL (1983):

Países latinoamericanos:	25 dls.
Otros países:	30 dls.
Socios regulares:	35 dls.
Patrones:	50 dls.

SUSCRIPCIONES Y VENTAS:

Cecilia Rodríguez Javonovich

CANJE:

Lillian Seddon Lozano

Dedicada exclusivamente a la literatura de Latinoamérica, la *Revista Iberoamericana* publica estudios, notas, bibliografías, documentos y reseñas de autores de prestigio y actualidad. Es una publicación trimestral.

The Canadian Journal of Italian Studies

Direttore: Stelio Cro, McMaster University, Hamilton, Ontario (Canada)

Una pubblicazione a carattere internazionale, interdisciplinare,
cui tradizione e nuovi metodi e discipline critiche costituiscono
la nuova prospettiva per capire meglio il testo in relazione alla
storia delle idee.

Abbonamento annuale

Individui: US\$20.00

Istituzioni: US\$30.00

Numeri arretrati: US\$8.00,

includere le spese postali;

Volumi arretrati rilegati: US\$50.00 l'uno

più le spese postali.

*Chi si abbona prima del 31 dicembre ha diritto a tutti i
numeri arretrati.*

CFIS: P.O. Box 1012, McMaster University, Hamilton, Ontario, Canada L8S 1C0

CANADIAN
JOURNAL
*of Italian
Studies*

ANNALES GALDOSIANOS

pubblica annualmente articoli, reseñas, noticias y documentos sobre la obra de D. Benito Pérez Galdós; textos y documentos para la historia intelectual de la España de Galdós, artículos y reseñas de libros sobre los problemas teóricos de la novela realista; y una bibliografía descriptiva clasificada sobre Galdós.

Director: Rodolfo Cardona

Subdirector: Anthony N. Zaharea

Redactores: Alfonso Armas Ayala, Juan Bautista Avalle-Arce, Carlos Blanco Aguinaga, Stephen Gilman, Peter B. Goldman, John W. Kronik, Geoffrey Ribbans, Gonzalo So-bejano.

Recensiones: Peter A. Bly

Redactor bibliográfico: Manuel Hernández Suárez.

REDACCIÓN Y ADMINISTRACIÓN:

745 Commonwealth Ave.

Boston University

Boston, MA 02215

U.S.A.

En España a: Editorial Castalia, Zurbano, 39, Madrid (10).

CONSIGLIO NAZIONALE DELLE RICERCHE

“LETTERATURE E CULTURE DELL'AMERICA LATINA”

Collana di studi e testi diretta da
Giuseppe Bellini e Alberto Boscolo

Volumi pubblicati: 1. — G. Bellini, *Storia delle relazioni letterarie tra l'Italia e l'America di lingua spagnola*; 2. — A. Albònico, *Bibliografia della storiografia e pubblicistica italiana sull'America Latina: 1940-1980*; 3. — G. Bellini, *Bibliografia dell'ispano-americanismo italiano*; 4. — A. Boscolo - F. Giunta, *Saggi sull'età colombiana*; 5. — S. Serafin, *Cronisti delle Indie: Messico e Centroamerica*; 6. — F. Giunta, *La conquista dell'El Dorado*; 7. — C. Varela, *El Viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente (1542-1548)*; 8. — A. Unali, *La “Carta do achamento” di Pedro Vaz de Caminha*; 9. — P.L. Crovetto, *Naufragios de Alvar Núñez Cabeza de Vaca*. 10. — G. Lanciani, *Naufragi e peregrinazioni americane di G. Afonso*. 11. — A. Albònico, *Le relazioni dei protagonisti e la cronachistica della conquista del Perù*. 12. — G. Bellini, *Spagna - Ispanoamerica. Storia di una civiltà*. 13. — L. Laurencich - Minelli, *Un “giornale” del Cinquecento sulla scoperta dell'America. Il manoscritto di Ferrara*.